Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Terça-feira, 17 de setembro de 2024

EDIÇÃO 25.165

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Cinco PCHs podem pedir licenciamento ambiental em MG PÁG. 6

Superávit de abertura de empresas recua 8,16% no Estado PÁG. 15

Mercado cambial deve apresentar alta volatilidade PÁG. 16

Com 10,5 quilômetros, a linha 2 do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte vai interligar a linha 1 até a região do Barreiro FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / JULIANA SODRÉ

Obras da linha 2 do metrô são iniciadas no bairro Gameleira

Aguardada há mais de 20 anos, a construção da linha 2 do metrô da RMBH começou ontem. O novo traçado vai interligar a linha 1 até o Barreiro, com 10,5 quilômetros. A estação Nova Suíça, que fará a integração entre as duas linhas, será uma das novas estações a serem implantadas. A cerimônia de início de obras foi realizada ontem no bairro Gameleira, na região Oeste de Belo Horizonte, com a presença do governador Romeu Zema. A expansão do metrô está prevista no contrato assinado pelo Estado com a concessionária Metrô BH. PÁG. 3

Rogério Correia planeja fortalecer a economia de BH

ENTREVISTA Contrário a mudanças no plano diretor da Capital, o candidato a prefeito aposta no turismo para a geração de negócios

Eleições 2024

Vice-líder do governo na Câmara, o deputado federal Rogério Correia (PT-MG) está licenciado do cargo para disputar a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio, o candidato propõe o fortalecimento da economia da Capital, com o objetivo de atingir um crescimento sustentável e duradouro, com aumento da arrecadação municipal.

"Mobilidade urbana talvez seja o problema mais crítico de Belo Horizonte", avalia Rogério Correia, que pretende realizar uma revisão dos contratos de transporte público, além da renovação da frota de ônibus e da criação de um bilhete único na RMBH. Ele garante que acompanha de perto o cumprimento do contrato pela empresa responsável pelas obras e gestão do metrô.

Ao contrário da maioria de seus concorrentes, ele é contrário a mudanças no plano diretor da cidade. O candidato defende um crescimento ordenado para a Capital. Uma de suas apostas é investir em turismo para gerar negócios. PÁGS. 8 E 9

Correia propõe revisão nos contratos de ônibus FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / BRENO RIBEIRO

EDITORIAL

Prossegue a novela da desoneração/reoneração das folhas de pagamento de empresas consideradas de mão de obra intensiva. Coube à Câmara dos Deputados propor transição gradual, no prazo de três anos, para o retorno da cobrança da alíquota única de 20% sobre a folha. O texto prevê a redução gradual, entre 2025 e 2027, da alíquota que incide sobre a receita bruta e, na mesma proporção, aumento da alíquota sobre a folha que seria cobrada por inteiro a partir de 2028. A desoneração surgiu num momento de crise econômica mais aguda e consequente necessidade de expandir e facilitar a contratação formal de trabalhadores. Provisório o que deveria ser definitivo, além de abrangente e ao alcance de todos os empregadores, mantendo-se de pé um sistema em que mesmo salários baixos acabam com seu valor duplicado. PÁG. 2

ARTIGOS

As ações iniciais da EPR Triângulo serão de caráter corretivo para melhorar a trafegabilidade e a segurança no complexo de rodovias FOTO: DIVULGAÇÃO / EPR TRIÂNGULO

EPR Triângulo capta R$ 1,3 bilhão para investir em rodovias

A EPR Triângulo captou R$ 1,3 bilhão, por meio da oferta de emissão de debêntures, para modernizar e ampliar o complexo de rodovias no Triângulo Mineiro. Com apoio do BNDES, os recursos levantados financiarão o 1º ciclo de investimentos no sistema. Os aportes totais previstos chegam a R$ 2,1 bilhões até 2031. A expectativa é que o projeto possa gerar cerca de 880 empregos diretos e indiretos na região. As ações iniciais preveem intervenções de caráter corretivo para melhorar a trafegabilidade e a segurança dos motoristas. PÁG. 7

A utilização de técnicas como a criação de pastos apícolas e o manejo proporciona uma maior produtividade de mel FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J. SILVA

Apicultor aumenta produção de mel com troca anual da rainha

O apicultor e diretor da Melífica, Hiago Eustáquio Albino Alves, conseguiu dobrar a produtividade de mel por meio da utilização de três técnicas essenciais nas suas colmeias em Itambé do Mato Dentro, na região Central de Minas. A troca anual da rainha, a criação de pastos apícolas e o manejo geraram resultado positivo. Em 2023, com 30 colmeias, a produção chegou próximo a 1 tonelada de mel. Neste ano, com 70 caixas, a expectativa era colher 2 toneladas, mas, em função do clima desfavorável, o volume deve ficar um pouco abaixo do estimado. PÁG. 10

DÓLAR DIA 16

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,5090	R$ 5,5100
TURISMO	R$ 5,5450	R$ 5,7250
PTAX (BC)	R$ 5,5201	R$ 5,5207

EURO DIA 16

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,1395	R$ 6,1407

OURO DIA 16

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.582,93
BM&F (g)	R$ 457,71

TR dia 17	0,0673%
POUPANÇA dia 17	0,5676%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

10/09	11/09	12/09	13/09	16/09
-0,31	+0,27	-0,48	+0,64	+0,18

OPINIÃO

Inteligência artificial e mudanças climáticas

Facundo Armas
Gerente sênior de Negócios Sustentáveis da Globant

As consequências das mudanças climáticas estão cada vez mais visíveis ao redor do mundo. No Brasil, por exemplo, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aponta que 60% do céu de todo o território nacional foi tomado pela fumaça devido às queimadas - que, em grande parte, é considerada criminosa.

O aumento das queimadas nas florestas, por sua vez, evidencia as mudanças climáticas. Em 2022, as Nações Unidas (ONU) publicaram um relatório destacando que as queimadas poderiam aumentar em 50% até 2100, como consequência dessas alterações.

As mudanças extremas das condições climáticas aumentam a frequência de desastres, que geram um impacto negativo tanto na economia quanto no meio ambiente, o que exige dos governos o uso de ferramentas em prol da resiliência deste cenário. Nesse contexto, a Inteligência Artificial (IA) é uma opção para oferecer mais transparência e controle sobre as variáveis que causam desastres, sejam eles naturais ou criminosos.

Esta tecnologia está começando a ser utilizada na prevenção das queimadas em florestas pela capacidade de análise rápida por meio de dados de satélites, sensores e históricos que visam reduzir o tempo de resposta, sendo especialmente útil para avaliar queimadas e identificar as áreas de risco, ajudando na alocação eficiente de recursos em tempo hábil para combater o avanço do fogo. Por exemplo, existem soluções que identificam precocemente as queimadas florestais por meio da AI e as imagens de satélite.

Além disso, a IA tem a capacidade de diferenciar se um incêndio tem origem natural ou criminosa, baseando-se em variáveis da biodiversidade e identificando áreas de interesse, especialmente durante períodos de estiagem. Em casos de queimadas criminosas, por exemplo, o foco da inteligência artificial está na redução do tempo de resposta e na detecção antecipada da extensão do problema, utilizando câmeras e sensores que ampliam a capacidade de monitoramento, sobretudo em áreas vulneráveis.

Também é possível utilizar a IA em diferentes aspectos da prevenção e ação frente aos desastres climáticos, como a Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) e o Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), que desenvolveram um ChatBot para o fornecimento, em tempo real, de informação necessária para que os usuários possam agir durante uma crise ambiental.

Outro exemplo é a utilização de uma rede de câmeras no topo de montanhas. Esses dispositivos giram de forma contínua em 360 graus a cada minuto, capturando dados e guardando-os na nuvem. Com essa informação, a IA delimita as seções em que detecta os primeiros tufos de fumaça, ou as áreas vulneráveis a futuras queimadas, para a prevenção de acidentes.

Não podemos também deixar de lado outros recursos importantes para a prevenção de incêndios, como a utilização de drones e satélites por meio da Inteligência Artificial, que monitoram ecossistemas. Esses recursos visam mitigar acidentes rapidamente, graças ao alcance e dinamismo da IA na análise de dados.

Nesse prisma, temos que considerar a variedade de soluções disponíveis que podem ser utilizadas não só para fazer frente aos desastres climáticos, como para a prevenção, e a IA, assim como outras tecnologias, são, hoje, parte estratégica para melhorar a governança de dados desse tipo de crise.

No entanto, é essencial que a tecnologia seja acompanhada de estratégias integradas e colaboração contínua entre governos, empresas e sociedade para maximizar seu impacto positivo e fazer da inovação um compromisso com a sustentabilidade do planeta.

Empresas revisam suas estratégias para 2025

Filipe Gallotti
CEO da FIGA Biz

À medida que 2024 se aproxima do fim, as empresas brasileiras estão revisando suas estratégias para o próximo ano. Santa Catarina, um estado que se destaca no cenário econômico nacional, tem visto um aumento significativo no número de empresas que buscam internacionalizar. Segundo o Observatório Fiesc, mais de 800 empresas catarinenses expandiram suas operações para mercados internacionais em 2024, o que representa um crescimento de 20% em relação ao ano passado.

O mercado global continua a oferecer oportunidades significativas para empresas brasileiras, especialmente aquelas que estão prontas para se adaptar às tendências emergentes. Relatórios da McKinsey indicam que empresas que investem em inovação e tecnologia para apoiar sua expansão internacional têm 1,5 vezes mais chances de sucesso.

Para 2025, as previsões indicam um comércio internacional ainda mais dinâmico, favorecido por novos acordos bilaterais e regionais e pela digitalização dos processos de comércio exterior.

Internacionalizar uma empresa envolve superar uma série de desafios, desde diferenças culturais até barreiras regulatórias e logísticas complexas. Segundo a Deloitte, 60% das empresas que não conseguem manter operações internacionais sustentáveis falham devido à falta de planejamento adequado. A KPMG, por sua vez, reforça a importância de um planejamento fiscal e tributário bem estruturado para evitar surpresas desagradáveis.

Os estudos indicam que a tecnologia continuará a ser um catalisador essencial para a internacionalização – ferramentas como inteligência artificial e blockchain aplicadas nas estratégias de internacionalização garantem mais eficiência operacional. Essas tecnologias, além de facilitarem a entrada em novos mercados, também permitem uma personalização mais eficaz das campanhas de marketing, alinhando-as às necessidades específicas dos consumidores locais.

E quando se pensa em internacionalização, não apenas os consumidores do país-alvo precisam ser levados em consideração. Para uma jornada assertiva com eles, parcerias locais são fundamentais para determinar as melhores estratégias de negócios. A identificação de oportunidades de internacionalização começa com uma análise detalhada. Ignorar as nuances culturais, subestimar as barreiras regulatórias e falhar na adaptação dos produtos ao mercado local são erros comuns que podem comprometer todo o processo de atuação no mercado externo.

A internacionalização é uma jornada complexa, mas extremamente recompensadora. Com a preparação certa e o suporte adequado, empresas de qualquer porte podem expandir suas fronteiras e acessar novos mercados – 2025 está aí e o momento de planejar esse futuro é agora.

EDITORIAL

Mudar para deixar igual

Ainda sem um enredo definitivo e, sobretudo, que possa ser dado como seguro, prossegue a novela da desoneração/reoneração das folhas de pagamento de empresas consideradas de mão de obra intensiva. Na semana passada coube à Câmara dos Deputados acrescentar mais algumas linhas ao assunto, agora para propor transição gradual, no prazo de três anos, para o retorno da cobrança da alíquota única de 20% sobre a folha. O texto prevê a redução gradual, entre 2025 e 2027, da alíquota que incide sobre a receita bruta e, na mesma proporção, aumento da alíquota sobre a folha que seria cobrada por inteiro a partir de 2028.

De qualquer forma, tudo faz crer, as discussões continuam girando em torno de arranjos, de acomodação e tendo como único alvo recuperar arrecadação, tudo num processo tão artificial, duvidoso, que chegou a ser proposta até mesmo a apropriação, pela União, de valores esquecidos em bancos por depositantes e que seriam destinados a um fundo para compor, parcialmente, as perdas apuradas. Nada que resolva de fato, nada que contribua para reduzir a insegurança jurídica que investidores entendem como um dos maiores entraves a seus negócios no País.

E ninguém também para lembrar como surgiu a desoneração, num momento de crise econômica mais aguda e consequente necessidade de expandir e facilitar a contratação formal de trabalhadores. Provisório o que deveria ser definitivo, além de abrangente e ao alcance de todos os empregadores, mantendo-se de pé um sistema em que mesmo salários baixos acabam com seu valor duplicado e num processo tão enviesado que não beneficia nem quem recebe tampouco quem paga. Enxergar a realidade sem os filtros da conveniência certamente traria de volta a ideia abandonada de uma grande e abrangente reforma, corrigindo distorções e apagando erros do passado, sem a necessidade de manobras como a desoneração.

Elementar, mas não necessariamente o caminho escolhido, razão porque as discussões agora em curso não avançam além da nada imaginativa proposta de retorno a um passado que todos sabem inconveniente e indesejado . E tudo apenas na tentativa de tapar buracos no orçamento que simplesmente não deveriam existir. E neste vai e vem, o principal – a geração de empregos formais e estáveis, além de bem remunerados - acaba ficando de lado, como se fosse assunto de menor importância e não o centro das discussões que faz sentido.

Para concluir, e independentemente de como afinal será escrito o capítulo final dessa novela, sobra a certeza de que insegurança jurídica continuará sendo para o ambiente de negócios no Brasil uma das poucas certezas.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL

Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)

assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À

ANJ Associação Nacional de Jornais

SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

ECONOMIA

Partida inicial para obras da linha 2 do metrô de BH

INFRAESTRUTURA Ampliação do transporte público é aguardada há mais de 20 anos pela população; novo trajeto vai interligar linha 1 ao Barreiro e terá 10,5 quilômetros

JULIANA SODRÉ

Começaram ontem (16) as obras de construção da linha 2 do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Há mais de 20 anos os belo-horizontinos aguardam por esta notícia.

Previstas no contrato firmado pelo governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra) e a concessionária Metrô BH, a ampliação do transporte sobre trilhos em Belo Horizonte promete levar o metrô até a região do Barreiro.

A cerimônia de início de obras aconteceu no bairro Gameleira, na região Oeste de Belo Horizonte, e contou com a presença do governador de Minas Gerais, Romeu Zema. "Para o final da minha gestão, o que eu faço questão é de deixar um legado. Estamos iniciando obras que quem inaugurará será o próximo ou os próximos governadores de Minas. Eu não tenho a pretensão de inaugurar obras, mas de lançar projetos que vão melhorar a vida dos mineiros. E o metrô cabe muito bem dentro deste raciocínio", disse o governador.

Governador Zema e vice-governador Mateus Simões participaram da cerimônia FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / JULIANA SODRÉ

"Estamos iniciando obras que quem inaugurará será o próximo ou próximos governadores de Minas"

Romeu Zema

O secretário nacional de Mobilidade Urbana, Dino Andia, representou o Ministério das Cidades e relembrou que só do governo federal a obra receberá R$ 2,8 bilhões para toda a ampliação. "Uma obra importante que mexe positivamente com a vida das pessoas ao trazer melhoria no dia a dia do cidadão. Um sonho antigo dos mineiros e um trabalho feito a diversas mãos ao longo do tempo. Uma construção que recebeu contribuição de todos que passaram para sua realização", afirmou.

Além do aporte do governo federal, cerca de R$ 440 milhões são provenientes do Termo de Reparação assinado pelo governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) com a Vale, em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho. A tragédia tirou a vida de 272 pessoas e provocou uma série de danos sociais, econômicos e ambientais em Minas Gerais.

A concessão do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte completou, em março, um ano de operação. O contrato terá duração de 30 anos, com a estimativa de que sejam investidos R$ 3,7 bilhões para melhorias e ampliações ao longo do período.

Linha 2 - O novo traçado, que está sendo chamado de linha 2, vai interligar a atual linha 1 até o Barreiro e terá 10,5 quilômetros. A estação Nova Suíça, que fará a integração entre as duas linhas, será uma das novas estações a serem implementadas.

Outras seis estações serão implantadas ao longo da linha. Além da Nova Suíça, Amazonas, Nova Gameleira, Nova Cintra, Vista Alegre, Ferrugem e Barreiro. A implantação das estações serão concluídas por etapas, seguindo o cronograma previamente estabelecido, começando por Amazonas e Nova Suíça e devem ficar prontas em 2026.

O pleno funcionamento da linha 2 está previsto para 2028 e possui a expectativa de passar a transportar uma média de 213 mil passageiros por dia, sendo 157 mil na linha 1 e 56 mil na linha 2.

Melhorias - Paralelamente, a concessionária Metrô BH continuará realizando as melhorias na linha 1, como, por exemplo, as reformas das 19 estações e a conclusão da expansão até Novo Eldorado, em Contagem, ambas previstas para serem entregues até 2026.

Também estão programadas a conclusão da reforma no Pátio São Gabriel, com ampliação da oficina de manutenção que atenderá as linhas 1 e 2, e a recuperação da via, da rede aérea e dos sistemas de energia, sinalização e comunicação.

No mês de maio, o governo de Minas já havia anunciado a compra de 24 novos trens pela concessionária Metrô BH. As novas composições serão fabricadas pela empresa chinesa Changchun Railway Vehicles, subsidiária líder da maior fabricante de material rodante do mundo, CRRC Corporation Limited.

A expectativa é que o primeiro trem chegue ao Brasil e entre em operação no primeiro semestre de 2026. As novas composições, assim que entregues, vão operar tanto na linha 1 quanto na linha 2 do metrô.

Atualmente, a frota é composta por 35 trens, sendo 25 da série 900, da década de 1980, e dez trens da série 1000, que começaram a operar em 2015 e já possuem ar-condicionado e sistemas modernos.

FOCO NO CLIENTE

Inter e EXC Seguros selam parceria para gestão e venda de seguros de vida, saúde e dental corporativos

Matheus Vieira, People Rewards Manager; Paulo Padilha, CEO Inter Seguros; Alexandre Riccio, CEO Brasil Inter; Marco Paulo Mascarenhas, CEO EXC Seguros; Thais Leite, CHRO; Augusto Magalhães, Procurement Executive Manager FOTO: EXC SEGUROS

O Inter, Super App Financeiro que oferece produtos e serviços digitais integrados para mais de 33 milhões de clientes, selou com a EXC Seguros, uma das maiores e mais premiadas corretoras do País, uma parceria para a gestão e venda de planos de saúde, vida e dental corporativos. Com o acordo, a EXC passa a apoiar o Inter na gestão do plano corporativo dos colaboradores da companhia e passa a atuar, junto a área de seguros, no atendimento às grandes empresas clientes do Inter, tanto na comercialização quanto na gestão de saúde de planos corporativos.

A sinergia entre as duas empresas foi um fator decisório para que a parceria se iniciasse. Com foco total no cliente e com uma experiência única em atendimento, a EXC vem se destacando nacionalmente, trazendo uma gestão de saúde 360°, que se inicia desde a cultura robusta da empresa, propósito altamente fortalecido e tecnologia de ponta. Além disso, a EXC oferece um time médico e de pós-vendas extremamente qualificado à disposição dos colaboradores clientes das empresas 24 horas por dia e 7 dias por semana.

A EXC Exclusive Seguros tem no seu portfólio centenas de empresas de capital aberto, multinacionais de segmentos diversos, desde mineradoras, construtoras, hotéis, siderúrgicas, tecnologia, moda, varejistas, calçadistas entre outros. Marco Paulo Mascarenhas, que é CEO da corretora, se diz extremamente orgulhoso por fechar essa parceria com o Inter, principalmente por se tratar de uma empresa inovadora, sólida, íntegra, e preocupada em oferecer uma vida financeira mais inteligente a seus clientes.

Alta da Selic gera divergências e pode afetar setor produtivo

TAXA DE JUROS **Atualmente em 10,5% ao ano, expectativa é que suba entre 0,25 p.p e 0,5 p.p; se for confirmada, será a primeira elevação desde agosto de 2022, e divide opiniões de especialistas**

LEONARDO MORAIS

O futuro da taxa de juros Selic começa a ser discutido em Brasília hoje (17), em reunião com integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). A expectativa é que a taxa, que atualmente está em 10,5% ao ano, deverá elevar-se entre 0,25 ponto percentual (p.p) e 0,5 p.p a fim de acalmar expectativas diante das incertezas econômicas no Brasil.

Caso se confirme, esta seria a primeira elevação do juro desde agosto de 2022 - uma ação que segue dividindo a opinião de especialistas. Apesar de considerarem a medida eficiente para conter a inflação e volatilidade cambial, o aumento poderá impactar significativamente o setor produtivo e restringir o consumo da população.

Para o economista da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas), Paulo Casaca, a principal pressão para o BC elevar a taxa de juros é o mercado financeiro, que tem elevado a projeção de inflação. Os argumentos, segundo ele, são de que houve uma desvalorização cambial recente unida à uma possível pressão nos preços de alimentos e a uma economia excessivamente aquecida, com demanda por bens e serviços crescendo mais do que oferta, o que poderia pressionar os preços.

Apesar das projeções, Casaca considera que a economia está aquecida, mas não superaquecida a ponto de gerar pressão inflacionária. "O IPCA de agosto foi deflacionário, mas concordo em razão da estiagem e tempo seco, é bem provável que até o final do ano tenhamos problemas que possam gerar apreensões", avalia.

Apesar do cenário apreensivo, o economista argumenta que elevar a Selic no atual momento não será um impeditivo para avanços inflacionários, além de elevar os riscos para empresários do setor resolverem eventuais adversidades. "O aumento na Selic poderá prejudicar o fluxo de caixa dos empresários, que devem passar por dificuldades ao conseguirem investimentos em decorrência do aumento na taxa. Quando a taxa de juros Selic sobe, tudo fica mais caro e isso prejudica o setor produtivo".

As soluções, de acordo com Casaca, podem ir além do aumento na taxa de juros, que atualmente já é considerada restritiva. Na visão do economista, alternativas como a elevação da taxa de compulsório dos bancos e medidas governamentais que atenuem os problemas diretamente na raiz podem ajudar a atenuar eventuais desafios econômicos, principalmente com relação à produção de alimentos.

Ele reforça ainda que a solução para determinados probemas nem sempre deve ser resolvida do lado monetário. "Se estamos preocupados com o impacto da estiagem na inflação futura, ao invés de subir taxas, deveríamos cobrar o governo por programas de investimentos que ajudem a agricultura a salvar a sua produção", conclui.

Paulo Casaca, da ACMinas: principal pressão para BC elevar Selic vem do mercado financeiro FOTO: DIVULGAÇÃO / ACMINAS

> "Futuro da taxa de juros Selic começa a ser discutido hoje (17), em reunião do Comitê de Política Monetária (Copom)"

"Remédio amargo" - Por outro lado, na concepção do coordenador de Economia e Finanças da ESPM, Alexandre Espirito Santo, uma alta de 0,25 ponto percentual é razoável e indicaria um movimento de antecipação de riscos. "O BC tem que ser prudente, já que tem uma meta para cumprir e está perto do teto. Nas últimas semanas, o mercado financeiro vem subindo a expectativa de alta na inflação e o aumento será uma importante medida preventiva", argumenta.

O economista contextualiza a inflação como a "doença da moeda" e que o aumento nos juros seria o único "remédio" eficaz para combatê-la. Ele acrescenta que, apesar de haver outras opções, são medidas paliativas e política monetária de aumento de taxa de juros é a alternativa que funciona no mundo inteiro.

Apesar disso, Alexandre Espirito Santo pondera que os avanços na Selic indiscutivelmente não colaboram para o crescimento econômico: "As pessoas ficam mais receosas de consumir, as prestações já não cabem mais no orçamento, isso desaquece o consumo".

Para os próximos meses, o economista projeta que a taxa deverá encerrar o ano ainda mais alta: em 11,25%. "Apesar dos aumentos, o ciclo de alta será pequeno em relação a outros ciclos vistos anteriormente, como durante a pandemia", analisa.

Em concordância com Alexandre Espirito Santo, a economista da Coface para América Latina, Patrícia Krause, projeta que a taxa Selic deverá aumentar e encerrar o ano a 11,25%. A alta, segundo ela, deverá acontecer de forma gradual a depender da evolução dos dados e do cenário de volatilidade.

Ao considerar os impactos, a economista acredita que o aumento está bem precificado e não deverá gerar um impacto imediato. "Acho que do lado da política monetária o correto é subir taxa de juros e avaliar medidas de contenção de gastos", argumenta.

Com relação ao mercado externo, os economistas são unânimes ao avaliarem que o aumento da Selic poderá aumentar a participação em títulos de governo, principalmente se o BC americano reduzir a taxa de juros, tornando o mercado de títulos mais atraente para o investidor.

Entretanto, Paulo Casaca conclui que são investimentos mais especulativos. "É possível que investidores invistam mais no Brasil, mas isso significa aumentar a capacidade produtiva e beneficiar a população. Podemos ter uma maior valorização do câmbio, mas a que custo?", finaliza. **(Ver mais na pág. 14)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

AFYA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 23.399.329/0001-72 - NIRE 31300113663
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2024

1. Data, hora e local: 01 de agosto de 2024, às 14:30 horas, na sede social da Afya Participações S.A., na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, 15 andar, bairro Vila da Serra, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-056 ("Companhia" ou "Incorporadora"). **2. Convocação e presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a única acionista da Companhia, detentora da totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. Lavratura da ata:** A acionista presente aprovou a lavratura da ata a que se refere a presente Assembleia Geral na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **4. Composição da mesa**: Por indicação da acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia, assumiu os trabalhos na qualidade de Presidente da Mesa o Sr. Virgílio Deloy Capobianco Gibbon e o Sr. Anibal José Grifo de Sousa, na qualidade de Secretário da Mesa. **4. Ordem do dia**: Deliberar sobre: **(i)** a aprovação do "*Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da BMV Atividades Médicas Ltda. pela Afya Participações S.A.",* celebrado em 01 de agosto de 2024, pela administração da Companhia ("Protocolo"); **(ii)** a ratificação, nomeação e contratação da Empresa Especializada (conforme definido abaixo) que realizou a avaliação do valor contábil da **BMV Atividades Médicas Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Alameda Lorena, n° 269, conjunto 80, bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.424-001, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 34.405.660/0001-74, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35235596255 ("Incorporada"); **(iii)** a aprovação do laudo de avaliação do valor contábil da Companhia elaborado pela Empresa Especializada (conforme definido abaixo) ("Laudo de Avaliação"); **(iv)** a aprovação da incorporação da Incorporada pela Companhia, nos termos do Protocolo com a versão da totalidade do patrimônio apurado da Incorporada à Companhia, com a consequente extinção da Incorporada ("Incorporação"); e **(v)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos administradores da Companhia no âmbito da Incorporação, bem como a autorização para que os administradores da Companhia tomem todas as providências necessárias para a formalização da Incorporação e da consequente extinção da Incorporada. **5. Deliberações**: Instalada a assembleia, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia deliberou, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, por: 6.1. - Aprovar, integralmente, o Protocolo, que estabelece os termos, condições e justificativas da Incorporação, bem como, critérios de avaliação do valor contábil da Incorporada, com a consequente extinção da Incorporada e sucessão universal de todos os seus direitos e obrigações pela Companhia, que integra a presente ata na forma de seu Anexo I. 6.2. - Aprovar e ratificar a escolha e nomeação da **Villela e Associados Auditoria e Consultoria SS**, sociedade simples pura, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.071.420/0001-08, com sede na Avenida Aggeo Pio Sobrinho, nº 204, sala 808 e 809, bairro Buritis, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.575-834, ("Empresa Especializada"), para a avaliação do valor contábil da Incorporada, e elaboração do Laudo de Avaliação para fins da Incorporação, com base no balanço patrimonial da Incorporada levantado na Data Base (conforme definido abaixo), a qual, previamente consultada, aceitou o encargo e apresentou a sua avaliação com estrita observância aos critérios contábeis e à legislação societária atualmente em vigor. 6.3. - Aprovar, integralmente e sem ressalvas, o Laudo de Avaliação, o qual compõe o Anexo I do Protocolo. **6.3.1 -** De acordo com o Laudo de Avaliação, o valor patrimonial contábil da Incorporada é de R$ R$ 2.166.219,47 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos) negativos, na data base de 31 de julho de 2024 ("Data Base"). **6.3.2 -** Quaisquer variações patrimoniais da Incorporada ocorridas entre a Data Base e a presente data serão absorvidas pela Companhia, efetuando-se os lançamentos necessários nos respectivos livros contábeis e fiscais, nos termos do Protocolo e da legislação aplicável. **6.4. -** Aprovar a Incorporação da Incorporada pela Companhia, nos termos do Protocolo, com a versão da totalidade do patrimônio da Incorporada à Companhia, que a sucederá em todos os seus direitos e obrigações, com a consequente extinção da Incorporada. Tendo em vista que a Incorporadora é detentora da totalidade do capital social da Incorporada, bem como, em razão do acervo líquido patrimonial contábil da Incorporada ser negativo, a Incorporação não acarretará aumento do capital social da Incorporadora, nem alteração do número de ações de sua emissão, não havendo, assim, relação de substituição, inclusive para os fins do artigo 264 da Lei das Sociedades por Ações dispensando-se a elaboração do laudo de avaliação que trata o citado artigo. **6.4.2. -** Tendo em vista a presente aprovação da Incorporação, bem como a aprovação da Incorporação por meio do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Incorporada, celebrado em 01 de agosto de 2024, a Incorporada será extinta de pleno direito e a Companhia assumirá as responsabilidades, ativas e passivas, relativas à Incorporada, passando a ser sua sucessora legal para todos os efeitos. **6.5. -** Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima tomadas, inclusive os registros, averbações e transferências necessárias para a implementação da Incorporação e assinatura de todos os documentos pertinentes à consecução das operações aqui previstas, bem como, ratificar os atos já praticados pelos administradores essenciais para efetivação das deliberações tomadas nesta assembleia. **7. Arquivamento:** Por fim, a acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia deliberou pelo arquivamento da presente ata perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, para os devidos fins legais. **8. Aprovação e encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa**: Virgílio Deloy Capobianco Gibbon, Presidente; e Anibal José Grifo de Sousa, Secretário. **Acionista Presente**: Afya Limited (p.p Virgílio Deloy Capobianco Gibbon **e Luis André Carpintero Blanco**). Nova Lima/MG, 01 de agosto de 2024. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.*
Mesa: **Virgílio Deloy Capobianco Gibbon -** *Presidente da Mesa;* **Anibal José Grifo de Sousa -** *Secretário da Mesa.*

ANEXO I - *Protocolo e Justificação*

Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da BMV Atividades Médicas Ltda. pela Afya Participações S.A.

Pelo presente instrumento: **(i) Afya Participações S.A.,** sociedade anônima fechada, com sede e foro na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, 15 andar, bairro Vila da Serra, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-056, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 23.399.329/0001-72, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o NIRE 31300113663, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente como "Incorporadora"; e **(ii) BMV Atividades Médicas Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Alameda Lorena, n° 269, conjunto 80, bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.424-001, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 34.405.660/0001-74, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35235596255, neste ato devidamente representada nos termos de seu Contrato Social, doravante denominada simplesmente como "Incorporada", e, em conjunto com a Incorporadora, denominadas "Sociedades"; Têm entre si certo e ajustado celebrar o presente "*Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da BMV Atividades Médicas Ltda. pela Afya Participações S.A.*" ("Protocolo"), para indicar os motivos e justificativas, bem como estabelecer os termos e condições que deverão reger a incorporação da Incorporada pela Incorporadora, de acordo com as disposições aplicáveis dos artigos 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **1. Características das Sociedades Envolvidas -** 1.1. - A Incorporadora é uma sociedade anônima de capital fechado, cujo capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 2.706.347.143,60 (dois bilhões, setecentos e seis milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cento e quarenta e três reais e sessenta centavos), dividido em 4.079.208 (quatro milhões, setenta e nove mil, duzentas e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 1.2. - A Incorporada é uma sociedade empresária limitada, cujo capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de *R$13.580.847,28, (treze milhões quinhentos e oitenta mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos) dividido em 1.358.084.728 (uma bilhão trezentos e cinquenta e oito milhões oitenta e quatro setecentas e vinte e oito)* quotas, no valor nominal de R$ 0,01 (um centavo de real) cada uma, todas de titularidade da Incorporadora. **2. Descrição da Operação Pretendida e Justificação - 2.1. -** O presente Protocolo tem por objetivo consubstanciar as justificativas, termos e condições da operação de incorporação da Incorporada pela Incorporadora, com versão da totalidade do patrimônio apurado da Incorporada à Incorporadora, na forma prevista no artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações, a consequente extinção da Incorporada e a sucessão universal de todos os seus direitos e obrigações pela Incorporadora ("Incorporação"). **2.2. -** O objetivo da incorporação da Incorporada pela Incorporadora, como proposta neste Protocolo, é promover a unificação das atividades e da administração das Sociedades, da qual resultarão a redução de custos administrativos, comerciais e financeiros, bem como a racionalização de trabalho, operações, aproveitamento de sinergias e metas de organização. **2.3 -** Pelos motivos acima expostos, as administrações das Sociedades decidem submeter à deliberação de seus respectivos sócios esta proposta de Incorporação da Incorporada pela Incorporadora, a qual, se aprovada, obedecerá aos procedimentos e condições descritos abaixo. **3. Elementos Patrimoniais a Serem Vertidos - 3.1.** Como resultado da Incorporação da Incorporada pela Incorporadora, a totalidade do acervo líquido da Incorporada será transferido à Incorporadora, ou seja, todos os elementos do ativo e do passivo da Incorporada, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de julho de 2024 ("Data Base"). **3.2 -** Como consequência da versão da totalidade do acervo líquido da Incorporada à Incorporadora, a Incorporada será extinta no ato da Incorporação. **4. Avaliação do Patrimônio a ser Vertido -** Base da Avaliação. Os elementos patrimoniais da Incorporada a serem vertidos para a Incorporadora, para fins da Incorporação da Incorporada, serão avaliados com base no seu valor patrimonial contábil, apurado com base no balanço levantado na Data Base. 4.1.1 - Empresa de Avaliação. O laudo de avaliação do acervo líquido da Incorporada a ser vertido à Incorporadora ("Laudo de Avaliação"), conforme o disposto no artigo 226 da Lei das Sociedades por Ações, foi elaborado pela **Villela e Associados Auditoria e Consultoria SS**, sociedade simples pura, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.071.420/0001-08, com sede na Avenida Aggeo Pio Sobrinho, nº 204, sala 808 e 809, bairro Buritis, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.575-834 ("Empresa Especializada"), o qual passa a fazer parte integrante e indissociável do presente Protocolo para os devidos fins de direito, nos termos do Anexo I. A Empresa Especializada declarou (i) não possuir qualquer conflito ou comunhão de interesses, real ou potencial, com as Sociedades e seus sócios ou no tocante à própria Incorporação; e (ii) que os sócios e administradores das Sociedades não praticaram qualquer ato que possa ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões. 4.2.1. - Nos termos do artigo 227, §1º da Lei das Sociedades por Ações, a indicação da Empresa Especializada será submetida à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária da Incorporadora que deliberar acerca da incorporação. 4.3 - Acervo Líquido Patrimonial Contábil. Tendo sido previamente informada sobre sua indicação como avaliadora, a Empresa Especializada determinou, com base no balanço levantado na Data Base, que o valor do acervo líquido patrimonial contábil da Incorporada é de R$ 2.166.219,47 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos) negativos. 4.4 - Variações Patrimoniais. Eventuais variações patrimoniais sofridas pelo acervo líquido da Incorporada, entre a Data Base e a data da efetiva realização da operação de incorporação, serão absorvidas pela Incorporadora, efetuando-se os lançamentos necessários nos respectivos livros contábeis e fiscais nos termos da legislação aplicável. **4.5. -** Capital Social da Incorporadora. Tendo em vista que a Incorporadora é detentora da totalidade do capital social da Incorporada, bem como, em razão do acervo líquido patrimonial contábil da Incorporada ser negativo, a Incorporação não acarretará aumento do capital social da Incorporadora, nem alteração do número de ações de sua emissão, não havendo, assim, relação de substituição, inclusive para os fins do artigo 264 da Lei das Sociedades por Ações. **5. Atos Societários -** 5.1. - Serão realizadas (i) uma Assembleia Geral Extraordinária da Incorporadora e (ii) um Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social e Extinção da Incorporada para apreciação e deliberação a respeito da aprovação da Incorporação prevista neste Protocolo, com a consequente transferência do patrimônio da Incorporada à Incorporadora e extinção da Incorporada. 5.2. - Não há que se falar em direito de recesso aos acionistas da Incorporadora no contexto da Incorporação, uma vez que a legislação aplicável limita tal direito aos quotistas da Incorporada, sendo essa subsidiária integral da Incorporadora. Dessa forma, também não há que se falar em acionistas dissidentes, e, por consequência, de valor de reembolso de acionista da Incorporadora em decorrência da Incorporação. 5.3. - As Sociedades comprometem-se a realizar os demais atos societários que se fizerem necessários à perfeita regularização do estabelecido neste Protocolo, uma vez aprovado pelos sócios das Sociedades. **6. Disposições Finais -** 6.1. - Sucessão em Direitos e Obrigações. A Incorporadora assumirá as responsabilidades, ativas e passivas, relativas ao patrimônio da Incorporada, que lhe serão transferidas nos termos deste instrumento. 6.2. - Implementação. Competirá à administração das Sociedades praticar todos os atos, registros e averbações necessárias para a implementação da Incorporação, caso essa venha a ser aprovada. 6.3. - Aprovação. Este Protocolo contém as condições exigidas pela Lei das Sociedades por Ações e da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"). 6.4. - Alteração. Este Protocolo somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado pelas Sociedades. 6.5. - Nulidade e Ineficácia. A eventual declaração por qualquer tribunal de nulidade ou a ineficácia de qualquer das avenças contidas neste Protocolo não prejudicará a validade e eficácia das demais, que serão integralmente cumpridas, obrigando-se as Sociedades a envidar seus melhores esforços de modo a ajustar-se validamente para obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido anulada ou tiver se tornado ineficaz. 6.6. - Renúncia. A falta ou o atraso de qualquer das Sociedades em exercer qualquer de seus direitos neste Protocolo não deverá ser considerado como renúncia ou novação e não deverá afetar o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada e por escrito. 6.7. - Irrevogabilidade e Irretratabilidade. O presente Protocolo é irrevogável e irretratável, sendo que as obrigações ora assumidas pelas Sociedades obrigam também seus sucessores a qualquer título. 6.8. - Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, das Sociedades. 6.9 - Lei Aplicável. Este Protocolo e Justificação será interpretado e regido pelas leis da República Federativa do Brasil. 6.10. - Foro. As Sociedades e suas respectivas administrações elegem Foro Central da Comarca de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais divergências oriundas deste Protocolo. 6.11. - Assinatura Digital. As Sociedades declaram e reconhecem que este Protocolo, assinado eletronicamente por meio da plataforma *Docusign* (ou plataforma similar) (i) é válido e eficaz entre as Sociedades, representando fielmente os direitos e obrigações acordados entre as Sociedades; e (ii) possui força probatória, tendo em vista que é possível preservar a integridade de seu conteúdo e comprovar a autoria das assinaturas das partes signatárias, com renúncia a qualquer direito de alegar o contrário. A assinatura eletrônica por uma pessoa física, ainda que feita uma única vez, será considerada como válida, eficaz e vinculante em relação a sua própria pessoa natural, qualquer pessoa natural ou jurídica de que seja procurador ou representante legal. A data de início de vigência deste Protocolo, para todos os fins, será a data indicada no fecho, ainda que as assinaturas eletrônicas sejam apostas em outra data. Ainda que alguma das Sociedades venha a assinar digitalmente este Protocolo em local diverso, o local de celebração deste Contrato é, para todos os fins, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento de forma digital, nos termos do Item 6.11 acima e para um só efeito. Nova Lima/MG, 01 de agosto de 2024. **Afya Participações S.A. - Virgílio Deloy Capobianco Gibbon** - Diretor; **Anibal José Grifo De Sousa** - Diretor. **BMV Atividades Médicas Ltda. - Virgílio Deloy Capobianco Gibbon** - Diretor; **Anibal José Grifo De Sousa -** Diretor.

ANEXO I - *Laudo de Avaliação*

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Apresentação dos Trabalhos - VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais, sob o nº 7.189/O, na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 12.971 e no CNPJ sob o nº 07.071.420/0001-08, sediada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Orlando Moretzsohn, nº 82, CEP 30.575-300, representada pelo seu sócio, Sr. Luis Guilherme Villela Alves, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade M – 4.209.906, inscrito no CPF sob o n. 713.730.986-0 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais sob o n. 67.509/O-8, residente e domiciliado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Henrique Furtado Portugal, 235, apto 102, CEP 30.493-175 , foi nomeada pela administração da AFYA Participações S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.399.329/0001-72, com sede na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, salas 402, 404, 502, 504, 1.501 e 1.503, bairro Vila da Serra, CEP 34.006- 056 (simplesmente "Afya" ou "Companhia") para proceder à avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, da BMV ATIVIDADES MEDICAS LTDA., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ 07.164.688/0001-94, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Lorena, nº 269, conjuntos 80, bairro jardim Paulista, CEP 01.424-001 (simplesmente "BMV" ou "Empresa") em 31 de julho de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos. **Objetivo e Contexto da Transação -** O presente Laudo de Avaliação tem por objetivo atender as exigências do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, alterada pela Lei 11.638/07), para avaliação do valor contábil em 31 de julho de 2024, do patrimônio líquido da BMV. **Considerações Importantes -** Os resultados apresentados neste Laudo de Avaliação não levaram em consideração circunstâncias específicas, objetivos ou necessidades particulares de cada empresa e não podem, portanto, ser interpretados como recomendação de qualquer tomada de decisão. A VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS não será, em hipótese alguma, responsabilizada por qualquer decisão tomada por qualquer acionista e membro da administração da BMV e/ou da AFYA, bem como quaisquer terceiros com base neste Laudo de Avaliação, não se responsabilizando por perdas indiretas ou lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso do Laudo de Avaliação. Este Laudo de Avaliação, incluindo suas análises e conclusões, não expressa qualquer opinião sobre quaisquer efeitos benéficos ou maléficos que eventualmente possam impactar a BMV e/ou da AFYA, bem como não cria para a VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS qualquer responsabilidade em relação ao resultado da operação. **Responsabilidade da Administração sobre as Informações Contábeis -** A administração da BMV é responsável pela escrituração dos seus respectivos livros e elaboração de informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que elas determinaram como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está descrito no Anexo I do laudo de avaliação. **Alcance dos trabalhos e Responsabilidade do Auditor Independente -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da BMV em 31 de julho de 2024, com base no seu balanço patrimonial e também com base nos trabalhos por nós conduzidos. Nosso trabalho foi desenvolvido unicamente para uso da solicitante, visando o objetivo já aqui descrito. Portanto, este laudo não deverá ser utilizado parcial ou totalmente para divulgação em veículos públicos sem a prévia autorização, por escrito, da VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS, exceto para fins de cumprimento da legislação. A VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS se compromete a resguardar o sigilo das informações fornecidas pela BMV. De acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), não temos conhecimento de conflito de interesses direto ou indireto, bem como outras circunstâncias relevantes que representem conflitos de interesses em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão descritos neste Laudo. Não temos conhecimento de qualquer ação dos administradores da BMV e/ou da AFYA no sentido de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologia de trabalho relevante para a qualidade da respectiva conclusão. Não fomos informados e não temos conhecimento de qualquer evento relacionado às atividades da BMV e/ou da AFYA que possam trazer impactos e alterações relevantes no resultado desta avaliação. Não fomos requeridos para realizar a atualização deste Laudo após a data de sua emissão. **Conclusão -** Com base nos procedimentos acima descritos, o patrimônio líquido contábil negativo da BMV ATIVIDADES MEDICAS LTDA., na data base de 31 de julho de 2024, resumido no Anexo II, que é parte integrante deste laudo de avaliação é de -R$ -2.166.219,47 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos). Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024. **Villela e Associados Auditoria e Consultoria SS -** CRC MG – 7.189/0-O - CVM – 12.971 - CNPJ - 07.071.420/0001-08**; Luis Guilherme Villela Alves Contador -** CRC/MG – 67.509/O-8 - CPF – 713.730.986-00; **BMV ATIVIDADES MEDICAS LTDA. -** Welder Ferreira Santos - Contador - CRC MG : 51.003 - CPF: 657.913.126-87

Anexo I

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **a) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização. **c) Passivos Circulantes -** Estão apresentados pelos valores conhecidos ou estimados e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos incorridos até a data do balanço. **d) Provisões -** Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. No que se refere às provisões relacionadas aos riscos trabalhistas, a avaliação da probabilidade de desembolso de caixa inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Anexo II

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO	**31/07/2024**	**PASSIVO**	**31/07/2024**
CIRCULANTE		**CIRCULANTE**	
Caixa e equivalentes de caixa	1.383.020,083	Fornecedores	534.673,90
Clientes	13.156.754,88	Obrigações trabalhistas	94.846,45
Tributos a recuperar	845.118,33	Obrigações tributárias	1.032.270,11
Adiantamentos	8.086,26	Receitas diferidas	12.773.552,89
		Partes relacionadas	7.398.282,33
		Outros	24.143,77
	15.392.990,30		**21.857.769,45**
Imobilizado	88.364,17	**Patrimônio Líquido**	
Intangível	4.211,939,05	Capital social	13.580.847,28
		Lucros acumulados	(15.747.066,75)
Não Circulante	**4.300.303,22**		(2.166.219,47)
Total Ativo	**19.693.293,52**	**Total Passivo e Patrimônio Líquido**	**19.693.293,52**

Assinaturas: BMV ATIVIDADES MEDICAS LTDA. - Welder Ferreira Santos - Contador - CRC MG : 51.003 - CPF: 657.913.126-87; Anibal José Grifo de Sousa - DIRETOR - CPF - 082.381.497-11.
JUCEMG: Certifico o registro sob o nº 11923139 em 22/08/2024 da Empresa AFYA PARTICIPACOES S.A., Nire 31300113663 e protocolo 245044663 - 16/08/2024. Efeitos do registro: 01/08/2024. Autenticação: DA30EA916EAD9D17E2F793A6C931DB5E7B99. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. ***Atos da Incorporada registrados na JUCESP sob o nº 327.666/24-9 em 02/09/2024.***

CONTEÚDO PATROCINADO PELO GOVERNO DE MINAS

Projeto Vale do Lítio impulsiona o desenvolvimento de Minas

MINERAÇÃO Estado avança na transformação socioeconômica com a iniciativa, que já atraiu R$ 5,5 bilhões em investimentos e deve gerar 10 mil empregos diretos e indiretos

RAFAEL TOMAZ, Editor

Minas Gerais, um estado historicamente associado à mineração, está trilhando um caminho promissor em direção a um futuro mais sustentável e próspero. No coração dessa transformação, está o Projeto Vale do Lítio, uma iniciativa estratégica, lançada há pouco mais de um ano, em maio de 2023, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento socioeconômico de uma das regiões mais carentes do Estado, o Vale do Jequitinhonha, além do Vale do Mucuri e Norte de Minas.

A iniciativa vem atraindo interesse do setor privado. Os aportes já totalizam R$ 5,5 bilhões e a estimativa é de cerca de 10 mil postos de trabalho diretos e indiretos gerados.

O lítio, um mineral essencial para a fabricação de baterias de longa duração que alimentam veículos elétricos e dispositivos eletrônicos e armazenam energia, é reconhecido mundialmente como um elemento estratégico para a transição energética e está cada vez mais em demanda devido ao avanço das tecnologias verdes.

Nesse cenário, o Estado enxergou a possibilidade de desenvolver a região do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. E uma articulação, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG) e da sua agência vinculada Invest Minas com todas as esferas governamentais e entidades empresariais, vem criando condições para a atração de investimentos privados para a produção do insumo.

Minas Gerais se tornou parceira das empresas, facilitando os investimentos que prometem transformar a região. Uma das iniciativas no âmbito do programa Vale do Lítio é a oferta de linhas de crédito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

O trabalho de articulação com o setor privado também resulta em maior conectividade para a região. A Azul Linhas Aéreas, recentemente, passou a operar um voo entre Salinas e o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (BH Airport) em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Além disso, o Estado apoiou o Brazil Lithium Summit, evento que reuniu, em Belo Horizonte, especialistas, CEOs, gestores públicos, entre outros, para discutir o desenvolvimento da cadeia do lítio.

Desburocratização - Como forma de tornar as cidades mais atrativas para novos negócios, em abril deste ano, 13 municípios da região fizeram a assinatura simbólica de decretos de liberdade econômica, no âmbito do programa Minas Livre para Crescer, que visa à desburocratização do Estado. Além disso, as prefeituras se preparam para integrar o sistema Redesim + Livre, que garante mais agilidade na abertura de novas empresas, automatizando os processos burocráticos e dispensando atividades de baixo risco de alvarás.

Projetos - Atualmente, duas empresas operam na região: a Companhia Brasileira de Lítio (CBL) e a Sigma Lithium. Nos próximos meses, outras três devem começar os trabalhos: a MG Lit, a Belo Lithium e a Atlas Lithium.

Para se ter uma ideia da pujança desse projeto, somente a Atlas pretende investir R$ 750 milhões. Estima-se a abertura de 2,5 mil vagas de emprego, das quais 350 a 400 serão diretas.

Iniciativas mudam a trajetória do Vale do Jequitinhonha - No âmbito do Projeto Vale do Lítio, diversas iniciativas estão em andamento, entre elas a capacitação da mão de obra para atender às empresas.

Os moradores dos municípios do Norte e Nordeste do Estado agora têm acesso aos cursos do Trilhas de Futuro, projeto encampado pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) - e que conta com a colaboração da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), que oferece cursos técnicos para alunos egressos do ensino médio. Além disso, o Estado mantém um mapeamento da demanda de profissionais junto às empresas, trabalho feito pela Sede-MG.

Para melhorar o ambiente de negócios e facilitar a vida dos cidadãos do Vale do Jequitinhonha, aportes na melhoria da infraestrutura da região estão em andamento.

Entre as obras, destacam-se a recuperação da LMG-630 e LMG-634, no trecho Almenara - Jordânia - Bandeira, e as intervenções na LMG-601, entre Almenara e Mata Verde, totalizando 157 quilômetros. Os investimentos feitos por meio do programa estadual Provias vão beneficiar 70 mil pessoas.

> **"Para se ter uma ideia da pujança deste projeto, somente a Atlas pretende investir R$ 750 milhões. Estima-se a abertura de 2,5 mil vagas de emprego, das quais 350 a 400 serão diretas"**

Projeto Vale do Lítio está transformando o cenário econômico do Estado, atraindo investimentos bilionários e criando milhares de empregos em regiões mais carentes FOTO: DIVULGAÇÃO / SECOM

Indicadores econômicos mostram potencial da região

A produção de lítio no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas ainda está em fase inicial, porém os primeiros resultados econômicos mostram o potencial dessa cadeia.

No ano passado, os envios de produtos de lítio a partir de Minas Gerais somaram US$ 496,8 milhões. Em relação a 2022, os embarques mineiros desses produtos apresentaram um crescimento de 52%.

Com a produção em alta, as cidades do Vale do Lítio também passam a receber mais *royalties*, recursos que serão revertidos para prestação de serviços aos cidadãos. A arrecadação da Cfem do lítio em Minas disparou entre 2019 e 2023, passando de R$ 1,419 milhão para R$ 55,1 milhões, de acordo com informações da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Outro indicador que mostra como a mineração sustentável do lítio vem gerando oportunidades no Vale do Jequitinhonha e região é o de avanço na abertura de empresas. De acordo com a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg), a região registrou o maior crescimento no número de empresas abertas no Estado em 2023, com alta de 18,45% em comparação com 2022.

Sustentabilidade e inovação direcionam cadeia - Em um cenário global em que a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental ganham cada vez mais destaque, o Estado tem trabalhado para garantir que a extração do lítio ocorra de maneira responsável, alinhada às melhores práticas ambientais e sociais, nos parâmetros do ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança).

Nos últimos anos, Minas Gerais intensificou seus esforços para impulsionar a pesquisa voltada à extração de lítio. Em 2023, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, destinou mais de R$ 6,6 milhões para projetos relacionados ao lítio. Esses estudos têm recebido prioridade em chamadas públicas recentes, com o objetivo de fomentar novas tecnologias e soluções para o setor. **(RT)**

Aneel dá aval para cinco projetos de PCHs em Minas

SETOR ELÉTRICO Agência publicou os despachos que permitem o andamento do licenciamento ambiental das usinas

MARCO AURÉLIO NEVES

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) habilitou cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em Minas Gerais a avançarem nos processos de licenciamento ambiental. Os despachos foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) ontem.

A medida registra a adequabilidade dos projetos com os Estudos de Inventário e com o uso do potencial hidráulico (DRS-PCH), a partir da simplificação dos procedimentos de análise por parte da agência governamental.

Agora, os empreendedores das PCHs de Tombo, de Fábio Botelho Notini, de Figueirinha II, de Caldas Capivari e de Barra do Jaguari poderão solicitar o licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes. A agência afirma que a agilidade dos processos de análise dos projetos básicos pretende estimular a competitividade desta fonte de geração.

O consultor de mercado e energia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Sérgio Pataca, aponta que a simplificação da Aneel corrige uma injustiça com as hidrelétricas em relação a outras fontes renováveis de geração de energia elétrica, como usinas eólicas e solares, com processos de licenciamento ambiental mais facilitado.

"Realmente havia um desequilíbrio em questão de autorizações. Uma usina solar consegue ter uma autorização de 6 a 8 meses, enquanto uma hidrelétrica demora 8 anos", afirma Pataca. "Essa ação da Aneel a gente viu com bons olhos, que realmente melhorou alguns aspectos necessários para tirar essa diferença que estava entre as fontes", completa.

Ele ressalta que os investimentos em PCHs trazem benefícios, como o uso múltiplo do empreendimento para outras atividades econômicas, por exemplo, turismo, piscicultura, abastecimento, irrigação, além da preservação ambiental, por ser uma fonte de energia com obrigatoriedade de Área de Preservação Permanente (APP).

Até por serem feitas em rios, as PCHs são geralmente próximas a centros urbanos e necessitam de menor infraestrutura de transmissão do que outras fontes. "A gente tem esse benefício, são usinas que usam pouco transporte, estão próximas a cidades, são muito positivas em diminuir as perdas elétricas de grandes transportes de energia", destacou Pataca.

Até por isso, o Estado concentrou, ao lado do Paraná, a maior parte das habilitações da Aneel concedidas dessa vez. Além de Minas, a agência habilitou outras 14 PCHs localizadas no Amazonas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Metade está no estado paranaense e o restante diluído nos outros estados. Minas e Paraná são grandes centros de consumo de energia elétrica no País.

A DRS-PCH tem vigência de até oito anos, o prazo para requerimento das outorgas dos empreendimentos junto à agência reguladora.

Capacidade - Atualmente, Minas Gerais conta com 65 PCHs em operação, com uma capacidade instalada de gerar 0,8 gigawatts (GW) de energia elétrica, segundo dados do Sistema de Informações de Geração da Aneel (Siga).

O Estado tem grande potencial hídrico para energia hidrelétrica. A Fiemg é favorável à expansão de todas as fontes de energia renováveis e contrária à utilização das termelétricas, movidas a combustíveis fósseis. "A gente tem que aproveitar esse potencial. É renovável, tem potencial no Estado, vamos construir. Isso que a gente quer, incentivar cada vez mais a fonte de energia renovável e desincentivar as termelétricas não renováveis", finaliza Pataca.

Em todo o Brasil, a Aneel deu a autorização para 19 pequenas centrais hidrelétricas iniciarem o processo de licenciamento ambiental FOTO: DIOGO MOREIRA / A2 FOTOGRAFIA

TRAGÉDIA DA SAMARCO

Acordo deve envolver R$ 167 bilhões, diz Silveira

Rio - A Vale, BHP e Samarco poderão fechar um acordo global de reparação e compensação pelo rompimento de barragem em Mariana (região Central) que envolveria pagamentos totais de R$ 167 bilhões, incluindo dinheiro novo, obras a cargo das mineradoras e pagamentos já realizados, disse nesta segunda-feira o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

"Agora nós chegamos a R$ 100 bilhões de dinheiro novo, e se falava em R$ 49 bilhões em 2022...", disse Silveira, em entrevista à rádio Itatiaia.

A fala do ministro confirma reportagem da Reuters publicada com base em fontes com conhecimento do assunto, no início do mês, de que os recursos novos somariam R$ 100 bilhões, em acordo esperado para outubro.

Procurada, a Vale reiterou que as negociações estão avançadas e que tem a expectativa de atingir um acordo final com as autoridades brasileiras em outubro.

A BHP disse que está otimista que um acordo final seja alcançado "em breve" e reiterou que segue nas negociações em busca de um acordo definitivo que garanta uma reparação justa e integral aos atingidos e ao meio ambiente.

A Samarco não respondeu imediatamente, mas têm reforçado também o compromisso com as negociações e com a reparação.

O montante é superior aos R$ 82 bilhões de novos recursos a serem pagos para compensar o desastre, ofertados na última proposta feita pelas companhias, em junho.

Além disso, o ministro afirmou que as negociações atualmente preveem que as companhias empenhem R$ 30 bilhões para executar obrigações que permanecerão sob responsabilidade das mineradoras. Na proposta anterior, a previsão era de aporte de R$ 21 bilhões nessas atividades, que previam por exemplo a retirada de rejeitos do rio Doce.

"Inclusive, desses R$ 30 bilhões, (estão previstos) recursos para indenizar novas 250 mil famílias", afirmou. **(Reuters)**

MEDCEL EDITORA E EVENTOS S.A.
CNPJ/MF 07.164.688/0001-94 -NIRE 35300486056
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2024

1. **Data, hora e local:** 01 de agosto de 2024, às 15:30 horas, na sede social da MEDCEL Editora e Eventos S.A., localizada na Alameda Lorena, nº 269, conjuntos 53, 54 e 80, bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.424-001 ("Companhia" ou "Incorporada"). **2. Convocação e presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a única acionista da Companhia, detentora da totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. Lavratura da ata:** A acionista presente aprovou a lavratura da ata a que se refere a presente Assembleia Geral na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **4. Composição da mesa**: Por indicação da acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia, assumiu os trabalhos na qualidade de Presidente da Mesa o Sr. Virgílio Deloy Capobianco Gibbon e o Sr. Anibal José Grifo de Sousa, na qualidade de Secretário da Mesa. **5. Ordem do dia:** Deliberar sobre a aprovação dos atos relativos à incorporação da Companhia pela Afya Participações S.A., sociedade empresária limitada, com sede na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, 15 andar, bairro Vila da Serra, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-056, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 23.399.329/0001-72, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31300113663 ("Incorporadora" e "Incorporação", respectivamente), quais sejam: (i) a aprovação do "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da MEDCEL Editora e Eventos S.A. pela Afya Participações S.A.", celebrado em 01 de agosto de 2024, pela administração da Companhia ("Protocolo"); (ii) a ratificação, nomeação e contratação da Empresa Especializada (conforme definido abaixo) que realizou a avaliação do valor contábil da Companhia a ser vertido à Incorporadora; (iii) a aprovação do laudo de avaliação do valor contábil da Companhia elaborado pela Empresa Especializada (conforme definido abaixo) ("Laudo de Avaliação"); (iv) a aprovação da incorporação da Companhia pela Incorporadora, nos termos do Protocolo e do artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações, com a versão da totalidade do patrimônio apurado da Companhia à Incorporadora, com a consequente extinção da Companhia ("Incorporação"); e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pelos administradores da Companhia no âmbito da Incorporação, bem como a autorização para que os administradores da Companhia tomem todas as providências necessárias para a formalização da Incorporação e da consequente extinção da Companhia. **6. Deliberações**: Instalada a assembleia, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia deliberou, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, por: 6.1. - Aprovar, integralmente, o Protocolo, que estabelece os termos, condições e justificativas da Incorporação, bem como, os critérios de avaliação do valor contábil da Companhia, com a consequente extinção da Companhia e sucessão universal de todos os seus direitos e obrigações pela Incorporadora, que integra a presente ata na forma de seu Anexo I. 6.2. - Aprovar e ratificar a escolha e nomeação da Villela e Associados Auditoria e Consultoria SS, sociedade simples pura, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.071.420/0001-08, com sede na Avenida Aggeo Pio Sobrinho, nº 204, sala 808 e 809, bairro Buritis, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.575-834, ("Empresa Especializada"), para a avaliação do valor contábil da Companhia, e elaboração do Laudo de Avaliação para fins da Incorporação, com base no balanço patrimonial da Companhia levantado na Data Base (conforme definido abaixo), a qual, previamente consultada, aceitou o encargo e apresentou a sua avaliação com estrita observância aos critérios contábeis e à legislação societária atualmente em vigor. 6.3. - Aprovar, integralmente e sem ressalvas, o Laudo de Avaliação, o qual compõe o Anexo I do Protocolo. 6.3.1. - De acordo com o Laudo de Avaliação, o valor patrimonial contábil da Companhia é de R$ 14.604.473,64 (quatorze milhões, seiscentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos) negativos, o qual será incorporado pela Incorporadora, na data base de 31 de julho de 2024 ("Data Base"). 6.3.2 - Quaisquer variações patrimoniais da Companhia ocorridas entre a Data Base e a presente data serão absorvidas pela Incorporadora, efetuando-se os lançamentos necessários nos respectivos livros contábeis e fiscais, nos termos do Protocolo e da legislação aplicável. 6.4. - Aprovar a Incorporação da Companhia pela Incorporadora, nos termos do Protocolo, com a versão da totalidade do patrimônio da Companhia à Incorporadora, que a sucederá em todos os seus direitos e obrigações, com a consequente extinção da Companhia. 6.4.1 - Tendo em vista que a Incorporadora é detentora da totalidade do capital social da Incorporada, bem como, em razão do acervo líquido patrimonial contábil da Incorporada ser negativo, a Incorporação não acarretará aumento do capital social da Incorporadora, nem alteração do número de ações de sua emissão, não havendo, assim, relação de substituição, inclusive para os fins do artigo 264 da Lei das Sociedades por Ações dispensando-se a elaboração do laudo de avaliação que trata o citado artigo. 6.4.2 - Tendo em vista a presente aprovação da Incorporação, bem como a aprovação da Incorporação em Assembleia Geral Extraordinária da Incorporadora, realizada em 01 de agosto de 2024, a Companhia será extinta de pleno direito, nos termos do artigo 227, §3º da Lei das Sociedades por Ações, e a Incorporadora assumirá as responsabilidades, ativas e passivas, relativas à Companhia, passando a ser sua sucessora legal para todos os efeitos. 6.5. - Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima tomadas, inclusive os registros, averbações e transferências necessárias para a implementação da Incorporação e assinatura de todos os documentos pertinentes à consecução das operações aqui previstas, bem como, ratificar os atos já praticados pelos administradores essenciais para efetivação das deliberações tomadas nesta assembleia. 7. Arquivamento: Por fim, a acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia deliberou pelo arquivamento da presente ata perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, para os devidos fins legais. 8. Aprovação e encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Virgílio Deloy Capobianco Gibbon, Presidente; e Anibal José Grifo de Sousa, Secretário. Acionista Presente: Afya Participações S.A. (p.p. Virgílio Deloy Capobianco Gibbon e Anibal José Grifo de Sousa). São Paulo/SP, 01 de agosto de 2024. (Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio). Mesa: Virgílio Deloy Capobianco Gibbon - Presidente da Mesa; Anibal José Grifo de Sousa - Secretário da Mesa.

ANEXO I - Protocolo e Justificação
Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da MEDCEL Editora e Eventos S.A pela Afya Participações S.A.

Pelo presente instrumento: (i) Afya Participações S.A., sociedade anônima fechada, com sede e foro na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, 15 andar, bairro Vila da Serra, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-056, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.399.329/0001-72, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 31300113663, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente como "Incorporadora"; e (II) MEDCEL Editora e Eventos S.A., sociedade anônima fechada, com sede na Alameda Lorena, nº 269, conjuntos 53, 54 e 80, bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.424-001, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 07.164.688/0001-94, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35300486056, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente como "Incorporada", e, em conjunto com a Incorporadora, denominadas "Sociedades"; Têm entre si certo e ajustado celebrar o presente "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da MEDCEL Editora e Eventos S.A. pela Afya Participações S.A." ("Protocolo"), para indicar os motivos e justificativas, bem como estabelecer os termos e condições que deverão reger a incorporação da Incorporada pela Incorporadora, de acordo com as disposições aplicáveis dos artigos 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). 1. Características das Sociedades Envolvidas - 1.1 - A Incorporadora é uma sociedade anônima de capital fechado, cujo capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 2.706.347.143,60 (dois bilhões, setecentos e seis milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cento e quarenta e três reais e sessenta centavos), dividido em 4.079.208 (quatro milhões, setenta e nove mil, duzentas e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 1.2. - A Incorporada é uma sociedade anônima de capital fechado, cujo capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 65.038.000,00 (sessenta e cinco milhões e trinta e oito mil reais), dividido em 15.141.250 (quinze milhões, cento e quarenta e uma mil, duzentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

2. Descrição da Operação Pretendida e Justificação - 2.1. - O presente Protocolo tem por objetivo consubstanciar as justificativas, termos e condições da operação de incorporação da Incorporada pela Incorporadora, com versão da totalidade do patrimônio apurado da Incorporada à Incorporadora, na forma prevista no artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações, a consequente extinção da Incorporada e a sucessão universal de todos os seus direitos e obrigações pela Incorporadora ("Incorporação"). 2.2. - O objetivo da incorporação da Incorporada pela Incorporadora, como proposta neste Protocolo, é promover a unificação das atividades e da administração das Sociedades, da qual resultarão a redução de custos administrativos, comerciais e financeiros, bem como a racionalização de trabalho, operações, aproveitamento de sinergias e metas de organização. 2.3. - Pelos motivos acima expostos, as administrações das Sociedades decidem submeter à deliberação de seus respectivos acionistas esta proposta de Incorporação da Incorporada pela Incorporadora, a qual, se aprovada, obedecerá aos procedimentos e condições descritos abaixo. 3. Elementos Patrimoniais a Serem Vertidos - 3.1. - Como resultado da Incorporação da Incorporada pela Incorporadora, a totalidade do acervo líquido da Incorporada será transferido à Incorporadora, ou seja, todos os elementos do ativo e do passivo da Incorporada, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de julho de 2024 ("Data Base"). 3.2. - Como consequência da versão da totalidade do acervo líquido da Incorporada à Incorporadora, a Incorporada será extinta no ato da Incorporação. 4. Avaliação do Patrimônio a ser Vertido - 4.1. - Base da Avaliação. Os elementos patrimoniais da Incorporada a serem vertidos para a Incorporadora, para fins da Incorporação da Incorporada, serão avaliados com base no seu valor patrimonial contábil, apurado com base no balanço levantado na Data Base. 4.2. - Empresa de Avaliação. O laudo de avaliação do acervo líquido da Incorporada a ser vertido à Incorporadora ("Laudo de Avaliação"), conforme o disposto no artigo 226 da Lei das Sociedades por Ações, foi elaborado pela Villela e Associados Auditoria e Consultoria SS, sociedade simples pura, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.071.420/0001-08, com sede na Avenida Aggeo Pio Sobrinho, nº 204, sala 808 e 809, bairro Buritis, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.575-834 ("Empresa Especializada"), o qual passa a fazer parte integrante e indissociável do presente Protocolo para os devidos fins de direito, nos termos do Anexo I. A Empresa Especializada declarou (i) não possuir qualquer conflito ou comunhão de interesses, real ou potencial, com as Sociedades e seus acionistas ou no tocante à própria Incorporação; e (ii) que os acionistas e administradores das Sociedades não praticaram qualquer ato que possa ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões. 4.2.1. - Nos termos do artigo 227, §1º da Lei das Sociedades por Ações, a indicação da Empresa Especializada será submetida à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária da Incorporadora que deliberar acerca da incorporação. 4.3. - Acervo Líquido Patrimonial Contábil. Tendo sido previamente informada sobre sua indicação como avaliadora, a Empresa Especializada determinou, com base no balanço levantado na Data Base, que o valor do acervo líquido patrimonial contábil da Incorporada é de R$ 14.604.473,64 (quatorze milhões, seiscentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos) negativos. 4.4. - Variações Patrimoniais. Eventuais variações patrimoniais sofridas pelo acervo líquido da Incorporada, entre a Data Base e a data da efetiva realização da operação de incorporação, serão absorvidas pela Incorporadora, efetuando-se os lançamentos necessários nos respectivos livros contábeis e fiscais nos termos da legislação aplicável. 4.5. - Capital Social da Incorporadora. Tendo em vista que a Incorporadora é detentora da totalidade do capital social da Incorporada, bem como, em razão do acervo líquido patrimonial contábil da Incorporada ser negativo, a Incorporação não acarretará aumento do capital social da Incorporadora, nem alteração do número de ações de sua emissão, não havendo, assim, relação de substituição, inclusive para os fins do artigo 264 da Lei das Sociedades por Ações.

5. Atos Societários - Serão realizadas as pertinentes Assembleias Gerais Extraordinárias da Incorporadora e da Incorporada para apreciação e deliberação a respeito da aprovação da Incorporação prevista neste Protocolo, com a consequente transferência do patrimônio da Incorporada à Incorporadora e extinção da Incorporada. 5.2. - Não há que se falar em direito de recesso aos acionistas da Incorporadora no contexto da Incorporação, uma vez que a legislação aplicável limita tal direito aos acionistas da Incorporada, sendo essa subsidiária integral da Incorporadora. Dessa forma, também não há que se falar em acionistas dissidentes, e, por consequência, de valor de reembolso de acionista da Incorporadora em decorrência da Incorporação. 5.3. - As Sociedades comprometem-se a realizar os demais atos societários que se fizerem necessários à perfeita regularização do estabelecido neste Protocolo, uma vez aprovado pelos acionistas das Sociedades. 6. Disposições Finais - 6.1. - Sucessão em Direitos e Obrigações. A Incorporadora assumirá as responsabilidades, ativas e passivas, relativas ao patrimônio da Incorporada, que lhe serão transferidas nos termos deste instrumento. 6.2. - Implementação. Competirá à administração das Sociedades praticar todos os atos, registros e averbações necessárias para a implementação da Incorporação, caso essa venha a ser aprovada. 6.3. - Aprovação. Este Protocolo contém as condições exigidas pela Lei das Sociedades por Ações. 6.4. - Alteração. Este Protocolo somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado pelas Sociedades. 6.5. - Nulidade e Ineficácia. A eventual declaração por qualquer tribunal de nulidade ou a ineficácia de qualquer das avenças contidas neste Protocolo não prejudicará a validade e eficácia das demais, que serão integralmente cumpridas, obrigando-se as Sociedades a envidar seus melhores esforços de modo a ajustar-se validamente para obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido anulada ou tiver se tornado ineficaz. 6.6. - Renúncia. A falta ou o atraso de qualquer das Sociedades em exercer qualquer de seus direitos neste Protocolo não deverá ser considerado como renúncia ou novação e não deverá afetar o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada e por escrito. 6.7. - Irrevogabilidade e Irretratabilidade. O presente Protocolo é irrevogável e irretratável, sendo que as obrigações ora assumidas pelas Sociedades obrigam também seus sucessores a qualquer título. 6.8. - Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, das Sociedades. 6.9. - Lei Aplicável. Este Protocolo e Justificação será interpretado e regido pelas leis da República Federativa do Brasil. 6.1.0. - Foro. As Sociedades e suas respectivas administrações elegem Foro Central da Comarca de Nova Lima, Estado de Minas Gerais para dirimir eventuais divergências oriundas deste Protocolo. Assinatura Digital. As Sociedades declaram e reconhecem que este Protocolo, assinado eletronicamente por meio da plataforma Docusign (ou plataforma similar) (i) é válido e eficaz entre as Sociedades, representando fielmente os direitos e obrigações acordados entre as Sociedades; e (ii) possui força probatória, tendo em vista que é possível preservar a integridade de seu conteúdo e comprovar a autoria das assinaturas das partes signatárias, com renúncia a qualquer direito de alegar o contrário. A assinatura eletrônica por uma pessoa física, ainda que feita uma única vez, será considerada como válida, eficaz e vinculante em relação a sua própria pessoa natural, qualquer pessoa natural ou jurídica de que seja procurador ou representante legal. A data de início de vigência deste Protocolo, para todos os fins, será a data indicada no fecho, ainda que as assinaturas eletrônicas sejam apostas em outra data. Ainda que alguma das Sociedades venha a assinar digitalmente este Protocolo em local diverso, o local de celebração deste Contrato é, para todos os fins, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento de forma digital, nos termos do Item 6.11 acima e para um só efeito. Nova Lima/MG, 01 de agosto de 2024. Afya Participações S.A. - Virgílio Deloy Capobianco Gibbon – Diretor; Anibal José Grifo De Sousa – Diretor. MEDCEL Editora e Eventos S.A. - Virgílio Deloy Capobianco Gibbon – Diretor; Anibal José Grifo De Sousa – Diretor.

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Apresentação dos Trabalhos - VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais, sob o nº 7.189/O, na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 12.971 e no CNPJ sob o nº 07.071.420/0001-08, sediada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Orlando Moretzsohn, nº 82, CEP 30.575-300, representada pelo seu sócio, Sr. Luis Guilherme Villela Alves, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade M – 4.209.906, inscrito no CPF sob o n. 713.730.986-0 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais sob o n. 67.509/O-8, residente e domiciliado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Henrique Furtado Portugal, 235, apto 102, CEP 30.493-175 , foi nomeada pela administração da AFYA Participações S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.399.329/0001-72, com sede na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, salas 402, 404, 502, 504, 1.501 e 1.503, bairro Vila da Serra, CEP 34.006- 056 (simplesmente "Afya" ou "Companhia") para proceder à avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, da MEDCEL EDITORA E EVENTOS S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ 07.164.688/0001-94, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Lorena, nº 269, conjuntos 53, 54 e 80, bairro jardim Paulista, CEP 01.424-001 (simplesmente "MEDCEL" ou "Empresa") em 31 de julho de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos. **Objetivo e Contexto da Transação -** O presente Laudo de Avaliação tem por objetivo atender as exigências do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, alterada pela Lei 11.638/07), para avaliação do valor contábil em 31 de julho de 2024, do patrimônio líquido da MEDCEL. **Considerações Importantes -** Os resultados apresentados neste Laudo de Avaliação não levaram em consideração circunstâncias específicas, objetivos ou necessidades particulares de cada empresa e não podem, portanto, ser interpretados como recomendação de qualquer tomada de decisão. A VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS não será, em hipótese alguma, responsabilizada por qualquer decisão tomada por qualquer acionista e membro da administração da MEDCEL e/ou da AFYA, bem como quaisquer terceiros com base neste Laudo de Avaliação, não se responsabilizando por perdas indiretas ou lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso do Laudo de Avaliação. Este Laudo de Avaliação, incluindo suas análises e conclusões, não expressa qualquer opinião sobre quaisquer efeitos benéficos ou maléficos que eventualmente possam impactar a MEDCEL e/ou da AFYA, bem como não cria para a VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS qualquer responsabilidade em relação ao resultado da operação. **Responsabilidade da Administração sobre as Informações Contábeis -** A administração da MEDCEL é responsável pela escrituração dos seus respectivos livros e elaboração de informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que elas determinaram como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está descrito no Anexo I do laudo de avaliação. **Alcance dos trabalhos e Responsabilidade do Auditor Independente -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da MEDCEL em 31 de julho de 2024, com base no seu balanço patrimonial e também com base nos trabalhos por nós conduzidos. Nosso trabalho foi desenvolvido unicamente para uso da solicitante, visando o objetivo já aqui descrito. Portanto, este laudo não deverá ser utilizado parcial ou totalmente para divulgação em veículos públicos sem a prévia autorização, por escrito, da VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS, exceto para fins de cumprimento da legislação. A VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS se compromete a resguardar o sigilo das informações fornecidas pela MEDCEL. De acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), não temos conhecimento de conflito de interesses direto ou indireto, bem como outras circunstâncias relevantes que representem conflitos de interesses em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão descritos neste Laudo. Não temos conhecimento de qualquer ação dos administradores da MEDCEL e/ou da AFYA no sentido de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologia de trabalho relevante para a qualidade da respectiva conclusão. Não fomos informados e não temos conhecimento de qualquer evento relacionado às atividades da MEDCEL e/ou da AFYA que possam trazer impactos e alterações relevantes no resultado desta avaliação. Não fomos requeridos para realizar a atualização deste Laudo após a data de sua emissão. Para a avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, da MEDCEL demonstrado no Anexo II, foi feita verificação a fim de avaliar as demonstrações contábeis levantadas em 31 de julho de 2024 ("Documentos Contábeis"), compreendendo, dentre outros procedimentos, a verificação e a análise do atendimento aos preceitos legais em relação ao registro contábil dos ativos e passivos e a verificação dos livros e documentos de suporte aos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Conclusão -** Com base nos procedimentos acima descritos, o patrimônio líquido contábil negativo (passivo a descoberto) da MEDCEL EDITORA E EVENTOS S.A., na data base de 31 de julho de 2024, resumido no Anexo II, que é parte integrante deste laudo de avaliação é de - R$ 14.604.473,64 (quatorze milhões, seiscentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos). São Paulo, 12 de agosto de 2024. **Villela e Associados Auditoria e Consultoria** SS CRC MG – 7.189/0-O - CVM – 12.971 - CNPJ - 07.071.420/0001-08. **Luis Guilherme Villela Alves -** Contador - CRC/MG – 67.509/O-8 CPF – 713.730.986-00. **MEDCEL EDITORA E EVENTOS S.A.** - Welder Ferreira Santos - Contador - CRC MG : 51.003 - CPF: 657.913.126-87

ANEXO I

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização. **c) Passivos Circulantes -** Estão apresentados pelos valores conhecidos ou estimados e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos incorridos até a data do balanço. **d) Provisões -**Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. No que se refere às provisões relacionadas aos riscos trabalhistas, a avaliação da probabilidade de desembolso de caixa inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

ANEXO II

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO	**31/07/2024**	**PASSIVO**	**31/07/2024**
CIRCULANTE		**CIRCULANTE**	
Caixa e equivalentes de caixa	2.711.447,78	Fornecedores	91.080.070,28
Clientes	21.314.908,80	Obrigações tributárias	460.547,17
Tributos a recuperar	2.091.695,21	Empréstimos e financiamentos	3.080.291,59
Adiantamentos	78.843,17	Receitas diferidas	1.781.134,71
Outros	113.146,09	Outros	1.463.145,57
	26.310.041,05		**97.865.189,32**
Clientes	3.461.980,65	Obrigações tributárias	717.893,76
		Provisão para contigências	731.825,60
		Empréstimos e financiamentos	12.041.311,48
Depósitos judiciais	99.477,26	Outros	19.970,99
Realizável a longo prazo	**3.561.457,91**	**Não Circulante**	**12.041.311,48**
Imobilizado	12.485.866,05	**Patrimônio Líquido**	
Intangível	54.414.352,50	Capital social	65.038.000,00
	66.900.218,55	Reserva de lucros	(79.642.473,64)
Não Circulante	**70.461.676,46**		**(14.604.473,64)**
Total Ativo	**96.771.717,51**	**Total Passivo e Patrimônio Líquido**	**96.771.717,51**

Assinaturas: MEDCEL EDITORA E EVENTOS S.A. - Welder Ferreira Santos - Contador - CRC MG : 51.003 - CPF: 657.913.126-87; Anibal José Grifo de Sousa - Diretor - CPF: 082.381.497-11.
JUCEMG: Certifico o registro sob o nº 11921717 em 21/08/2024 da Empresa AFYA PARTICIPACOES S.A., Nire 31300113663 e protocolo 245047913 - 14/08/2024. Efeitos do registro: 01/08/2024. Autenticação: C6894320544D152F866DC5A9FCBCBF468CC645C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. ***Atos da Incorporada registrados na JUCESP sob o nº 327.666/24-2 em 02/09/2024.***

Concessionária de rodovias em Minas capta R$ 1,3 bilhão

INFRAESTRUTURA Grupo de bancos, com participação do BNDES, oferece títulos ao mercado para projeto do complexo rodoviário Triângulo Mineiro

LEONARDO MORAIS

A EPR Triângulo recebeu R$ 1,3 bilhão para modernizar e ampliar o complexo de rodovias no Triângulo Mineiro. O valor foi obtido por meio da oferta de emissão de debêntures com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e financiará o 1º ciclo de investimentos no sistema.

Com investimentos totalizados em R$ 2,1 bilhões a serem investidos até 2031, a emissão foi considerada a primeira de longo prazo para um participante no mercado de investimentos em rodovias no Brasil. A expectativa é que o projeto possa gerar cerca de 880 empregos, entre diretos e indiretos na região.

Para o diretor-presidente do Grupo EPR, José Carlos Cassaniga, a eficiência na gestão de projetos de infraestrutura da empresa foi decisiva para o acesso a recursos financeiros que viabilizam a manutenção das operações. Segundo ele, as iniciativas, aliadas às práticas de cumprimento dos processos contratuais e a atuação em prol do desenvolvimento regional, contribuem para que o resultado seja favorável a quem trafega pelas rodovias sob concessão na região.

Inicialmente, ações preveem intervenções de caráter corretivo para melhorar trafegabilidade e segurança ao usuário. Entre as medidas destacadas estão serviços 24 horas, com a disponibilidade de seis ambulâncias, sete guinchos, três veículos de combate a incêndio e um veículo adaptado para remoção e apreensão de animais.

Também estão previstos nesta etapa a inserção de veículos para inspeção de tráfego e supervisão de operações. A EPR Triângulo destaca ainda que direcionará recursos para suporte ao usuário e tecnologia: no período, serão implementadas base de apoio aos usuários e um centro de controle operacional, que permitirá um acompanhamento contínuo das condições do local.

Já a partir do terceiro ano de contrato, estão previstas obras estruturais e de ampliação. Ao todo, serão 55 quilômetros (km) de faixas adicionais, 353 km de acostamentos, 36 km de duplicações, além da instalação de paradas de ônibus, otimização de acessos, adequações de pontes e viadutos e novos dispositivos de segurança.

Mercado está receptivo - Um dos destaques da recente captação é a redução de participação do BNDES com relação ao compromisso inicial firmado pelo banco. De acordo com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o montante, que era de R$ 525 milhões, passou para aproximadamente R$ 187 milhões.

Mercadante acrescenta que medida é resultante do sucesso da oferta e mostra uma receptividade positiva do mercado com relação aos investimentos. "O BNDES atuou de forma complementar aos investidores privados e aos demais bancos coordenadores, reduzindo a sua participação frente ao seu compromisso inicial", comenta.

Iniciada em 2023, a concessão do complexo de rodovias no Triângulo Mineiro terá a duração de 30 anos. Durante o período, estão previstos investimentos totais na ordem de R$ 5,9 bilhões.

De acordo com a concessionária, os investimentos em infraestrutura e tecnologia seguem constantes com foco em melhorar a experiência dos usuários e assegurar respostas rápidas em situações de emergência. De janeiro a agosto de 2024, foram realizados mais de 11 mil atendimentos sendo, 5.820 de socorro mecânico e 4.035 remoções de veículos, além de 881 atendimentos pré-hospitalares e 442 atendimentos à demais incidentes.

Ao todo, o projeto engloba 9 rodovias: BR-452, BR-365, MGC-452, MGC-462, LMG-782, LMG-798, LMG-812, MG-190 e MG-427 e se estende por 627,4 km no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Os respectivos trechos passam por 16 municípios, dentre eles, Araguari, Araxá, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia.

A EPR Triângulo administra um trecho de 627 km de rodovias que atravessam o Triângulo e Alto Paranaíba FOTO: DIVULGAÇÃO / EPR TRIÂNGULO

"CONVOCAÇÃO ORGBRISTOL
Pela presente fica V. Sa., convocado para reunião de sócios da Orgbristol – Organizações Bristol Ltda., a ser realizada no dia 25 de setembro de 2024, às 10h00min, em primeira convocação, no escritório da sociedade, localizado na Rua dos Timbiras, 1940, sala 1817, em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.140-061, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Deliberar sobre Balanço Patrimonial e sobre a Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da empresa ORGBRISTOL – ORGANIZAÇÕES BRISTOL LTDA., à vista da documentação que está disponível desde o dia 31/05/2024; (b) Outros assuntos de interesse dos sócios. Belo Horizonte, 11 de setembro de 2024."

EDITAL DE CITAÇÃO 27ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O MM. Juiz de Direito Cássio Azevedo Fontenelle da 27ª. Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação de Execução Por Título Extrajudicial nº 5146396-48.2020.8.13.0024, que a Exequente: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE - CNPJ -01.685.053/0001-56 move contra: SUPERA SERVICOS DE GESTAO EM ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO EIRELI – EPP - CNPJ - 14.202.845/0001-74 . A parte exequente ajuizou a presente ação, alegando ter celebrado contrato de prestação de serviços de seguro saúde com a executada, referente ao plano Exato Empresarial/PME Trad. 15 AHO QP, com registro na ANS, através da proposta nº 25510463, acostada aos autos, convolando na apólice nº 195253337. O contrato firmado estabelecia a necessidade de pagamento do valor mensal de R$ 8.368,19 (oito mil e trezentos e sessenta e oito reais e dezenove centavos) concernente ao prêmio saúde, com vigência mínima conforme cláusula do contrato (manual do usuário). Aduz, ainda a parte exequente que referido contrato, atribuiu à executada a responsabilidade quanto ao pagamento dos prêmios mensais, através dos boletos emitidos pela exequente. Ocorre que a relação contratual convencionada entre as partes fora maculada, uma vez que a executada não honrou com sua obrigação, deixando de promover o pagamento devido (Dezembro/2019). Afirma também que a inadimplência da executada se manteve no mês de Janeiro de 2020, perfazendo em 16/12/2019 um débito decorrente de título de obrigação certa, liquida e exigível (prêmio de seguro saúde, vencido e não pago), atribuindo à causa o valor de R$ 19.217,26 (dezenove mil e duzentos e dezessete reais e vinte e seis centavos). Estando a executada SUPERA SERVICOS DE GESTAO EM ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO EIRELI – EPP - CNPJ - 14.202.845/0001-74, em local incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de citá-la, para todos os termos da presente ação e para efetuar o pagamento da dívida acima apontada no prazo de 03 dias, nos termos do art. 829, do CPC. O pagamento do débito poderá ser parcelado em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, na forma do art. 916 do CPC. Os embargos poderão ser opostos, independentemente de penhora no prazo de 15 dias. Advirta-se que em caso de ausência de manifestação da executada, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais como curadora especial, nos termos do artigo 72, II, do CPC. E, para constar, expediu-se o presente edital, que deverá ser publicado por 3 (três) vezes no espaço de 15 (quinze) dias as três publicações, uma vez no Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local, e, que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 5 de setembro de 2024. K-14e17/09

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 123 / **Ano:** 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.2481.0033754/2024-69
Objeto: Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e operação de sistemas centrais de refrigeração, renovação de ar e condicionadores de ar monobloco (ACJ), modulares (splits) e portáteis.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 01/10/2024.**
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 01/10/2024.**
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 16 de setembro de 2024.
Dariana Augusta de Toledo Patrocínio Ruiz
Coordenadora da Diretoria de Gestão de Compras e Licitações em substituição
(*) Republicado devido à correção do nº de lotes no Siad, em conformidade com edital previamente divulgado. Não haverá reabertura de prazo para esclarecimentos e impugnações.

Santander | SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 27 de setembro de 2024, a partir das 10h50min
2º LEILÃO: 30 de setembro de 2024, a partir das 14h50min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 0010342102, firmado em 27/10/2022, com o(s) **Fiduciante(s) ANA PAULA SILVA**, maior, inscrito no CPF n° 013.289.836-50, no dia **27 de setembro de 2024, a partir das 10h50min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)**, o imóvel matriculado sob n° 52.964 do Oficial de Registro de Imóveis de Esmeraldas/MG, constituído pela Casa 02 situada na Rua Raposos, nº 145, Condomínio Residencial Salentein, Bairro São Pedro, em Esmeraldas/MG, com área construída de 68,50m², área livre de 178,70 m², vaga de estacionamento, área total real de 247,20 m², fração ideal de 0,5000 do lote nº 19, da quadra nº 63, com a área de 494,40m². Cadastro Municipal: 01.080.063.0319.001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.07 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Recai sobre o imóvel ação 5002734-15.2024.8.13.0241. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **30 de setembro de 2024, a partir das 14h50min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 285.989,39 (Duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22588).

SANTA DUNA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ/ME 22.902.593/0001-14 | NIRE 35.300.479.921
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA VIA PLATAFORMA DIGITAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

Sociedade anônima fechada criada conforme o Plano de Recuperação Judicial da MMX Sudeste Mineração S/A ("MMX"), aprovado pela assembleia geral de credores realizada no dia 28 de agosto de 2015 e constante dos Autos nº 0024.14.298.866-6, em trâmite na 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte/MG - Itens 1.2.63; 1.1.69; 5.4. ("PRJ"). O liquidante da Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), na forma da Cláusula 8ª do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), convida os srs. Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada no dia 30 de setembro de 2024, em primeira convocação, às 14:00 horas e, em segunda convocação, às 14:15 horas, exclusivamente via plataforma digital de vídeo e teleconferência "Microsoft Teams", para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (I) Nos termos do art. 213 da Lei 6.404/76, aprovar a prestação de contas dos atos e operações praticados no semestre e apresentar o relatório e o balanço do estado da liquidação. Informações Gerais: 1. Em conformidade com o artigo 135, §3º, da Lei 6.404/76 encontram-se à disposição dos senhores Acionistas, desde a presente data, na sede social da Companhia, os documentos relacionados às deliberações objeto desta AGE. 2. Para participarem virtualmente da AGE por meio da plataforma digital Microsoft Teams, os Acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico santaduna@tpcadvogados.com.br, preferencialmente até às 10:00 horas do dia 27 de setembro de 2024. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à AGE, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como cópia simples do documento hábil de identidade do Acionista e, conforme o caso, de seu representante ou procurador, além do instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado do contrato ou estatuto social, ata do Conselho de Administração (se houver) e de Diretoria, caso o acionista seja pessoa jurídica, bem como o documento hábil de identidade do representante. 3. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos de representação, a Companhia enviará para o e-mail informado em sua solicitação, pelo Acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma digital Microsoft Teams, sendo remetido apenas um convite individual por solicitação. As demonstrações financeiras e/ou informações da Companhia estarão disponíveis na sede social da Companhia ou pelo e-mail santaduna@tpcadvogados.com.br. 4. O Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação virtual e não tenha recebido, da Companhia, o e-mail com o link e instruções para acesso e participação na AGE até às 11:00 horas do dia 30 de setembro de 2024, deverá entrar em contato com a Companhia impreterivelmente até as 13:00 horas do dia 30 de maio de 2024, pelo e-mail santaduna@tpcadvogados.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso. 5. Adicionalmente, os Acionistas que tenham manifestado sua participação virtual poderão, até às 11:00 horas do dia 30 de maio de 2024, entrar em contato com a Companhia, pelo e-mail santaduna@tpcadvogados.com.br, a fim de dirimir quaisquer dúvidas com relação ao Material de Suporte. 6. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do Acionista. 7. A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista nas AGE por meio da plataforma digital Microsoft Teams. 8. A decisão da Companhia acerca da participação da AGE de modo digital foi tomada de acordo com o Art. 121, parágrafo único, da Lei 6.404/76 e Instrução Normativa DREI nº 79/2020, Art. 1º, §1º, I. 9. Nos termos do §3º da Cláusula 8ª do Estatuto Social, a AGE será instalada, em primeira convocação, com a presença de Acionistas titulares de ações representando, no mínimo, a maioria do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. Minas Gerais, 16 de setembro de 2024. Rogério Noé – Liquidante da Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. Em Liquidação. K-17,18e19/09

AFYA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 23.399.329/0001-72 - NIRE 31300113663
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2024

1. Data, hora e local: 01 de agosto de 2024, às 14:00 horas, na sede social da Afya Participações S.A., na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, 15 andar, bairro Vila da Serra, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-056 ("Companhia" ou "Incorporadora"). **2. Convocação e presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estar presente a única acionista da Companhia, detentora da totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. Lavratura da ata:** A acionista presente aprovou a lavratura da ata a que se refere a presente Assembleia Geral na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **4. Composição da mesa**: Por indicação da acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia, assumiu os trabalhos na qualidade de Presidente da Mesa o Sr. Virgílio Deloy Capobianco Gibbon e o Sr. Anibal José Grifo de Sousa, na qualidade de Secretário da Mesa. **5. Ordem do dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação do "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da Cardiopapers Soluções Digitais Ltda. pela Afya Participações S.A", celebrado em 01 de agosto de 2024, pela administração da Companhia ("Protocolo"); (ii) a ratificação, nomeação e contratação da Empresa Especializada (conforme definido abaixo) que realizou a avaliação do valor contábil da CARDIOPAPERS SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Marquês de Olinda, nº 126, subsolo 00A1, bairro Recife, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 50.030-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 26.912.906/0001-76, registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE sob o NIRE 26202352554 ("Incorporada"); (iii) a aprovação do laudo de avaliação do valor contábil da Companhia elaborado pela Empresa Especializada (conforme definido abaixo) ("Laudo de Avaliação"); (iv) a aprovação da incorporação da Incorporada pela Companhia, nos termos do Protocolo com a versão da totalidade do patrimônio apurado da Incorporada à Companhia, com a consequente extinção da Incorporada ("Incorporação"); e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pelos administradores da Companhia no âmbito da Incorporação, bem como a autorização para que os administradores da Companhia tomem todas as providências necessárias para a formalização da Incorporação e da consequente extinção da Incorporada. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia deliberou, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, por: 6.1. - Aprovar, integralmente, o Protocolo, que estabelece os termos, condições e justificativas da Incorporação, bem como, critérios de avaliação do valor contábil da Incorporada, com a consequente extinção da Incorporada e sucessão universal de todos os seus direitos e obrigações pela Companhia, que integra a presente ata na forma de seu Anexo I. 6.2. - Aprovar e ratificar a escolha e nomeação da Villela e Associados Auditoria e Consultoria SS, sociedade simples pura, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.071.420/0001-08, com sede na Avenida Aggeo Pio Sobrinho, nº 204, sala 808 e 809, bairro Buritis, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.575-834, ("Empresa Especializada"), para a avaliação do valor contábil da Incorporada, e elaboração do Laudo de Avaliação para fins da Incorporação, com base no balanço patrimonial da Incorporada levantado na Data Base (conforme definido abaixo), a qual, previamente consultada, aceitou o encargo e apresentou a sua avaliação com estrita observância aos critérios contábeis e à legislação societária atualmente em vigor. 6.3. - Aprovar, integralmente e sem ressalvas, o Laudo de Avaliação, o qual compõe o Anexo I do Protocolo. 6.3.1. - De acordo com o Laudo de Avaliação, o valor patrimonial contábil da Incorporada é de R$ 5.875.236,77 (cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos), na data base de 31 de julho de 2024 ("Data Base"). 6.3.2. - Quaisquer variações patrimoniais da Incorporada ocorridas entre a Data Base e a presente data serão absorvidas pela Companhia, efetuando-se os lançamentos necessários nos respectivos livros contábeis e fiscais, nos termos do Protocolo e da legislação aplicável. 6.4. - Aprovar a Incorporação da Incorporada pela Companhia, nos termos do Protocolo, com a versão da totalidade do patrimônio da Incorporada à Companhia, que a sucederá em todos os seus direitos e obrigações, com a consequente extinção da Incorporada. 6.1.1. - Tendo em vista que a Incorporadora é detentora da totalidade do capital social da Incorporada, a Incorporação não acarretará aumento do capital social da Incorporadora, nem alteração do número de ações de sua emissão, não havendo, assim, relação de substituição, inclusive para os fins do artigo 264 da Lei das Sociedades por Ações dispensando-se a elaboração do laudo de avaliação que trata o citado artigo. Tendo em vista a presente aprovação da Incorporação, bem como a aprovação da Incorporação por meio do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Incorporada, celebrado em 01 de agosto de 2024, a Incorporada será extinta de pleno direito e a Companhia assumirá as responsabilidades, ativas e passivas, relativas à Incorporada, passando a ser sua sucessora legal para todos os efeitos. 6. - Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima tomadas, inclusive os registros, averbações e transferências necessárias para a implementação da Incorporação e assinatura de todos os documentos pertinentes à consecução das operações aqui previstas, bem como, ratificar os atos já praticados pelos administradores essenciais para efetivação das deliberações tomadas nesta assembleia. 6. Arquivamento: Por fim, a acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social da Companhia deliberou pelo arquivamento da presente ata perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, para os devidos fins legais. Aprovação e encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Virgílio Deloy Capobianco Gibbon, Presidente; e Anibal José Grifo de Sousa, Secretário. Acionista Presente: Afya Limited (p.p Virgílio Deloy Capobianco Gibbon e Luis André Carpintero Blanco). Nova Lima/MG, 01 de agosto de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: Virgílio Deloy Capobianco Gibbon – Presidente da Mesa; Anibal José Grifo de Sousa – Secretário da Mesa.

ANEXO I - Protocolo e Justificação
Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da Cardiopapers Soluções Digitais Ltda. pela Afya Participações S.A.

Pelo presente instrumento: (i) Afya Participações S.A., sociedade anônima fechada, com sede e foro na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, 15 andar, bairro Vila da Serra, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34.006-056, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.399.329/0001-72, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o NIRE 31300113663, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente como "Incorporadora"; e (ii) Cardiopapers Soluções Digitais Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Marquês de Olinda, nº 126, subsolo 00A1, bairro Recife, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 50.030-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.912.906/0001-76, registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE sob o NIRE 26202352554, neste ato devidamente representada nos termos de seu Contrato Social, doravante denominada simplesmente como "Incorporada", e, em conjunto com a Incorporadora, denominadas "Sociedades"; Têm entre si certo e ajustado celebrar o presente "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da Cardiopapers Soluções Digitais Ltda. pela Afya Participações S.A." ("Protocolo"), para indicar os motivos e justificativas, bem como estabelecer os termos e condições que deverão reger a incorporação da Incorporada pela Incorporadora, de acordo com as disposições aplicáveis dos artigos 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). 1. Características das Sociedades Envolvidas - 1.1. - A Incorporadora é uma sociedade anônima de capital fechado, cujo capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 2.706.347.143,60 (dois bilhões, setecentos e seis milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cento e quarenta e três reais e sessenta centavos), dividido em 4.079.208 (quatro milhões, setenta e nove mil, duzentas e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 1.2. - A Incorporada é uma sociedade empresária limitada, cujo capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, todas de titularidade da Incorporadora 2. - Descrição da Operação Pretendida e Justificação - 2.1 O presente Protocolo tem por objetivo consubstanciar as justificativas, termos e condições da operação de incorporação da Incorporada pela Incorporadora, com versão da totalidade do patrimônio apurado da Incorporada à Incorporadora, na forma prevista no artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações, a consequente extinção da Incorporada e a sucessão universal de todos os seus direitos e obrigações pela Incorporadora ("Incorporação"). 2.2. - O objetivo da incorporação da Incorporada pela Incorporadora, como proposta neste Protocolo, é promover a unificação das atividades e da administração das Sociedades, da qual resultarão a redução de custos administrativos, comerciais e financeiros, bem como a racionalização de trabalho, operações, aproveitamento de sinergias e metas de organização. 2.3. - Pelos motivos acima expostos, as administrações das Sociedades decidem submeter à deliberação de seus respectivos sócios esta proposta de Incorporação da Incorporada pela Incorporadora, a qual, se aprovada, obedecerá aos procedimentos e condições descritos abaixo. 3. Elementos Patrimoniais a Serem Vertidos - 3.1. - Como resultado da Incorporação da Incorporada pela Incorporadora, a totalidade do acervo líquido da Incorporada será transferido à Incorporadora, ou seja, todos os elementos do ativo e do passivo da Incorporada, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de julho de 2024 ("Data Base"). 3.2. - Como consequência da versão da totalidade do acervo líquido da Incorporada à Incorporadora, a Incorporada será extinta no ato da Incorporação. 4. Avaliação do Patrimônio a ser Vertido - 4.1. - Base da Avaliação. Os elementos patrimoniais da Incorporada a serem vertidos para a Incorporadora, para fins da Incorporação da Incorporada, serão avaliados com base no seu valor patrimonial contábil, apurado com base no balanço levantado na Data Base. 4.2. - Empresa de Avaliação. O laudo de avaliação do acervo líquido da Incorporada a ser vertido à Incorporadora ("Laudo de Avaliação"), conforme o disposto no artigo 226 da Lei das Sociedades por Ações, foi elaborado pela Villela e Associados Auditoria e Consultoria SS, sociedade simples pura, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.071.420/0001-08, com sede na Avenida Aggeo Pio Sobrinho, nº 204, sala 808 e 809, bairro Buritis, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.575-834 ("Empresa Especializada"), o qual passa a fazer parte integrante e indissociável do presente Protocolo para os devidos fins de direito, nos termos do Anexo I. A Empresa Especializada declarou (i) não possuir qualquer conflito ou comunhão de interesses, real ou potencial, com as Sociedades e seus sócios ou no tocante à própria Incorporação; e (ii) que os sócios e administradores das Sociedades não praticaram qualquer ato que possa ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões. 4.2.1. - Nos termos do artigo 227, §1º da Lei das Sociedades por Ações, a indicação da Empresa Especializada será submetida à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária da Incorporadora que deliberar acerca da incorporação. 4.3. - Acervo Líquido Patrimonial Contábil. Tendo sido previamente informada sobre sua indicação como avaliadora, a Empresa Especializada determinou, com base no balanço levantado na Data Base, que o valor do acervo líquido patrimonial contábil da Incorporada é de R$ 5.875.236,77 (cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos). 4.4. - Variações Patrimoniais. Eventuais variações patrimoniais sofridas pelo acervo líquido da Incorporada, entre a Data Base e a data da efetiva realização da operação de incorporação, serão absorvidas pela Incorporadora, efetuando-se os lançamentos necessários nos respectivos livros contábeis e fiscais nos termos da legislação aplicável. 4.5. - Capital Social da Incorporadora. Tendo em vista que a Incorporadora é detentora da totalidade do capital social da Incorporada, a Incorporação não acarretará aumento do capital social da Incorporadora, nem alteração do número de ações de sua emissão, não havendo, assim, relação de substituição, inclusive para os fins do artigo 264 da Lei das Sociedades por Ações. 5. Atos Societários - 5.1. - Serão realizadas (i) uma Assembleia Geral Extraordinária da Incorporadora e (ii) um Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social e Extinção da Incorporada para apreciação e deliberação a respeito da aprovação da Incorporação prevista neste Protocolo, com a consequente transferência do patrimônio da Incorporada à Incorporadora e extinção da Incorporada. 5.2. - Não há que se falar em direito de recesso aos acionistas da Incorporadora no contexto da Incorporação, uma vez que a legislação aplicável limita tal direito aos quotistas da Incorporada, sendo essa subsidiária integral da Incorporadora. Dessa forma, também não há que se falar em acionistas dissidentes, e, por consequência, de valor de reembolso de acionista da Incorporadora em decorrência da Incorporação. 5.3. - As Sociedades comprometem-se a realizar os demais atos societários que se fizerem necessários à perfeita regularização do estabelecido neste Protocolo, uma vez aprovado pelos sócios das Sociedades. 6. Disposições Finais - 6.1. - Sucessão em Direitos e Obrigações. A Incorporadora assumirá as responsabilidades, ativas e passivas, relativas ao patrimônio da Incorporada, que lhe serão transferidas nos termos deste instrumento. 6.2. - Implementação. Competirá à administração das Sociedades praticar todos os atos, registros e averbações necessárias para a implementação da Incorporação, caso essa venha a ser aprovada. 6.3. - Aprovação. Este Protocolo contém as condições exigidas pela Lei das Sociedades por Ações e da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"). 6.4. - Alteração. Este Protocolo somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado pelas Sociedades. 6.5. - Nulidade e Ineficácia. A eventual declaração por qualquer tribunal de nulidade ou a ineficácia de qualquer das avenças contidas neste Protocolo não prejudicará a validade e eficácia das demais, que serão integralmente cumpridas, obrigando-se as Sociedades a envidar seus melhores esforços de modo a ajustar-se validamente para obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido anulada ou tiver se tornado ineficaz. 6.6. - Renúncia. A falta ou o atraso de qualquer das Sociedades em exercer qualquer de seus direitos neste Protocolo não deverá ser considerado como renúncia ou novação e não deverá afetar o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada e por escrito. 6.7. - Irrevogabilidade e Irretratabilidade. O presente Protocolo é irrevogável e irretratável, sendo que as obrigações ora assumidas pelas Sociedades obrigam também seus sucessores a qualquer título. 6.8. - Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, das Sociedades. 6.9. - Lei Aplicável. Este Protocolo e Justificação será interpretado e regido pelas leis da República Federativa do Brasil. 6.10. - Foro. As Sociedades e suas respectivas administrações elegem Foro Central da Comarca de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais divergências oriundas deste Protocolo. 6.1.1. - Assinatura Digital. As Sociedades declaram e reconhecem que este Protocolo, assinado eletronicamente por meio da plataforma Docusign (ou plataforma similar) (i) é válido e eficaz entre as Sociedades, representando fielmente os direitos e obrigações acordados entre as Sociedades; e (ii) possui força probatória, tendo em vista que é possível preservar a integridade de seu conteúdo e comprovar a autoria das assinaturas das partes signatárias, com renúncia a qualquer direito de alegar o contrário. A assinatura eletrônica por uma pessoa física, ainda que feita uma única vez, será considerada como válida, eficaz e vinculante em relação a sua própria pessoa natural, qualquer pessoa natural ou jurídica de que seja procurador ou representante legal. A data de início de vigência deste Protocolo, para todos os fins, será a data indicada no fecho, ainda que as assinaturas eletrônicas sejam apostas em outra data. Ainda que alguma das Sociedades venha a assinar digitalmente este Protocolo em local diverso, o local de celebração deste Contrato é, para todos os fins, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento de forma digital, nos termos do Item 6.11 acima e para um só efeito. Nova Lima/MG, 01 de agosto de 2024. Afya Participações S.A. - Virgílio Deloy Capobianco Gibbon – Diretor; Anibal José Grifo De Sousa – Diretor; Cardiopapers Soluções Digitais Ltda- Virgílio Deloy Capobianco Gibbon – Diretor; Anibal José Grifo De Sousa – Diretor

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Apresentação dos Trabalhos - VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais, sob o nº 7.189/O, na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 12.971 e no CNPJ sob o nº 07.071.420/0001-08, sediada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Orlando Moretzsohn, nº 82, CEP 30.575-300, representada pelo seu sócio, Sr. Luis Guilherme Villela Alves, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade M – 4.209.906, inscrito no CPF sob o n. 713.730.986-0 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais sob o n. 67.509/O-8, residente e domiciliado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Henrique Furtado Portugal, 235, apto 102, CEP 30.493-175 , foi nomeada pela administração da AFYA Participações S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.399.329/0001-72, com sede na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 119, salas 402, 404, 502, 504, 1.501 e 1.503, bairro Vila da Serra, CEP 34.006- 056 (simplesmente "Afya" ou "Companhia") para proceder à avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, da CARDIOPAPERS SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ 26.912.906/0001-76, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Marques de Olinda, nº 126, Sala Cobt Subsl 00A1, bairro Recife, CEP 50.030-000 (simplesmente "CARDIOPAPERS" ou "Empresa") em 31 de julho de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos. **Objetivo e Contexto da Transação -** O presente Laudo de Avaliação tem por objetivo atender as exigências do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, alterada pela Lei 11.638/07), para avaliação do valor contábil em 31 de julho de 2024, do patrimônio líquido da CARDIOPAPERS. **Considerações Importantes -** Os resultados apresentados neste Laudo de Avaliação não levaram em consideração circunstâncias específicas, objetivos ou necessidades particulares de cada empresa e não podem, portanto, ser interpretados como recomendação de qualquer tomada de decisão. A VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS não será, em hipótese alguma, responsabilizada por qualquer decisão tomada por qualquer acionista e membro da administração da CARDIOPAPERS e/ou da AFYA, bem como quaisquer terceiros com base neste Laudo de Avaliação, não se responsabilizando por perdas indiretas ou lucros cessantes eventualmente decorrentes do uso do Laudo de Avaliação. Este Laudo de Avaliação, incluindo suas análises e conclusões, não expressa qualquer opinião sobre quaisquer efeitos benéficos ou maléficos que eventualmente possam impactar a CARDIOPAPERS e/ou da AFYA, bem como não cria para a VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS qualquer responsabilidade em relação ao resultado da operação. **Responsabilidade da Administração sobre as Informações Contábeis -** A administração da CARDIOPAPERS é responsável pela escrituração dos seus respectivos livros e elaboração de informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que elas determinaram como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade está descrito no Anexo I do laudo de avaliação. **Alcance dos trabalhos e Responsabilidade do Auditor Independente -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da CARDIOPAPERS em 31 de julho de 2024, com base no seu balanço patrimonial e também com base nos trabalhos por nós conduzidos. Nosso trabalho foi desenvolvido unicamente para uso da solicitante, visando o objetivo já aqui descrito. Portanto, este laudo não deverá ser utilizado parcial ou totalmente para divulgação em veículos públicos sem a prévia autorização, por escrito, da VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS, exceto para fins de cumprimento da legislação. A VILLELA e Associados Auditoria e Consultoria SS se compromete a resguardar o sigilo das informações fornecidas pela CARDIOPAPERS. De acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), não temos conhecimento de conflito de interesses direto ou indireto, bem como outras circunstâncias relevantes que representem conflitos de interesses em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão descritos neste Laudo. Não temos conhecimento de qualquer ação dos administradores da CARDIOPAPERS e/ou da AFYA no sentido de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologia de trabalho relevante para a qualidade da respectiva conclusão. Não fomos informados e não temos conhecimento de qualquer evento relacionado às atividades da CARDIOPAPERS e/ou da AFYA que possam trazer impactos e alterações relevantes no resultado desta avaliação. Não fomos requeridos para realizar a atualização deste Laudo após a data de sua emissão. Para a avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, da CARDIOPAPERS demonstrado no Anexo II, foi feita verificação a fim de avaliar as demonstrações contábeis levantadas em 31 de julho de 2024 ("Documentos Contábeis"), compreendendo, dentre outros procedimentos, a verificação e a análise do atendimento aos preceitos legais em relação ao registro contábil dos ativos e passivos e a verificação dos livros e documentos de suporte aos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Conclusão -** Com base nos procedimentos acima descritos, o patrimônio líquido contábil da CARDIOPAPERS SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA., na data base de 31 de julho de 2024, resumido no Anexo II, que é parte integrante deste laudo de avaliação é de R$ 5.875.236,77 (Cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos). Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024. **Villela e Associados Auditoria e Consultoria SS -** CRC MG – 7.189/0-O - CVM – 12.971 CNPJ - 07.071.420/0001-08; **Luis Guilherme Villela Alves -** Contador CRC/MG – 67.509/O-8 CPF – 713.730.986-00; **CARDIOPAPERS SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA.** - João Batista de Campos - Contador - CRC SP : 90.970/O-0 - CPF: 551.189.768-04

Anexo I

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **a) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização. **c) Passivos Circulante -** Estão apresentados pelos valores conhecidos ou estimados e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos incorridos até a data do balanço. **d) Provisões** - Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. No que se refere às provisões relacionadas aos riscos trabalhistas, a avaliação da probabilidade de desembolso de caixa inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Anexo II

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO CIRCULANTE	**31/07/2024**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**31/07/2024**
Caixa e equivalentes de caixa	5.287.580,79	Fornecedores	379.298,06
Clientes	5.134.587,11	Obrigações trabalhistas	38.673,23
Tributos a recuperar	31.140,73	Obrigações tributárias	281.738,62
Adiantamentos	76.146,80	Receitas diferidas	4.435.152,29
		Partes relacionadas	4.670.138,78
		Outros	29.530,20
	10.529.455,43		**9.834.531,18**
Imobilizado	163.958,40	**Patrimônio Líquido**	
Intangível	5.016.354,12	Capital social	1.000,00
		Lucros acumulados	5.874.236,77
Não Circulante	**5.180.312,52**		5.875.236,77
Total Ativo	**15.709.767,95**	**Total Passivo e Patrimônio Líquido**	**15.709.767,95**

Assinaturas: CARDIOPAPERS SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA. - João Batista de Campos - Contador - CRC SP : 90.970/O-0 - CPF: 551.189.768-04; Anibal José Grifo de Sousa - Diretor - CPF - 082.381.497-11.
JUCEMG: Certifico o registro sob o nº 11924716 em 22/08/2024 da Empresa AFYA PARTICIPACOES S.A., Nire 31300113663 e protocolo 245047212 - 19/08/2024. Efeitos do registro: 01/08/2024. Autenticação: FAFE12EEDC958428EB73CC9A5BF80752153E4B5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. ***Atos da Incorporada registrados na JUCEPE sob o nº Arquivamento 20248542125 de 13/09/2024 e protocolo 248542125 de 27/08/2024.***

Candidato do PT promete revisar contrato dos ônibus

ROGÉRIO CORREIA

MARA BIANCHETTI, Editora

Rogério Correia, candidato à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) pelo PT, é atualmente deputado federal, mas tem extensa vida pública, com uma trajetória que inclui mandatos também como vereador e deputado estadual. Atualmente, é vice-líder do governo na Câmara dos Deputados e está licenciado do cargo para disputar as eleições municipais.

Em entrevista ao Diário do Comércio, Rogério Correia fala de suas principais motivações para concorrer ao cargo máximo do Executivo da capital mineira, enfatizando como sua experiência acumulada no Legislativo poderá contribuir para a gestão da cidade. Para ele, a colaboração entre diferentes esferas de governo, especialmente com a administração federal, particularmente na pessoa do presidente Lula (PT), a quem cita diversas vezes, será fundamental para a execução do que propõe para atender às demandas da população.

Na conversa, o petista promete a revisão dos contratos de transporte público, a renovação da frota de ônibus e a criação de um bilhete único para a Grande BH. Garante acompanhar de perto o cumprimento do contrato por parte da empresa responsável pelas obras e gestão do metrô e, ao contrário da maioria de seus concorrentes, diz não ser favorável à revisão do plano diretor da cidade.

O candidato ainda defende um crescimento ordenado para Belo Horizonte e o fortalecimento da economia local, a fim de se alcançar um crescimento sustentável e duradouro, que proporcione o aumento da arrecadação municipal e equalize as finanças da Capital. Por fim, fala sobre a proibição de atividades minerárias na Serra do Curral e a municipalização do Anel Rodoviário.

"Falam que eu falo demais do Lula. Ainda bem, porque realmente precisaremos do governo federal para muita coisa".

Por que você quer ser prefeito de Belo Horizonte?

Porque eu estou preparado para ser prefeito. Fui vereador em Belo Horizonte por dez anos, quando construímos a lei orgânica do município, a nova lei de uso e ocupação de solo e várias outras leis. Tínhamos acabado de sair do regime militar e entrar no processo democrático. Fui vereador quando Patrus Ananias e Célio de Castro também. Então, eu conheço Belo Horizonte muito bem, sou nascido aqui e gosto muito dessa cidade. Além disso, também fui deputado estadual e conheci Minas Gerais e a influência que Belo Horizonte precisa ter. Estou no segundo mandato como deputado federal e exerço ali o cargo de vice-líder do governo do presidente Lula, o que me dá mais vontade de governar BH, por saber que temos vários projetos nacionais que podem vir para Belo Horizonte e ajudar o nosso povo. Sou apoiado por seis partidos: PT, PV, PCdoB, a Rede, o PSOL, o PCB, e mais de 200 movimentos sociais que fizeram um manifesto de apoio à minha candidatura. É uma candidatura de construção coletiva.

FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / BRENO RIBEIRO

> **"Em primeiro lugar, este contrato, do jeito que está, não vamos esperar 2028 para fazer outro. Já nos primeiros dias de governo eu vou começar o debate sobre um novo contrato. E esse novo contrato tem que ser com empresas que queiram ter toda a frota renovada"**
>
> Rogério Correia

Alguns críticos dizem que foi um erro a esquerda não se unir. Os riscos são maiores?

Bem, eu não digo que a esquerda errou. O que nós procuramos o tempo inteiro, e foi recomendação do presidente Lula, foi uma unificação de todos os partidos, principalmente os de esquerda, dentro de um campo, e se pudesse ampliar para além de esquerda, que estivesse no campo da presidência. Foi isso que eu busquei fazer o tempo inteiro, e por isso unificamos todos esses partidos. E tenho como candidata a vice a Bela, que eu considero não uma candidata a vice, mas também uma candidata a prefeita junto comigo. Não tivemos a unidade porque não foi a mesma compreensão que a deputada Duda Salabert teve. Ela preferiu sair sozinha pelo PDT, o que é evidentemente mais do que legítimo, mas nossa estratégia sempre foi coletiva. E tenho certeza que essa coletividade vai permanecer e vai ser implantada no segundo turno, porque estou muito convencido de que vamos chegar ao segundo turno nessas eleições com todas essas forças que temos, com a vinculação ao presidente Lula e com o programa de governo que propomos. Temos um grande programa para governar, seguindo muitas experiências de outros prefeitos. Eu diria, modéstia à parte, que sou o candidato mais preparado para governar Belo Horizonte nesse momento.

Como você avalia a atual situação do transporte coletivo em Belo Horizonte?

Mobilidade urbana talvez seja o problema mais crítico de Belo Horizonte. Estivemos no centro da cidade, eu e a Bela, conversando com as pessoas e é impressionante, quando se pergunta sobre o transporte coletivo, não tem uma resposta de que é satisfatório. Na melhor das hipóteses, as pessoas dizem, 'mais ou menos', 'anda muito cheio', mas, em geral, a crítica é muito mais veemente. O transporte é de péssima qualidade.

O que você propõe para solucionar os problemas do transporte coletivo?

O que vamos fazer? Em primeiro lugar, este contrato, do jeito que está, não vamos esperar 2028 para fazer outro. Já nos primeiros dias de governo eu vou começar o debate sobre um novo contrato. E esse novo contrato tem que ser com empresas que queiram ter toda a frota renovada. Ônibus caindo aos pedaços, com pé de cana para as pessoas segurar, não! Quem quiser trabalhar é com frota nova. Tem dinheiro para isso? Tem. Primeiro, o próprio presidente Lula já mandou 100 ônibus elétricos através do PAC. E eu já tenho conversas com o Ministério das Cidades para essa renovação. Isso pode ser feito, portanto, pelas próprias empresas que ganharam a licitação ou que quiserem continuar com o serviço, mas com ônibus novos. Elas poderão adquirir também, custeado pelo BNDES, a juros mais baixos subsidiados. Vamos querer também que esteja nesse contrato a formatação do bilhete único e da gestão por parte da prefeitura e não das empresas. Quadro de horário, número de ônibus, número de passageiros. Esses ônibus, como serão novos, vão ter ar-condicionado e piso baixo. Porque ônibus de qualidade também reduz o problema de trânsito. E vamos incluir obras de mobilidade urbana que dependem do PAC. Eles falam que eu falo demais do Lula. Ainda bem, porque realmente precisaremos do governo federal para muita coisa. Os ônibus vão continuar tendo corredor próprio, vamos dar continuidade ao da Amazônia e vamos fazer corredor próprio em todo lugar que for possível. Ainda têm os transportes alternativos... meu compromisso é 40 mil quilômetros de ciclovia para termos alternativa no trânsito de Belo Horizonte e diminuir o trânsito. Porque o trânsito congestionado é outro problema.

Algumas cidades mineiras adotaram tarifa zero. Isto também está nos seus planos de governo?

Também proponho a tarifa zero aos finais de semana. É bom para o comércio, é bom para aquecer a economia. O pessoal às vezes fala de tarifa zero em geral, mas isso depende da alteração na legislação federal. Eu, como deputado federal, tenho acompanhado isso. Podemos até criar um fundo, que seria oriundo dos recursos que vão para vale-transporte. Mas depende de alteração na legislação trabalhista para que o empresário possa pagar para o seu empregado, não diretamente o vale, mas no fundo. Aí você pode sonhar em ter mais alguma coisa que lhe permita tarifa zero. Mas aos finais de semana, com certeza vamos fazer. E, claro, enfrentar essas empresas de transporte. Elas se acham muito e estão enrolando. Nós não vamos permitir que esse contrato siga até 2028. O prefeito que não mudar isso é irresponsável. O prefeito tem que ser um dirigente político, ele não pode se submeter a regras injustas.

O senhor tem falado na municipalização do Anel. É viável?

É viável a partir das obras que também terão recurso do governo federal. O Anel Rodoviário tem sete ou oito viadutos que precisam ser alargados. É caro, mas o governo do presidente Lula já enviou recurso para alargamento de dois viadutos. Já conversei com ele que dois não são suficientes. Precisamos fazer todos esses viadutos. Tem ainda remoção de famílias. É um programa mais geral que buscaremos o apoio do presidente Lula e, a partir daí, poderemos municipalizar. Ou seja, o município vai cuidar do Anel Rodoviário como cuida das ruas de Belo Horizonte, sem burocracia e de forma mais fácil. Para que não fique também congestionado daqui a um tempo mesmo, duplicando. É preciso o que eles chamam de rodoanel. Mas esse rodoanel não pode ser o rodominério do Zema, que é aquele que ele quer favorecer mineradora para escoar minério, que é extraído, às vezes, até de locais impróprios, como nas serras que rodeiam Belo Horizonte. Mas podemos ter um outro anel por fora. Tem um trajeto que tem sido estudado pelas prefeituras de Betim e de Contagem e eu como prefeito vou incluir Belo Horizonte no estudo desse trajeto, onde passariam por fora os caminhões que não precisam adentrar Belo Horizonte, que vão para São Paulo ou para o Rio.

Como o senhor pretende se relacionar com a empresa que hoje administra o metrô?

Eles não vão ter vida mole. Eu, como deputado federal, já fui lá fazer inspeção, até para não atrasar as obras. O compromisso é até 2028 e a empresa já está falando em romper o contrato, querendo fazer uma linha singela até o Barreiro. A linha singela é como, vamos dar um exemplo aqui, se fosse carro, uma mão única. Então, o trem vai e o trem volta na mesma linha. O trem que eu estou falando é o metrô, me desculpe, é o mineirês. Ele vai e volta na mesma linha. Não. O combinado foi que teríamos duas linhas e o preço está dessa forma. Uma vai e outra volta, porque senão você vai ter que esperar o metrô ir, depois espera voltar. Isso vai atrasar e congestionar as pessoas dentro das estações. Isso, por exemplo, eu já disse para a empresa que na minha prefeitura não tem acordo com isso, embora o governador Zema tenha dado o aval. Mas não é o que está no contrato. E o governo federal já enviou R$ 2,8 bilhões e o governo do Estado R$ 400 milhões, então são R$ 3,2 bilhões na conta da empresa, prevendo linha dupla até o Barreiro. Além disso, o contrato também prevê que todas as estações terão que ser todas revitalizadas e locomotivas novas também. As 'novas' que temos vieram do governo da Dilma. Depois não veio mais nada para o metrô. E ainda a remoção das famílias. É um valor grande. A empresa tem que respeitar o contrato e vai ser com muito rigor que eu vou fiscalizar. Acho um absurdo o prefeito de Belo Horizonte até hoje não ter feito uma visita nem na beira-linha para ver as famílias. E nem mandou o Urbel ver como soluciona o problema mais rápido. Depois, se atrasa a obra, vão dizer que a culpa ainda é dos pobres que moram ao redor da linha. Não, a prefeitura já tinha que ter feito isso. A secretária de Infraestrutura do governo Zema também nunca foi lá. Nós, deputados, fomos, e eu comecei a denunciar. A empresa já sabe que comigo não vai ser essa moleza que o prefeito e o governador estão dando para eles não.

Belo Horizonte perdeu grande parte da população e dos investimentos para cidades da região metropolitana. É possível reverter?

Tem vários aspectos. O Brasil vai crescer e vai crescer muito na economia. As pessoas às vezes não acreditavam nisso, principalmente os bolsonaristas. Ah, esse Brasil vai afundar com Lula. O Brasil cresceu no primeiro ano do governo Lula, muito além do que o mercado previa. E esse ano nós vamos crescer mais de 3%, se falava em menos de 1%. Esse crescimento é duradouro e sustentável. O ministro Haddad tem falado que é um crescimento de pelo menos dez anos. Porque no meio disso, fizemos uma reforma tributária. Ao invés de ficar fazendo reforma administrativa para poder enxugar a máquina do Estado, retirando serviços públicos, fizemos uma reforma tributária, sem que isso signifique mais impostos, mas facilite a cobrança e desburocratize o sistema. Com isso, e sendo mais justo, você arrecada e tem a certeza de que aquilo vai dar continuidade ao serviço público. Isso deu ao Brasil um gás importante nesse momento. Além disso, o presidente Lula sempre apostou no crescimento econômico a partir do crescimento da renda dos trabalhadores. Então, o Brasil está crescendo. Daqui a pouco vamos chegar à faixa de pleno emprego, como foi anteriormente. Emprego com carteira assinada, muito mais. E a inflação está em baixa e vai permanecer até o final do governo Lula, como as projeções já colocam. Nós estamos cuidando da inflação, do crescimento econômico, da geração de emprego, da geração de renda. Agora, se não tem um prefeito que acredita nisso, que fica só no dia a dia e não planeja, não cresce. Aí a cidade fica disputando com Nova Lima, quem é que leva migalha para lá ou para cá. Não é isso. Você tem que fazer um projeto de crescimento para Belo Horizonte. Não é nada absurdo dizer que vamos crescer o dobro do que o Brasil está crescendo em Belo Horizonte.

Como fazer a Capital crescer em um ritmo maior?

Turismo. Pega essa Serra do Curral, em vez de dar para a mineradora ficar estragando e poucos ganhando dinheiro, o povo nem sabe onde esse dinheiro vai, *royalty* é uma micharia para Belo Horizonte. Faz ali um parque nacional. Imagina o que vem de turismo. Aquela serra é um parque. É claro que ali você pode ter algum tipo de investimento, de restaurantes, por exemplo, de hotéis, de turismo. Olha o Carnaval em Belo Horizonte como está crescendo. Você pode fazer um incentivo e transformar Belo Horizonte. Uma cidade que recebe turista, para além do turismo de negócio. O que Belo Horizonte tem de arrecadação do PIB é em torno de 70% de serviço e comércio. É nisso que temos que apostar e não em indústrias. Indústrias hoje são para Contagem e outras regiões. Como o Instituto Federal, que levamos para o Barreiro, que foi também iniciativa minha, mão de obra qualificada. Se o prefeito, se uma liderança política apostar nisso, olha, Belo Horizonte vai crescer muito. E aí vamos ter crescimento do nosso empresariado, em especial do micro e do médio empresário. E têm medidas do plano diretor, do código de postura, que precisaremos readaptar, mas o fundamental é ter um projeto ousado de crescimento.

Passa, na sua opinião, por essa revisão do plano diretor também?

Podemos fazer a revisão, embora eu não seja favorável. Isso é uma discussão miúda. Ah, nós vamos resolver isso fazendo espigão no centro da cidade ou na Zona Sul. Com isso só vamos piorar o trânsito e ter um nível de qualidade de vida pior. Não vamos crescer economicamente com isso. Você pode ter um crescimento econômico muito maior e um incentivo à construção civil, trazendo o Minha Casa, Minha Vida de maneira mais ousada para cá. Ou aquece o setor da construção civil com outras iniciativas, por meio do turismo. O que adianta piorar a qualidade de vida das pessoas para tentar trazer um crescimento efêmero? Não é assim. Eu quero pensar Belo Horizonte grande. Longe de mim fazer qualquer comparação, mas imagine Juscelino Kubitschek naquela época, o que ele fez? Juscelino pensou grande, foi lá, fez a Lagoa da Pampulha, trouxe Niemeyer… ele criou algo que naquela época era distante e que deu um gás para o Belo Horizonte. Vamos pensar em coisas maiores para BH. Acho que BH merece.

Como o senhor vê a integração entre os prefeitos da região metropolitana? É um caminho na mobilidade, pensando na criação de um bilhete único?

Isso é papel político do prefeito. Temos que fazer essa liderança respeitando todos os municípios. A Marília Campos está muito bem colocada em Contagem e espero que ela seja reeleita, pois é uma prefeita excelente. E nós comungamos de ideias comuns. Isso vai facilitar que a gente possa conversar com o governo do Estado de igual para igual, representando os municípios da região metropolitana. A partir daí podemos fazer algumas exigências. E uma delas é o bilhete único, o transporte metropolitano digno. Isso depende muito do governo do Estado. O metrô, por exemplo, passou a ser gerenciado por ele após o processo de privatização. O governador não pode fazer como está fazendo hoje. Nós tínhamos uma passagem de R$ 1,80 no metrô, ela já está em R$ 5,50. Um crescimento muito superior à inflação nesse período. Por que acontece isso? Porque o governo do Estado não pensou em nenhuma forma de subsídio. Simplesmente entregou para uma empresa que faz o reajuste anual. O que tinha de subsídio vindo do governo federal, cortou. O governo não pode tratar essa questão do transporte como se não tivesse nada a ver com isso. É um transporte metropolitano. É a maior região metropolitana de Minas Gerais, uma das maiores do Brasil. O governador não pode tratar com descaso ou achar que o mercado resolve isso. Esse é o problema do Zema. Ele acha que o mercado resolve tudo. O mercado é muito importante, mas também precisa de impulsionamento do governo. Isso não é nenhuma tese socialista. Os bolsonaristas acham que isso é comunismo. Não. Isso é o próprio capitalismo, onde você faz investimento do Estado para ter um determinado tipo de crescimento. Isso precisa ser feito aqui. Vamos fazer e colocar o governo de Minas a combinar com a gente como vai ser feito.

Como o senhor pretende se relacionar com o Legislativo?

Minha vida quase que toda foi no Legislativo. Fui vereador por dez anos, tive quatro mandatos de deputado estadual e dois de federal. Sempre me dei muito bem com os meus pares, à exceção de alguns bolsonaristas que são difíceis. Esses aí não são dificuldades só minha, até a direita tem dificuldade de relacionar com bolsonaristas. Mas estando eles eleitos, vão ser respeitados também. Mas, em geral, nossa relação é muito boa. Pretendo conversar com o Legislativo, colocá-los como parceiros, entendendo o papel deles e os que são de oposição, que não atrapalhem. O Nikolas (Ferreira), por exemplo, é um contraexemplo. Ele liderou na Câmara (Municipal) o não financiamento de R$ 500 milhões para obras, em especial em Venda Nova. Isso é um absurdo. Uma Câmara rejeitar R$ 500 milhões para fazer obras importantes de saneamento, de contenção de água da chuva, para prejudicar um prefeito. Isso foge do bom senso. Mas isso é um ou outro. Espero que a gente não tenha na Câmara esse tipo de comportamento e vou, evidentemente, se isso acontecer, denunciar. Mas creio que vamos eleger uma Câmara boa de diálogo com todas as suas prerrogativas.

E com o governador?

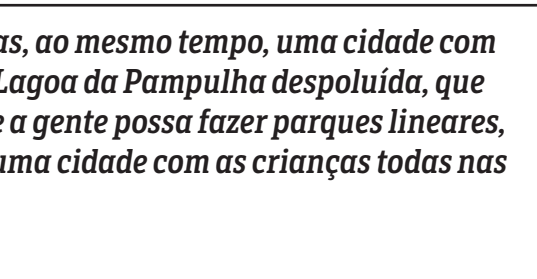
Vai ser um relacionamento institucional, mas com a cabeça erguida. Não dá para o governador chegar aqui em véspera de Carnaval e falar que o Carnaval é dele. Não é assim. O Carnaval tem que ser discutido. O que tem de investimento de um, de outro e quem toca. As questões relativas à Constituição e à lei orgânica é o prefeito.

Como pretende proceder em relação às mineradoras que atuam na Serra do Curral?

Não vai ter mineração na Serra do Curral. Já estou conversando com a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) e vamos criar lá um parque nacional. No parque você proíbe duas atividades, mineração e especulação imobiliária. Se tivermos o parque nacional, melhor, porque podemos ter recursos. Mas se não tiver, eu vou fazer os estudos de um parque municipal. Mas, mineração lá não é o caso adequado. Eu fico às vezes fazendo comparação se alguém já pensou em minerar o Pão de Açúcar no Rio de Janeiro. Cartão postal não se minera. Respeita e protege. É isso que nós temos que fazer e ali ainda tem um recurso hídrico muito importante, tem fauna e flora. Vamos manter essas características para manter o clima de Belo Horizonte, que hoje está extremamente seco e não é à toa. Agora, além disso, no meu plano de meio ambiente, também vamos plantar uma árvore por habitante, liderar um movimento ambientalista em Belo Horizonte, nas escolas. Vamos criar dez parques em Belo Horizonte, um por cada regional.

Como diversificar a economia belo-horizontina?

Temos o turismo e também a tecnologia de ponta. Belo Horizonte pode se transformar, e eu vou lutar para isso, na capital da vacina. Que importância tem isso? Hoje nós temos a UFMG, que é a melhor universidade pública do Brasil, eleita três vezes. E a característica principal dela é a saúde. Tem um centro nacional de vacinas sendo construído lá. Fui recentemente visitar com a ministra de Ciência e Tecnologia. Além disso, temos o BHTec e a Fiocruz. Podemos fazer uma tecnologia de ponta de fornecimento de vacina e de ciência. Tem um estudo agora, por exemplo, da vacina da dengue, que está avançada no UFMG. Se você cria um centro tecnológico avançado, isso também capta recursos com alta tecnologia. Têm também as feiras. As feiras são uma característica nossa. Herdamos do nosso interior, eu como deputado estadual visitei esse Estado inteiro. Todo esse artesanato maravilhoso que temos em Minas, é preciso valorizar em Belo Horizonte e a gente poder comercializar para o mundo inteiro. O artesanato de Jequitinhonha é uma coisa maravilhosa. Tem também a culinária. Belo Horizonte é uma Minas Gerais reduzida, no sentido de que vem gente de todo lugar. As pessoas brincam que Belo Horizonte parece uma roça grande. Mas é porque tem gente de toda Minas Gerais que forma essa cidade que a gente gosta tanto. Ela tem as caracterísitcas de Minas.

> *"Precisamos de uma cidade mais justa. Mas, ao mesmo tempo, uma cidade com coisas que eu ainda não citei, que tenha a Lagoa da Pampulha despoluída, que tenha córregos e rios despoluídos para que a gente possa fazer parques lineares, uma cidade que volte a ser cidade jardim, uma cidade com as crianças todas nas creches"*
>
> Rogério Correia

Também é preciso atuar na desburocratização?

Com certeza. Eu vejo, por exemplo, uma batalha grande dos queijos de Minas. É todo um processo, uma burocracia danada… quando eu era delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, não entendia por que tanta burocracia. A reforma tributária de certa forma, estando implementada, vai ajudar muito. Porque esse monte de imposto um sobre o outro, as pessoas não entendem, não sabem nem como paga. Vamos ter uma redução do número de impostos e vai facilitar a arrecadação, mas vai facilitar também a vida do empreendedor.

Quais suas propostas para a educação?

Para a educação eu tenho algumas propostas-chave. Primeiro para as trabalhadoras e trabalhadores, que eu tenho um compromisso, afinal de contas, fui fundador do Sindicato da Rede Pública. Temos um compromisso de pagamento do piso salarial com a jornada de 22,5 horas. Para que isso aconteça vamos ter que ter crescimento econômico. Mas, ao mesmo tempo, uma mesa permanente de diálogo com o sindicato para construir o atendimento dessa reivindicação central. Tenho o compromisso também de não fazer nenhuma privatização ou terceirização em escola pública municipal. As nossas escolas são de excelência. Esse compromisso de manter as escolas públicas é fundamental, porque o (Mauro) Tramonte é candidato do Zema, e o Zema tem uma política de privatização de escolas. E isso levaria a um desastre. Também não vamos municipalizar as escolas estaduais. Elas têm sua função e devem permanecer, até em respeito aos trabalhadores que fizeram concurso. Eu acho que o outro compromisso é político-pedagógico. Eu quero fazer uma grande conferência municipal convidando os trabalhadores e trabalhadoras para, democraticamente, juntos construirmos um projeto político-pedagógico. E, por fim, criança de 0 a 6 anos, tempo integral para todas elas. E o programa pé de meia do governo presidente Lula, que é para os jovens de ensino médio, que é aqueles R$ 200,00 que ele ganha por mês e depois R$ 1 mil ao final do ano, vamos fazer também para os estudantes jovens e adultos do ensino fundamental, porque isso é responsabilidade da prefeitura.

Para a saúde, o que o senhor propõe?

Vamos lançar um programa para enfrentar o problema das filas, que vai ser em conjunto com outro projeto que a prefeitura não quis aderir ainda, que chama Mais Especialistas, que foi feito pelo Ministério da Saúde do presidente Lula. Esse Mais Especialistas consiste em médicos e equipe de saúde especializada, além de convênios com hospitais que atendem ao SUS, principalmente aqueles que são 100% SUS, para exames e atendimento. Com isso você trata a questão da fila de maneira rápida e também desburocratiza. A ideia é fazer isso tudo através da internet. É uma maldade, viu? Vira e mexe eu recebo pessoas falando que está há dois anos numa fila para fazer exame. Hoje, a prefeitura não tem ar-condicionado para os centros de saúde e UPAs. Só as que ele fez através de PPP. Eu tive que colocar uma emenda de R$ 1 milhão com mais R$ 500 mil de um vereador. Ou seja, nós temos R$ 1,5 milhão de emenda para colocar ar-condicionado, porque a prefeitura não dá prioridade a isso.

E para a segurança pública?

Eu proponho um maior controle da Guarda Municipal. Fiz uma emenda de R$ 900 mil e vamos colocar câmera em todos os policiais. Outro aspecto importante é a prevenção e a iluminação da cidade. O bolsonarismo quis fazer parecer que segurança é armar as pessoas. Não vamos fazer isso, não vamos sair armando as pessoas, achando que isso é segurança.

Se o senhor for eleito, qual será a destinação do terreno do Aeroporto Carlos Prates? Será para moradia popular?

A moradia eu tenho que resolver de qualquer jeito, senão a minha vice, a Bela, puxa a minha orelha. Como tenho dito, nós vamos ser um prefeito e uma prefeita e essa é a área que a Bela atua com muita ênfase e com muita competência e ela instrumentalizou isso como política pública. Através do Minha Casa, Minha Vida, nós podemos trazer mais moradia popular para a cidade. Vamos aproveitar o projeto do governo federal, que faz sessão de áreas para cumprir objetivos sociais e fazer essa doação para a prefeitura, buscando terrenos e prédios que podem servir de moradia. Já tem um na rua dos Caetés, com 53 famílias que já estão construindo seus lares e vamos fazer isso também na antiga escola de engenharia da UFMG. O Aeroporto Carlos Prates também foi cedido, graças a mim, como deputado do federal, para a Prefeitura de Belo Horizonte. O capital imobiliário financeiro e especulativo queria era transformar aquilo em apartamento de luxo. Mas colocamos um freio e o presidente Lula doou para a prefeitura. Ali é prioritariamente para um grande parque e área verde. E além da construção de uma UPA, que a Noroeste não tem, um centro de saúde, uma escola de educação infantil em tempo integral e uma de ensino fundamental. Isso é o que já está doado, além da área do parque, que também já estava doado, no restante da área queremos fazer muita área verde e para cultura e moradia. Estão plantando o terror de que lá vai virar um favelão. Não é verdade. Vamos mexer também no trânsito, fazer, por exemplo, a abertura da Praça São José para a avenida Ivaí e para a Abílio Machado, ou seja, vai melhorar a mobilidade na região. Vamos tratar com muito carinho e com inovação, uma característica boa para aquele bairro.

Qual a Belo Horizonte você quer para o futuro, sendo eleito ou não?

Eu quero uma Belo Horizonte com mais justiça social. Eu fiz um programa de televisão com a Bela onde a gente mostra isso. As coisas que a cidade tem e precisa ampliar e aquelas que a cidade não tem. A área de periferia é muito mais adensada e as injustiças se concentram. Precisamos de uma cidade mais justa. Mas, ao mesmo tempo, uma cidade com coisas que eu ainda não citei, que tenha a Lagoa da Pampulha despoluída, que tenha córregos e rios despoluídos para que a gente possa fazer parques lineares, uma cidade que volte a ser cidade jardim, uma cidade com as crianças todas nas creches, uma cidade em que, ao invés de ódio, se dispute, na política, propostas. Propostas positivas, planos de governo, uma cidade democrática, uma cidade cosmopolita. Eu penso numa Belo Horizonte sendo exemplo para o Brasil.

saiba mais sobre AGRONEGÓCIO no QR CODE ao lado

AGRONEGÓCIO

Seleção genética e troca de rainha "turbinam" produção

MEL Produtor de Itambé do Mato Dentro, na região Central de Minas, aplica técnicas essenciais para aumento da produção; ele vai levar esse conhecimento para Encontro Abelheiro, no Rio Grande do Sul

MICHELLE VALVERDE

Em busca de alcançar a melhor performance na produção de mel, o apicultor e diretor da Melífica, Hiago Eustáquio Albino Alves, estudou e pesquisou diversas técnicas para ampliar a produtividade das colmeias. Assim, ele implantou na produção, localizada em Itambé do Mato Dentro, na região Central de Minas Gerais, três técnicas consideradas essenciais: a troca anual da rainha, a criação de pastos apícolas e o manejo. Os resultados têm sido promissores e com as técnicas Alves conseguiu dobrar a produtividade das colmeias.

Conforme ele explica, ainda há muito espaço para avanço da apicultura no Brasil, principalmente no que se refere às pesquisas e estudos para se obter a melhor eficiência. Ao ingressar na atividade, Alves, durante a primeira colheita do mel, teve um resultado muito aquém do esperado. E então, decidiu estudar as técnicas utilizadas e a observar o desempenho das colmeias.

"A apicultura brasileira é muito atrasada em relação a estudos e tecnologias. O que estou buscando é o que se pratica em outros países, que é produzir rainhas pela enxertia. Assim, produzimos as rainhas novas e, no processo, fazemos também a seleção genética", comenta.

Com as técnicas, Higor Alves tem conseguido dobrar produtividade das colmeias; em 2023, com 30 delas, produção chegou próximo a 1 tonelada de mel, porém este ano clima vai impactar FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Ações - A seleção genética feita pelo apicultor é baseada na observação, onde ele seleciona as colmeias com melhores resultados e, através das larvas destas colmeias, produz as novas rainhas. São avaliados diversos fatores, como a maior produtividade, colmeias que não enxameiam, que são menos agressivas, maior higiene, entre outros.

O tempo de troca das rainhas também é reduzido e ocorre logo após a colheita do mel. Segundo Alves, o uso das rainhas novas é favorável para o melhor desempenho. A substituição da rainha acontece com um ano.

"A rainha nova tem o potencial produtivo muito superior a uma mais velha, no auge da produtividade, ela coloca 3 mil ovos por dia, volume que cai consideravelmente com a idade", explica.

Ainda conforme o apicultor, substituir as rainhas é um dos passos para a melhor performance. Aliado a esse trabalho, é preciso criar o pasto apícola, que vai garantir alimentos às abelhas no período de entressafra, além do manejo correto. "O pasto apícola e o manejo são importantes para se ter alta produtividade. Com o pasto, garantimos que as abelhas terão alimentos na natureza durante a entressafra. Isso é importante porque tiramos o alimento dela, que é o mel", ensina.

Produção cresce - Com as técnicas implantadas, a produtividade cresceu significativamente. Na safra 2022, antes de aplicar as metodologias, a produção esperada era de 30 quilos por colmeia - que somavam 20 -, mas o volume total ficou abaixo de 200 quilos de mel.

Já em 2023, com a implantação das técnicas e 30 colmeias, a produção chegou próximo a 1 tonelada de mel. "De 2022 para 2023, passamos de uma produtividade de 1 a 2 melgueiras por caixa para 3 melgueiras por colmeia e, isso, no mesmo local. O diferencial foi a troca da rainha, o fornecimento de alimentação e o manejo. Vimos que com as técnicas, o desempenho vai aumentar significativamente", comemora o apicultor.

Agora para 2024, com 70 caixas, a expectativa era colher 2 toneladas de mel, mas, em função do clima desfavorável, a produção deve ficar um pouco abaixo do estimado. "A expectativa para 2024 era muito boa, mas a falta de chuvas e o índice de queimadas na região, que está muito grande, vão impactar. A gente depende da natureza, mas ainda estamos com boas expectativas", acredita.

Encontro Abelheiro - Com os resultados positivos, o produtor mineiro Hiago Alves estará presente no 2º Encontro Abelheiro, evento que reúne os mais importantes nomes do setor e que vai acontecer em Carazinho, no Rio Grande do Sul, entre os próximos dias 27 e 29 de setembro. No evento, ele mostrará as técnicas utilizadas e como houve melhorias na produção.

"No evento vou contar a nossa história, as técnicas que usamos e como produzimos as nossas rainhas. Minha ideia é fazer com que outros produtores produzam mais", reitera.

CONDIÇÕES CLIMÁTICAS

Seca rigorosa ameaça culturas agrícolas em Minas

O inverno de 2024 no Brasil tem sido marcado por altas temperaturas e uma seca severa, que afeta diretamente a eficiência de algumas cadeias produtivas como milho, soja, café, frutas e hortaliças. O calor excessivo e a baixa umidade preocupam agricultores que dependem do clima para garantir boas colheitas. "O hortifruti, de modo geral, é muito prejudicado, especialmente o morango", explica o agrônomo e gerente regional do Sistema Faemg Senar em Juiz de Fora, Emerson Simão.

A produtora Ana Letícia de Oliveira, de Alfredo Vasconcelos, no Campo das Vertentes, diz que a safra de morango deste ano está impactada. "A dificuldade na nutrição e no crescimento das folhas acaba estressando as plantas e as deixando mais suscetíveis às pragas, como o ácaro rajado", ressalta. Além das dificuldades que envolvem a temperatura, outro problema que afeta indiretamente sua produção são as queimadas, uma vez que os passarinhos que fogem do fogo têm invadido as plantações em busca de comida. "Se mantemos a estufa fechada, favorecemos a proliferação de ácaros, se abrimos para ventilar, as aves comem tudo", completa.

No Sul de Minas, a seca tem prejudicado as plantações de café. José Francisco Ribeiro, de Baependi, vem pensando em métodos para irrigar a pequena plantação de 1,4 hectares. Ele teve florações em seu cafezal nos últimos 15 dias e teme que a seca atrapalhe o desenvolvimento do fruto. "Se não der uma chuva boa até o fim do mês, infelizmente, esse café deve sair com grãos menores que a média", afirma o produtor.

O café sofre não apenas com a escassez de chuvas, mas também com o calor. Adaptada a climas mais amenos, a espécie arábica, predominante na região Sul do Estado, precisa de temperaturas entre 19 e 21 ºC para ter um desenvolvimento adequado. "Isso também pode explicar a alta dos preços e da produção do café conilon, por exemplo, que é mais resistente ao calor", avalia o supervisor do programa de Assistência Técnica e Gerencial - ATeG Café+Forte, Leandro de Freitas.

Em Baependi, no Sul de MG, produtor José Francisco Ribeiro teve floração no pequeno cafezal nos últimos 15 dias, mas agora teme a seca FOTO: DIVULGAÇÃO / FAEMG SENAR

Técnicas para mitigar perdas - Produtor de queijos de Juiz de Fora, Hemerson Hader explica que na pecuária leiteira é preciso implementar ações ao longo do ano para evitar queda na produção na época de seca. "Durante o período da chuva, estocamos comida para os animais. Por isso, quando chega a seca, temos alimento de qualidade para oferecer", diz o produtor.

Segundo o gerente regional Emerson Simão, a assistência técnica e gerencial do Sistema Faemg Senar tem contribuído com orientações importantes para os produtores. "Eles aprendem técnicas que possibilitam manter e até aumentar a produtividade, como a preparação de silagem e oferta de concentrados ao gado. Isso porque essa é a época em que os animais, em grande parte de origem europeia, têm maior conforto térmico", conclui. **(Faemg Senar)**

Inovação é chave para tornar atividades do setor mais seguras

MINERAÇÃO Soluções retiram empregados das áreas de risco e dão mais agilidade à operação

MARCO AURÉLIO NEVES

Uma tendência observada entre negócios de inovação apresentados na Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram), em Belo Horizonte, é a busca por soluções que retiram empregados das mineradoras das áreas de risco, dão mais agilidade, reduzem custos e são uma alternativa à falta de mão de obra.

Um exemplo no estande da multinacional sueca Hexagon é o sistema de teleoperação para caminhões. O presidente na América Latina da divisão de mineração da empresa, Rodrigo Couto, explica que ele retira o motorista de áreas de risco em operação com barragens e é inclusivo, já que dá acesso ao trabalho para Pessoa com Deficiência (PcD).

Além disso, o veículo pode ser controlado de qualquer lugar. "Tem operação do nosso escritório de BH controlando caminhão nos EUA. O limite é só a infraestrutura de rede. Se tem *link* adequado consegue operar onde tiver. Gera atratividade para pessoas que não querem trabalhar em áreas remotas", afirma. Ele ressalta o desempenho extraordinário no País: o faturamento das vendas alcançou US$ 4 milhões em quatro meses, ante os US$ 3 milhões projetados em seis meses. A expectativa é de alta em 80% nas vendas no próximo ano.

Há um mês, a Hexagon criou um centro de distribuição na Capital para montagem. A empresa busca fomentar a tecnologia no País e tem parcerias com Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). "O centro de desenvolvimento de *software* a gente tá transferindo para o Brasil, porque é onde, especificamente em Belo Horizonte, temos muitos cérebros que têm que ser apoiados e desenvolvidos", disse.

Outro equipamento focado na retirada do operador do trabalho com exposição ao risco é o robô de soldagem da Panasonic, comercializado pela Elite Soluções em Corte e Solda, de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O robô apresentado na Exposibram é o mais rápido do mundo para soldagem e usado na mineração no revestimento de chapas nos equipamentos para diminuir o desgaste de componentes.

O sócio da Elite, Thiago Rocha, aponta que um robô reduz em torno de 40% o custo total no processo minerário, pela maior agilidade e menores custos com pessoal, maquinário e insumos. E ainda é uma alternativa para enfrentar a falta de mão de obra.

O sistema de teleoperação para caminhões da multinacional sueca Hexagon, por exemplo, retira o motorista das áreas de risco em operações com barragens FOTO: FABIANO AGUIAR

"Hoje é uma dificuldade nacional até mesmo mundial a questão da mão de obra, principalmente para serviços que têm grau de insalubridade um pouco maior", disse. "Com o robô, além de reduzir a necessidade de mão de obra para esse tipo de trabalho, você vai ter reduções de custos e deixar o processo muito mais seguro", completa.

O robô de soldagem da Elite pode ser integrado ao processo de produção por meio de aplicativos e sistemas como Internet das Coisas (IoT). Este ano tem sido de recorde de vendas do produto e a estimativa da empresa é de fechar 2024 com 20% de alta nas vendas.

Monitoramento a laser - O LiDAR (Light Detection and Ranging) aéreo fabricado pela Geocue e operado na mineração pela Geotech Brasil, de Nova Lima, na RMBH, é um sensor remoto por *laser* pulsado, acoplado em um drone, que gera informações tridimensionais precisas do território.

Para o gerente de negócios para a América Latina, Vlademir Lisboa, o produto tem maior capacidade de penetrar no solo do que a topografia convencional. "Tem redução de custo operacional, porque com um piloto e equipe de processamento no escritório, você consegue extrair esse modelo. Antes precisaria de equipe muito maior", explica.

O diretor da Geotech Brasil, Gustavo Hostalacio, pontua que a maior qualidade dos dados coletada gera uma terraplanagem com menor risco de erro, além da segurança. "Não tem aquele tanto de pessoas em campo tendo que gerenciar em mata fechada, em área de fuga".

Ele explicou que um projeto de uma empresa do setor no Maranhão, uma topografia em mata densa planejada para seis meses, com topógrafo, auxiliares e guardas, foi feito em apenas um dia com o LiDAR. "De custo financeiro, foi uma redução muito grande para o cliente e, de qualidade, o nível de detalhe é infinitamente superior", finaliza.

> **"Hoje é uma dificuldade nacional até mesmo mundial a questão da mão de obra. Com o robô, além de reduzir a necessidade de mão de obra para esse tipo de trabalho, você vai ter reduções de custos e deixar o processo muito mais seguro"**
> Thiago Rocha

Gestão qualificada traz benefícios para pequenas e médias empresas

THYAGO HENRIQUE

Uma área que, por vezes, é posta em segundo plano pelas pequenas e médias mineradoras é a gestão de suas atividades. Entretanto, a adoção de uma gestão estruturada e eficiente traz benefícios significativos para essas empresas, por exemplo, impulsionando a rentabilidade e ajudando-as a corrigir erros das operações que trazem prejuízos, transformando-os em lucro.

Conforme o CEO da Minerion, Ivan Pereira, com uma gestão adequada, as companhias conseguem ter excelência operacional. Isso inclui encontrar um equilíbrio entre maximizar a produção e minimizar os custos, que na prática significa produzir mais com menos recursos, além de acelerar o carregamento e escoamento de mercadorias, agilizando o atendimento aos clientes.

Pontos básicos, mas essenciais para as empresas, como o custo produtivo, podem ser acompanhados com uma gestão apropriada. São itens que precisam estar nas "mãos" das pequenas e médias mineradoras no momento certo, uma vez que estão ligados à saúde financeira e impõem sérios riscos aos negócios, sendo imprescindíveis para tomadas de decisões.

Segundo o executivo, uma gestão estruturada facilita o cumprimento de legislações e de demais questões burocráticas e também não deixa as companhias ficarem pelo caminho. "A gente vê empresas que têm tudo: produto de qualidade e mercado para comprá-lo, mas que, por falta de gestão ou imaturidade na gestão, acabam se perdendo no negócio", pondera.

Por outro lado, as pequenas e médias mineradoras que aderem a uma gestão eficiente ocupam lugares que, geralmente, são ocupados pelas grandes. Exemplo disso são aquelas que atuam no segmento de minério de ferro, no qual tem gigantes que se beneficiam de altos investimentos, estratégias robustas e capacidade de negócio que empresários menores podem não alcançar.

Pereira destaca que têm inúmeras empresas que não só operam na área de minério de ferro, como alcançam excelentes resultados. O desempenho positivo é graças a uma gestão segura, visto que no mercado de *commodity* os preços são bastante voláteis e o volume de produção pode aumentar ou diminuir dependendo do momento, podendo até mesmo implicar na paralisação de operações.

Acesso está menos elitizado - Para o CEO da Minerion, empresa fundada em Arcos, há 27 anos, especializada em *software* de gestão dedicado à indústria da mineração, está mais fácil ter acesso a uma gestão eficiente neste momento. Isso porque a tecnologia evoluiu e está disponível a um custo viável. Conforme Pereira, a própria solução que eles oferecem é um exemplo, pois há algumas décadas era elitizada, ou seja, somente para quem tinha recursos para grandes investimentos. Mas isso mudou. "Hoje, eu te digo que nós temos inúmeros *cases* de pequenas e médias que conseguem ter um nível de gestão até mais apurado e integrado do que uma grande empresa", ressalta.

Pereira: com uma gestão adequada, as empresas conseguem ter excelência operacional FOTO: GABRIEL RODARTE

Oportunidades de crescimento - Recentemente, a Minerion passou por um *rebranding*, buscando maior exposição e se tornar referência no mercado. Originalmente batizada de Delphi, a empresa adotou uma nova identidade visual e os resultados da mudança já estão sendo sentidos. O novo posicionamento a levou a ter um estande pela primeira vez na Expo & Congresso Brasileiro de Mineração (Exposibram).

À reportagem, o CEO destaca que o Brasil tem em torno de seis mil operações de mineração de pequeno e médio portes, e a companhia atende cerca de 7%, com margem para crescimento. São mais de 300 clientes no País, e Minas Gerais responde por cerca de 20%. As duas áreas de atuação mais fortes da Minerion são as de materiais agregados para construção civil e o de calcário para agricultura. A empresa vislumbra oportunidades no mercado de materiais críticos.

ESPIRITUALIDADE NOS NEGÓCIOS

LAYDYANE FERREIRA

Diretora-executiva do Instituto Gaki, organização especializada em consultoria e treinamentos com foco em Educação Corporativa, Serviços de Gestão, RH e Projetos de Impacto ESG. É também podcaster do Propósito na Prática, palestrante, trainer, professora e consultora organizacional.

A nova lei da saúde mental e suas diretrizes

Temos que admitir que a Lei nº 14.831/2024, referida como "a nova lei da saúde mental", foi um marco para o tema "Espiritualidade nos negócios" a partir da valorização da saúde mental. Ter um processo vindo do governo, estabelecendo os fundamentos deste tema para os negócios, é realmente um forte indício de que as empresas têm um papel muito além do lucro e devem buscar propósitos alinhados com as necessidades da sociedade e dos seres humanos. De maneira geral, essa nova lei passará a reconhecer de maneira estruturada e formal empresas que promovem a saúde mental de seus colaboradores com o "Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental".

Ainda vamos explorar bastante essa lei, mas hoje eu gostaria de trazer os pilares envolvidos nela e como você e a sua empresa podem ir se preparando para estruturar um modelo de negócio que suporte a execução desta certificação para que você viva o processo com o máximo de integridade possível.

As diretrizes fundamentais são: Promoção da Saúde Mental, Bem-Estar dos Colaboradores, Transparência e Prestação de Contas.

Na coluna dessa semana, vamos explorar a primeira diretriz, o da "Promoção da Saúde Mental" e alguns cuidados importantes.

Segundo a Lei 14.381, a Promoção da Saúde Mental deverá realizar:

- Implementação de programas de promoção da saúde mental no ambiente de trabalho;
- Oferta de acesso a recursos de apoio psicológico e psiquiátrico para seus trabalhadores;
- Promoção da conscientização sobre a importância da saúde mental por meio da realização de campanhas e de treinamentos;
- Promoção da conscientização direcionada à saúde mental da mulher;
- Capacitação de lideranças;
- Realização de treinamentos específicos que abordem temas de saúde mental de maior interesse dos trabalhadores;
- Combate à discriminação e ao assédio em todas as suas formas;
- Avaliação e acompanhamento regular das ações implementadas e seus ajustes.

Pela minha experiência de gestão, a grande falha das empresas está em não envolver a alta liderança nos temas e na forma de acompanhar os resultados das ações, não refletindo sobre as lições aprendidas de cada processo e colocando indicadores que ajudam a medir esses pilares. Outro ponto importante é que as próprias pessoas que executam os programas, muitas vezes estão necessitando de ajuda também. Há uma síndrome do herói/heroína em áreas como Recursos Humanos que precisam também de cuidado e muitas vezes suportam uma carga maior do que conseguem.

Na próxima coluna exploraremos as próximas diretrizes e como diria Guimarães Rosa: "Quem elegeu a busca não deve recusar a travessia". Chegou a hora de todos nós cuidarmos da nossa travessia e encarar de frente a nossa questão ligada à nossa saúde. Se ela ficou de lado na sua vida e no lar, na empresa não tem saída.

Eventos marcam o Mês da Contabilidade

FÓRUNS VIRTUAIS Programação segue até 30 de setembro, abordando temas de grande relevância para profissionais e empresas do setor

DANIELA MACIEL

Para celebrar o Mês da Contabilidade e o Dia do Contador (22), o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG) abriu, ontem, uma extensa programação de fóruns virtuais gratuitos batizados "Mês da Contabilidade: contabilidade em primeiro plano".

Os eventos vão até 30 de setembro, abordando temas de grande relevância para profissionais e empresas do setor, seguindo a agenda:

- 17/9/2024 – Fórum do Terceiro Setor
- 18/9/2024 – Fórum de Organizações Contábeis
- 19/9/2024 – Fórum de Perícia, Arbitragem e Blockchain
- 20/9/2024 – Fórum do Cooperativismo
- 23/9/2024 – Fórum de Normas Contábeis
- 24/9/2024 – Fórum do Agronegócio
- 25/9/2024 – Fórum de Auditoria
- 30/9/2024 – Fórum da Área Pública

De acordo com a presidente do CRCMG, Suely Marques, os fóruns têm como objetivo discutir assuntos técnicos relevantes de diferentes ramos de atuação da profissão contábil e aprimorar os conhecimentos dos participantes, cuidando de aspectos que vão das novas tecnologias às reformas e novas regulamentações.

"Temos nos esforçado em fazer eventos que levem desenvolvimento profissional para as pessoas. Antes, o CRCMG era responsável por fiscalizar e proteger o profissional da contabilidade e a sociedade. Especialmente depois da pandemia, fortalecemos a missão de desenvolver os profissionais. Ano passado fizemos três eventos *on-line* por dia. Até 2022, fazíamos o Dia da Contabilidade; em 2023, fizemos a Semana e, agora, temos uma programação de 15 dias. Além dos fóruns *on-line*, temos os seminários no interior. Até agora, neste ano, foram cinco e, o sexto, será o Montes Claros (Norte de Minas)", explica Suely Marques.

Temos nos esforçado em fazer eventos que levem desenvolvimento profissional para as pessoas, afirmou a presidente do CRCMG, Suely Marques FOTO: DIVULGAÇÃO / CRCMG

> **"Objetivo é discutir assuntos técnicos relevantes de diferentes ramos de atuação da profissão contábil e aprimorar os conhecimentos dos participantes"**
> Suely Marques

Para receber o *link* do evento, é necessário realizar a inscrição no endereço *https://diariodo.co/1cfjly4*: Quem tiver mais de 75% de presença, receberá o certificado de participação.

Os fóruns contam com o apoio dos Grupos de Estudos Técnicos das respectivas áreas. Eles são transmitidos *on-line* por meio de videoconferência em plataforma digital, das 9h às 12h. Além disso, todas as palestras também são transmitidas pelo canal do CRCMG no YouTube, a TV CRCMG.

"Dessa forma o profissional pode acessar o conteúdo de onde e quanto puder, de acordo com a necessidade. Já são mais de 1.000 eventos gravados que são assistidos, inclusive por contadores de outros estados. O acompanhamento dos acessos faz com que a gente aprimore o evento e retome temas que estão sendo muito demandados ou que têm novidades", completa a presidente do CRCMG.

EQUILÍBRIO EMOCIONAL

Governo aplica programa Calma da Mente

Engajado na disseminação de seu programa de saúde mental *Calma da Mente*, o empreendedor serial Leonardo Simão disponibilizou a metodologia exclusiva para o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e seus secretários de Estado. O programa foi aplicado na Cidade Administrativa de Minas Gerais, no escritório do governo do Estado localizado em Belo Horizonte. Inédito no Brasil, o *Calma da Mente* está lastreado no Estoicismo, filosofia milenar e prática validada pela neurociência e programação neurolinguística. A expectativa do empreendedor, que já fundou 24 empresas e decidiu lançar o programa depois de uma experiência de quase morte, é a de impactar 10 milhões de pessoas nos próximos cinco anos.

O programa disponibilizado para o governador e secretariado utiliza uma abordagem científica e pragmática. "Os governantes possuem um dos trabalhos mais importantes da nossa sociedade e o seu equilíbrio emocional impacta diretamente na gestão pública e um melhor atendimento às demandas da população. A *Calma da Mente* pode ser mais um recurso, entre tantos outros que eles já possuem, para manter-se estáveis para enfrentar os desafios e lidar com as complexas decisões que precisam tomar diariamente", comentou Leo Simão.

O empreendedor ressaltou os benefícios da meditação e do conhecimento dos princípios estóicos para a manutenção da saúde mental. "Temos no nosso cérebro o computador mais poderoso do mundo, com 100 bilhões de microprocessadores que coordenam trilhões de sinapses. A cada segundo, a mente de cada um de nós processa dois milhões de *bits* de informação, basta nos concentrarmos que o nosso cérebro utiliza sua capacidade para calcular o que for preciso, velocidade, olfato, paladar, distância. A cada inspiração, levamos oxigênio para 37 trilhões de células do corpo e mandamos de volta o gás carbônico, fabricamos hormônios e tudo isso acontece de forma autônoma, sem intervenção humana. Todo esse potencial que carregamos veio sem um manual de instruções, o que faz com que passemos a vida tentando acompanhar o barulho da mente. O que meu programa faz é silenciar esse tumulto e auxiliar para colocar as coisas em ordem", explicou.

Constituição do programa - Para elaborar o sistema, inédito no Brasil, Leo Simão compilou toda a base de conhecimento que reuniu nas últimas três décadas como empreendedor e estudioso de diversas filosofias e técnicas de meditação e a ancorou nos pilares estóicos. "Esta filosofia de força e resiliência mental vem sendo utilizada desde a Grécia antiga e o Império Romano e validada nos últimos 2300 anos em soldados de elite, atletas de alta performance, times de basquete, futebol, vôlei, empresários no mundo todo, executivos do Vale do Silício, reis, imperadores e alguns dos maiores líderes da história. O que eu fiz foi formatá-la a um método de fácil aplicação no dia a dia das pessoas comuns", comenta.

A ideia é que as pessoas utilizem o programa como uma qualificação para crescimento na carreira, mas que impacte diretamente em seus relacionamentos e vida pessoal, atenuando a ansiedade, procrastinação e depressão, permitindo aos participantes viver uma vida com mais propósito, prosperidade e paz.

Maioria das varejistas mineiras adotou canais de vendas digitais

PESQUISA 14 das 22 maiores do setor de varejo no Estado contam com alguma plataforma de *e-commerce*. Além disso, o uso do WhatsApp já é realidade em seis dessas empresas

LEONARDO LEÃO

O grupo das 22 maiores empresas varejistas de Minas Gerais somou 3.694 lojas físicas em 2023. Isso equivale a cerca de 5% do total de unidades das 300 companhias brasileiras presentes na última edição do Ranking Cielo-SBVC. Além disso, o estudo ainda aponta que a maioria dessas empresas já adota plataformas de *e-commerce*.

A pesquisa realizada pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), em parceria com a Cielo, revela que 14 das 22 maiores companhias do setor de varejo em Minas contam com alguma plataforma de *e-commerce*. Além disso, o uso do WhatsApp já é realidade em seis dessas empresas.

Outro dado levantado no estudo é que sete das varejistas mineiras já adotam ferramentas de *marketplace*, sendo o mais comum o *marketplace out* – quando as varejistas se cadastram em uma plataforma externa para anunciar seus produtos. Apenas duas companhias aderem ao *marketplace in*, ou seja, possuem uma plataforma própria: a Livraria Leitura e a Arezzo&Co.

Um dos grandes destaques quanto à atuação e engajamento digital é a Drogaria Araujo. A empresa adota tanto o WhatsApp quanto as plataformas de *e-commerce* e *marketplace*. Além disso, ela também possui mais de 5,6 milhões de clientes ativos.

A Farmácia Indiana registrou um salto de 124% no volume de operações FOTO: REPRODUÇÃO / INTERNET

"Em mercados mais saturados, as redes varejistas terão que ajustar as operações e, quem sabe, até desacelerar o processo de expansão para evitar danos à rentabilidade da empresa"
José Cortizo

A rede Epa apresentou variação negativa no comparativo anual de -19% FOTO: REPRODUÇÃO / INTERNET

Presença física - Ainda segundo a pesquisa, a empresa mineira com o maior número de lojas é a Arezzo&Co, que reúne 13 marcas do mercado de moda:

- Arezzo,
- Schutz,
- Anacapri,
- Alexandre Birman,
- Fiever,
- Alme,
- Vans,
- Reserva,
- Baw,
- Troc,
- Carol Bassi,
- Paris Texas,
- Vicenza.

A Arezzo&Co fechou o último ano com 1.052 operações, o que representa um crescimento de 5% na comparação com 2022. De acordo com o levantamento, as vendas da Arezzo&Co nas lojas físicas somaram R$ 3,557 bilhões no último exercício. Já o faturamento por ponto de venda fechou em R$ 3 milhões. A empresa ainda é a única na lista com sede em Minas presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

Outro destaque entre as grandes empresas varejistas do Estado foi a Farmácia Indiana, sendo a única a apresentar uma variação positiva no número de lojas acima de 100%. A companhia do varejo farmacêutico registrou um salto de 124% na quantidade de operações, passando de 99 unidades, em 2022, para 222 lojas no ano passado.

Por outro lado, a rede Epa Supermercados (-19%) e o grupo Martins (-10%) foram os únicos que apresentaram uma variação negativa no comparativo anual.

Já a Eletrozema, Verdemar e o SuperLuna não registraram alterações na quantidade de pontos de vendas. Varejistas mineiras com maior número de lojas físicas em 2023:

- Arezzo&Co - 1.052 lojas;
- Martins - 520 lojas;
- Eletrozema - 468 lojas;
- Drogaria Araujo - 310 lojas;
- Supermercados BH - 307 lojas.

O *ranking* aponta que a maioria das grandes varejistas mineiras tem como principal fonte de renda as lojas físicas, com destaque para a rede Supermercados BH, que registrou R$ 17,388 bilhões em vendas nessas operações.

O maior faturamento por loja física foi registrado pelo Mart Minas, com montante de R$ 117 milhões ao longo do ano passado.

Expansão das varejistas também traz riscos - O consultor especialista em varejo José Cortizo aponta que o processo de expansão das grandes redes varejistas mineiras, especialmente nos segmentos supermercadista e farmacêutico, tende a apresentar tanto oportunidades quanto riscos, incluindo o risco de canibalização.

Ele menciona alguns exemplos de redes que têm apresentado uma rápida expansão em Minas, como Supermercados BH, Mart Minas e Drogaria Araujo.

Cortizo ressalta que, embora a expansão traga maior capilaridade e aproxime as varejistas dos consumidores, ainda assim há o risco de saturação do mercado, principalmente em regiões onde há muitas unidades de uma mesma marca ou com forte concorrência próxima.

"Assim, realmente é possível a canibalização - onde novas unidades de uma mesma rede competem diretamente com lojas já existentes, reduzindo a rentabilidade de ambas", explica.

Segundo ele, o aumento da concorrência, mesmo que seja de lojas sob a mesma bandeira, principalmente em áreas densamente povoadas, pode gerar a necessidade de descontos mais agressivos para atrair os clientes e, por sua vez, proporcionar margens de lucro mais baixas.

No entanto, o especialista destaca que, apesar de haver um risco real de canibalização em alguns casos, as grandes redes varejistas mineiras estão cientes desse desafio e têm implementado estratégias para mitigar os efeitos.

"A expansão estratégica para novas regiões, a diversificação de formatos e produtos, e o investimento em serviços digitais são algumas das táticas que ajudam a equilibrar a expansão e minimizar os impactos negativos da canibalização", completa.

Ainda assim, o especialista reforça que, em mercados mais saturados, as redes varejistas terão que ajustar as operações e, quem sabe, até desacelerar o processo de expansão para evitar danos à rentabilidade da empresa.

RECONHECIMENTO

Aeroporto de Uberaba recebe nota máxima da Anac

O Aeroporto de Uberaba já recebeu diversos investimentos FOTO: DIVULGAÇÃO / AEROPORTO DE UBERABA

As questões de segurança operacional estão no centro das ações da Aena, maior operadora aeroportuária no Brasil, com a gestão de 17 aeródromos. Em uma recente avaliação feita pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o aeroporto de Uberaba garantiu o Atestado de Capacidade Operacional (Acop) A, a mais alta certificação concedida pela agência reguladora, em todas as disciplinas avaliadas: Manutenção, Operações, Fauna e Segurança Operacional. O conceito A indica que houve conformidade em mais de 95% dos itens regulatórios da Anac. A excelência da certificação do aeródromo mineiro foi conquistada em menos de um ano sob administração da Aena, com média de 99,3%.

Para o diretor do aeroporto, Guilherme Zapola, esse resultado só foi possível graças a um trabalho sólido e coordenado de todos os envolvidos. "Desenvolver uma cultura aeroportuária de melhoria contínua é gerar desenvolvimento, empregos e conectividade. Na Aena, fazemos isso tudo com olhar constante para a segurança", ressaltou.

Na inspeção realizada pela Anac, são aferidas exigências como proteção da área operacional e dos auxílios à navegação aérea, monitoramento e gerenciamento das áreas operacionais. O Sistema de Gerenciamento de Segurança do aeródromo recebeu nota máxima no Atestado de Capacidade Operacional (Acop), com índice de conformidade de 99%.

O Aeroporto de Uberaba já recebeu diversos investimentos nos primeiros meses de operação, como a climatização das áreas públicas, expansão da sala de embarque que está duas vezes maior, aquisição de rampa (equipamento de ascenso e descenso) para atendimento ao Pnae. Espera-se, ainda, grandes melhorias para os próximos anos, com as obras que serão realizadas em todo o sítio aeroportuário, garantindo um aeródromo ainda mais eficiente, seguro e confortável para os passageiros e gerando atratividade para a malha aérea regional e doméstica brasileira.

CONJUNTURA

Número de inadimplentes recua na capital mineira

CONTAS EM ATRASO Aumento da renda dos trabalhadores belo-horizontinos favoreceu o pagamento de débitos e a redução de negativados junto ao SPC

LEONARDO LEÃO

O cadastro de inadimplentes em Belo Horizonte recuou 1,81% em agosto na comparação com o mesmo mês do ano passado. De acordo com o levantamento realizado pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), essa é a terceira queda consecutiva no indicador.

O estudo ainda aponta que o crescimento econômico do País, a estabilidade do mercado de trabalho, as políticas de renegociação de dívidas e o controle inflacionário foram os principais fatores responsáveis por essa redução.

O presidente da CDL/BH, Marcelo de Souza e Silva, destaca que esses fatores contribuíram para o aumento da renda dos trabalhadores. "Isso fez com que eles pagassem seus débitos e deixassem o cadastro de negativados. É um dado positivo, pois há uma recuperação de crédito das famílias, e isso mostra que a nossa cidade tem respondido bem aos acontecimentos do País", explica.

Por outro lado, conforme a pesquisa, o valor devido pelos belo-horizontinos ainda é motivo de preocupação. Em agosto deste ano, o valor médio das contas com pagamentos em atraso foi de R$ 5.008,44. Considerando que a média do número de contratos inadimplentes é dois por pessoa, isso significa que o montante médio devido por pessoa pode ser de R$ 10.016,88.

"Este valor é considerável e nos mostra que a maioria dos inadimplentes, por falta de planejamento financeiro, retorna ao cadastro de negativados por não saber usar de forma correta o crédito recuperado", aponta Silva.

De acordo com dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), do total de negativações em julho, 85,22% foram de devedores reincidentes, que já estavam no cadastro de inadimplentes nos últimos 12 meses.

Considerando o universo de devedores reincidentes, 23,48% tinham saído do cadastro de devedores nos últimos 12 meses, mas retornaram.

Em agosto, o valor médio das contas atrasadas foi de mais de R$ 5 mil FOTO: DIVULGAÇÃO / MARCELO COELHO

O indicador também revela que o tempo médio entre o vencimento de uma dívida para outra é de 72,6 dias, ou seja: depois de 2,4 meses, em média, de ficar inadimplente, o consumidor volta a atrasar o pagamento de uma segunda conta.

> **"O crescimento econômico do País, a estabilidade do mercado de trabalho, as políticas de renegociação de dívidas e o controle inflacionário foram os principais fatores responsáveis por essa redução"**

Mulheres e idosos entre os maiores devedores

O levantamento realizado pela CDL/BH também destaca o fato de que a inadimplência é mais recorrente entre as mulheres e os idosos na capital mineira. No caso do público feminino, isso está relacionado à desigualdade de rendimentos, uma vez que elas recebem, em média, 33% a menos que os homens, mesmo ocupando funções semelhantes.

Assim, em agosto deste ano, as mulheres ocuparam 47,28% do cadastro de inadimplentes e os homens, 43,76%. Já o valor médio devido foi maior entre os homens, com R$ 5.313,46 contra R$ 4.914,10 devidos pelas mulheres.

Em relação aos idosos, o principal motivo para esse cenário é que muitos deles são "arrimo de família", além de possuírem gastos elevados com saúde, dificuldade de acesso ao crédito e renda reduzida pela aposentadoria.

A economista da CDL/BH, Ana Paula Bastos, explica que as mulheres e os idosos possuem muitas responsabilidades financeiras e, ao mesmo tempo, sofrem com fragilidades econômicas. "Por isso, se tornam frequentes no cadastro de inadimplentes e têm dificuldades de mudar esse cenário", conclui.

O presidente da entidade alerta que para evitar tanto a inadimplência quanto os juros altos é preciso realizar uma mudança na maneira como as pessoas se relacionam com o dinheiro. "O consumidor deve analisar de forma consciente e crítica seus gastos, ponderar cortes e saber que o velho hábito de gastar tudo o que ganha é o caminho mais curto para acumular dívidas", informa.

Já Ana Paula Bastos destaca que a falta de planejamento financeiro pode ser o estopim para uma crise financeira. "A maioria das pessoas ainda não aprendeu a se relacionar de forma saudável e consciente com o dinheiro. Ao realizar compras, especialmente as parceladas, é preciso avaliar a incidência de juros, impacto do valor das parcelas no orçamento e prazo de pagamento", aconselha. **(LL)**

CRESCIMENTO ECONÔMICO

PIB potencial está próximo de 2%, avaliam economistas

São Paulo - A capacidade de crescimento do Brasil empregando os recursos disponíveis sem gerar uma pressão sobre a inflação, o chamado Produto Interno Bruto (PIB) potencial, está próxima de 2%, segundo economistas.

Na última semana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o País cresceu 1,4% no segundo trimestre. Após o resultado além das expectativas, os analistas consultados no último boletim Focus, do Banco Central, também elevaram previsões para o ano e agora esperam alta de 2,68%.

Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as medidas macroeconômicas da sua gestão elevaram o potencial de crescimento do País. "Pouquíssimo tempo atrás, 9 entre 10 economistas diziam que o nosso PIB potencial era de 1,5% [ao ano]. Estamos crescendo 3%, não podemos nos conformar em crescer menos do que a média mundial", disse ele, no fim de agosto.

"Hoje, vejo o potencial de crescimento em 1,8%", avalia a coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre, Silvia Matos.

Ela ressalta que a inflação tem ficado próxima ao teto da meta para este ano (4,5%). Agosto registrou deflação de 0,02%, a primeira desde junho de 2023. Em 12 meses, a inflação desacelerou para 4,24%, após 4,5% em julho, segundo o IBGE.

Para Silvia Matos, o aumento do potencial de crescimento ainda depende de um esforço para atacar problemas crônicos do País, como a questão tributária. "A produtividade média é baixa, a taxa de investimento é de 17%, ainda considerada pequena, falta mão de obra qualificada e mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento".

"Acho impossível que o potencial esteja em 3%", diz o economista, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais (do FGV Ibre) e coautor do Monitor do PIB-FGV, Claudio Considera.

Segundo seus cálculos, no primeiro trimestre de 2024, a margem que a atividade tinha para crescer até atingir sua capacidade máxima estava em 1,7%. "A partir de 2014, ficou estagnada e voltou a crescer há cerca de três trimestres".

"Nos dois primeiros mandatos de Lula, os economistas diziam que o PIB potencial era de 3,5%; no período de crise, de 2015 a 2020, era de 1,5%; no pós-pandemia, de 2% a 2,5%. É sempre uma discussão sobre os últimos anos, olham o retrovisor", diz o professor da UnB José Luis Oreiro.

Ele avalia que a economia pode crescer entre 2,5% e 3% sem gerar inflação, mas isso depende de investimentos públicos e privados. "A meta de inflação atual também pode estar errada, mas não importa, a decisão de aumentar juros já foi tomada. No fim, só estão buscando uma justificativa".

Os analistas do Focus projetam uma alta na Selic neste mês, com a taxa encerrando o ano a 11,25%. Parte dos economistas também discute se o mercado de trabalho estaria sobreaquecido ou se o desemprego ainda tem espaço para cair abaixo dos 6,8% registrados no trimestre encerrado em julho.

Esse foi o menor nível para esse período desde o início da série histórica da Pnad Contínua em 2012, também segundo o IBGE.

Oreiro lembra que a pandemia de Covid-19 reduziu a taxa de participação da força de trabalho, que ainda não se recuperou totalmente. Essa taxa mede a proporção da população em idade ativa que está trabalhando ou buscando trabalho. Ela terminou o primeiro semestre em 62%, dois pontos percentuais abaixo do pico no segundo semestre de 2019.

"Não podemos falar em sobreaquecimento, o mercado de trabalho informal não gera pressão inflacionária significativa quando está sendo absorvido pelo mercado formal", diz o economista da UnB.

O professor sênior da faculdade de economia da USP e coordenador do Salariômetro (Fipe), Hélio Zylberstajn, concorda que a taxa de participação indica que o mercado de trabalho não está sobreaquecido. "O momento atual, com aumento dos salários, pode levar a um aumento de preços, mas as empresas podem adotar medidas para aumentar a produtividade e mitigar esse efeito", complementa.

"A expectativa é de um desemprego próximo aos 6% no fim do ano. O mercado tem conseguido absorver quem estava fora há mais tempo. Hoje, tudo indica que vamos ter novas quedas", diz o economista da LCA Bruno Imaizumi. (**Douglas Gavras / Folhapress**)

LEGISLAÇÃO

Superávit de abertura de empresas cai 8,16% em Minas

EMPREENDEDORISMO Saldo em agosto foi de 16.428 constituições, contra 17.889 no mesmo mês de 2023

JULIANA GONTIJO

O número de abertura superou o de fechamento de empresas em Minas Gerais em agosto deste ano, segundo dados do Mapa de Empresas, do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Memp), o que garantiu um superávit de 16.428 negócios no Estado. Foram 38.829 empresas abertas no Estado no oitavo mês de 2024, enquanto 22.401 encerraram as atividades. O Estado conta com 2.277.916 empresas ativas, no País o total chega a 21,1 milhões.

O superávit também foi verificado em igual mês de 2023, chegando a 17.889 negócios de todos os tipos e portes. Ingressaram no mercado nesse período 38.408 empresas e 20.519 fecharam as portas no Estado. Em todo o País, 374 mil empresas abriram as portas em agosto deste ano.

Embora mantendo o superávit no saldo em agosto deste ano, o resultado foi 8,16% menor ante agosto do exercício passado. No entanto, considerando apenas os dados de abertura, o resultado de 2024 foi melhor com 421 empresas abertas em Minas a mais ou alta de 1,01% ante o resultado de agosto de 2023. No oitavo mês de 2024, os fechamentos cresceram 9,17% na comparação com igual mês do exercício passado.

No acumulado dos oito meses de 2024, o número de empresas que iniciaram as atividades superou o de encerramento no Estado, sendo 308.919 aberturas e 187.589 fechamentos. Com isso, o saldo positivo foi de 121.330 negócios.

Em igual intervalo de 2023 também foi verificado o superávit, que somou 122.649 empresas, decorrente da abertura de 291.806 negócios e do fim da atividade de 169.157 empresas. Na passagem desse período no ano passado para este exercício, o recuo no superávit foi de 1,07%.

Perfil das empresas em Minas Gerais - Das 38.829 empresas abertas no Estado em agosto, a maioria está na categoria de microempresas, totalizando 36.592, seguida pelo segmento de pequeno porte (1.169), o restante é classificado como outras empresas (1.068). Considerando a natureza jurídica dos negócios, prevalece no oitavo mês de 2024 o empresário individual, com 30.222. Em termos de município, em volume se destacou Belo Horizonte, com 7.243 estabelecimentos abertos no mês.

De acordo com os dados do Mapa de Empresas, do total de empresas ativas no Estado por atividade econômica, o destaque é do comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, com 971.139 estabelecimentos, seguido pelo ramo de cabeleireiros, manicures e pedicures, com 788.881.

Empregos formais - Para o contador e professor de pós-graduação de governança corporativa, Eder Carvalho, o resultado do saldo de Minas Gerais tem relação com a dinâmica do mercado de trabalho, que está mais aquecido, o que contribui para a migração dos trabalhadores que abriram seus negócios por necessidade, em especial durante o período da pandemia, para vagas formais, que oferecem benefícios, como 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e férias, por exemplo. "Só que nem todos encerram os seus negócios imediatamente, mantendo o CNPJ ativo, mas sem atuar de fato", analisa.

Conforme os últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos primeiros sete meses de 2024, o Estado criou 173,3 mil empregos com carteira assinada, o maior volume para esse intervalo desde 2021 (239,7 mil) – o montante também superou o resultado de todo o ano de 2023

O professor Eder Carvalho atribui o superávit menor em agosto ao aquecimento do mercado de trabalho FOTO: ARQUIVO PESSOAL

> **"E há ainda as pessoas jurídicas (PJs) que na verdade são empregados. Situação que cresceu muito após a reforma trabalhista"**
> Eder Carvalho

(138,2 mil). Entre as unidades da Federação, Minas Gerais foi o segundo que mais gerou vagas, atrás de São Paulo (441,1 mil).

Por outro lado, os salários baixos oferecidos por alguns dos setores, podem fazer com que algumas pessoas prefiram manter seus negócios. "E há ainda as pessoas jurídicas (PJs) que na verdade são empregados. Situação que cresceu muito após a reforma trabalhista", observa o especialista.

Criação de negócio deve ser avaliada

Para o professor da área de gestão do Centro Universitário Una, Stenio Afonso, qualquer momento pode ser propício para abrir uma empresa. "Afinal, como diz o ditado, mesmo em grandes tempos de crises, enquanto uns choram, outros vendem lenço", observa.

No entanto, ele ressalta que é importante analisar diversas variáveis antes de ingressar no mercado, como comportamento do consumidor, ramo de atuação e concorrência. "A crise climática, por exemplo, deve impactar no poder de compra do consumidor, impactando alguns segmentos", diz.

O professor ressalta que hoje é mais fácil abrir um negócio do que há alguns anos. Dados do Mapa de Empresas mostram que o tempo para abertura de empresas em Minas Gerais é de um dia e seis horas, menor que o verificado em agosto de 2023 (um dia e nove horas). No País, 79% das empresas são abertas em menos de um dia, o tempo médio é de 17 horas. Stenio Afonso observa que alguns incentivos governamentais podem ajudar a alavancar o número de empresas no Estado. **(JG)**

ICMS

MG dispensa a entrega da Dapi para 25 mil contribuintes

IRIS AGUIAR *

O governo de Minas Gerais dispensou 25 mil empresas da obrigatoriedade de entrega da Declaração de Apuração e Informações do ICMS (Dapi). A medida busca reduzir a burocracia para as empresas, permitindo que direcionem mais tempo e recursos para suas atividades principais.

A Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) prevê que, em médio prazo, cerca de 100 mil contribuintes, incluindo os que estão no regime normal de apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e os isentos ou imunes, deixem de ser obrigados a elaborar e transmitir a Dapi.

Para as empresas dispensadas, o programa Conta Corrente Fiscal passa a ser gerado automaticamente pela SEF, com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital (EFD).

Veja como aderir à simplificação fiscal:

- Opção no sistema Siare: Para aderir à dispensa da Dapi, os contribuintes devem formalizar a opção por meio do módulo específico no Sistema de Administração da Receita Estadual (Siare). Esse sistema irá verificar as Dapis e EFDs dos últimos três períodos de apuração, garantindo que todas as informações estejam corretas.

- Ferramenta "Gera DAE": A SEF também desenvolveu uma ferramenta que facilita a geração do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), chamada "Gera DAE". Suas funcionalidades incluem:

- Gerar o DAE antes do vencimento do imposto.

- Validar a EFD de qualquer período de apuração para verificar a necessidade de correções, evitando substituições de arquivos.

- Declaração Anual do Movimento Econômico Fiscal (Damef): Além da dispensa da Dapi, a SEF agora gera a Declaração Anual do Movimento Econômico Fiscal (Damef) com base nos dados da EFD, o que trouxe mais agilidade e precisão na apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF). Isso facilita a distribuição dos repasses constitucionais do ICMS aos municípios.

Os contribuintes que necessitarem de mais informações ou tiverem dúvidas podem acessar o canal Fale Conosco da SEF, no tópico "Desobrigar Dapi – geração pela EFD". **(* Estagiária sob supervisão da edição/com informações da Agência Minas)**

RECEITA FEDERAL

Milhões de CPFs e CNPJs têm pendências

São Paulo - Mais de 10 milhões de contribuintes pessoas físicas e jurídicas têm algum tipo de pendência no CPF ou no CNPJ, incluindo microempreendedores individuais (MEIs), segundo informações da Receita Federal.

Até o fim do ano, 2 milhões de CPFs poderão ficar em situação pendente de regularização, o que agrava o caso e traz consequências.

Os cidadãos deixaram de cumprir obrigações com o fisco, como entregar declarações ou mesmo corrigir erros em documentos enviados para a Receita, como o Imposto de Renda.

A Receita informa que oferece prazo adicional de autorregularização para contribuintes que não entregaram as seguintes declarações e escriturações:

- Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF)

- Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D)

- Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei) , Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF)

- Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb)

- Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis)

- Escrituração Contábil Fiscal (ECF) Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições), no caso de pessoa jurídica ou equiparada

Inaptidão - Segundo a Receita, a pessoa jurídica omissa na entrega de suas obrigações está sujeita à declaração de inaptidão de sua inscrição no CNPJ. Uma inscrição inapta pode ser baixada e o CNPJ deixa de existir.

Já no caso das pessoas físicas obrigadas a declarar e que não entregaram a declaração do IR, a situação de sua inscrição no CPF ´r alterada de regular para "pendente de regularização". O CPF fica bloqueado e o cidadão não consegue prestar concurso público, contratar com o serviço público, fechar m financiamento no bancol, não tira passaporte e não consegue abrir conta bancária. **(Cristiane Gercina/ Folhapress)**

FINANÇAS

Expectativa do mercado para o dólar é de intensa volatilidade

CÂMBIO Moeda brasileira é afetada pelas turbulências tanto no cenário interno quanto no ambiente global

LEONARDO MORAIS

O cenário cambial permanece incerto no mercado brasileiro, resultando em avanços expressivos do dólar, de 15,8% neste ano. Apesar da possibilidade de queda de juros nos Estados Unidos (EUA), as eleições americanas e o persistente problema fiscal brasileiro levam a uma perspectiva de alta volatilidade, acendendo um alerta para os investidores.

A expectativa é que a moeda brasileira será impactada não somente por questões macroeconômicas locais, mas também pelo ambiente geopolítico global. Segundo o economista da Way Investimentos e coordenador de economia e finanças da ESPM, Alexandre Espirito Santo, o atual cenário de guerra e o resultado da eleição americana tendem a influenciar a direção da moeda no mercado internacional.

Em relação ao mercado interno, o economista frisa que o País vive uma relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB), que se aproxima de 80%. O número, segundo ele, é inconsistente para países de renda média, como o Brasil.

"Vivemos um problema crônico fiscal que transborda para a dívida. Se não tentarmos estabilizar o déficit primário, uma das variáveis que mais podemos sentir é a taxa de câmbio", destaca.

A economista-chefe do Ouribank, Cristiane Quartaroli, corrobora com o argumento e analisa que o câmbio deveria estar em um patamar mais baixo, se não fossem questões internas, como o problema fiscal. "O que impede uma melhora é a falta de previsibilidade com o cenário fiscal brasileiro. unida a um ambiente de incertezas em razão de eleições", avalia.

A desvalorização do real frente ao dólar já chega a 15,8% neste ano FOTO: RICARDO MORAES / REUTERS

> **"Vivemos um problema crônico fiscal que transborda para a dívida. Se não tentarmos estabilizar o déficit primário, uma das variáveis que mais podemos sentir e a taxa de câmbio"**
>
> Alexandre Espírito Santo

O cenário, entretanto, pode ser favorável para investidores caso se confirme a queda de juros nos EUA e o nível da Selic se mantenha no atual patamar. "Se a Selic for mantida e, ao mesmo tempo, ocorra queda de juros nos EUA, será algo positivo pensando também na atratividade do cenário estrangeiro no mercado nacional", explica Cristiane Quartaroli.

Ambos os economistas avaliam que a melhor solução para empresas é a proteção hedge cambial. A estratégia é amplamente usada na preservação contra a volatilidade das taxas de câmbio, garantindo que o valor recebido na moeda local não diminua devido a depreciação da moeda estrangeira. "Os empreendedores conseguem se preparar melhor fazendo a proteção e usando instrumentos como o dólar futuro na B3 ou mesmo o swap cambial do Banco Central", explica Alexandre Espirito Santo.

Para os próximos meses, Cristiane Quartaroli analisa que a atual projeção do mercado é de uma estimativa do câmbio a R$ 5,32: 23 a 28 centavos menor do que o apresentado nos últimos dias. "Se for confirmada uma queda dos juros (nos EUA) e uma fase tranquila de eleição, será um cenário favorável para investidores. Nossa economia também pode contribuir, já que está melhor em questões como inflação e atividade econômica", conclui.

Intervenções do BC - Apesar de apresentar recuo de 0,38% em agosto, o dólar permanece em tendência de alta volatilidade. No último mês, nem mesmo intervenções do Banco Central (BC) foram suficientes para conter o crescimento da moeda.

Na época, a instituição monetária brasileira realizou um leilão de aproximadamente US$ 1,5 bilhão no mercado de câmbio à vista com o objetivo de recuar o dólar nos pregões semanais. Com a realização do leilão de dólar à vista, são comercializados dólares de reservas financeiras do banco a fim de promover a circulação da moeda, reduzindo o preço.

Apesar dos recentes esforços para conter a moeda estrangeira, diferentes fatores seguem pressionando os avanços econômicos brasileiros. Em julho, o BC divulgou que o setor público consolidado apresentou déficit de R$ 21,3 bilhões - o resultado estaria cerca de R$ 20 bilhões acima do valor projetado por economistas.

INVESTIMENTOS

Previsão de alta na Selic movimenta fundos imobiliários

São Paulo - O esperado ciclo de alta na taxa básica de juros (Selic) tem movimentado o setor de investimentos imobiliários. Com a perspectiva de custos maiores nos próximos meses, muitos fundos de investimento imobiliário (FIIs) têm aproveitado a janela para aumentar a alocação em empreendimentos mais resilientes.

No início deste mês, a Brookfield colocou sua fatia nos *shoppings* Pátio Paulista e Pátio Higienópolis, em São Paulo, à venda, depois de já ter se desfeito do *shopping* Rio Sul. Um dos interessados nos ativos é a XP, que aproveitou o ciclo passado para abastecer o caixa.

"Os últimos 12 meses foram muito positivos para nós. Mesmo com juros altos, levantamos aproximadamente R$ 6,5 bilhões, com uma expectativa bem clara de queda de juros (no mercado). Estávamos preparados e pegamos carona nesse movimento", afirma o sócio da XP e gestor da XP Asset, Pedro Carraz.

Até abril, o mercado financeiro trabalhava com a previsão de queda da Selic para um dígito. Expectativa que, não só não se concretizou, como se inverteu. Segundo o boletim Focus, a Selic deve ir dos atuais 10,50% para 11,25% ao fim do ano.

Para Carraz, a alta de juros não inviabiliza o cenário de negócios. "Não à toa a Brookfield colocou agora os dois Pátios à venda. Já vivemos um mundo de juros bastante altos e nem por isso os negócios imobiliários deixaram de ser feitos. É claro que talvez eles fiquem um pouquinho menos recorrentes, mas sempre há oportunidades porque o investimento no mercado imobiliário é necessariamente de longo prazo. Pode ser que seja um pouquinho pior nos próximos 12 meses, com juros mais altos, mas é um investimento para daqui cinco, dez, 15 anos", diz o gestor.

Segundo Carraz, a gestora não olharia qualquer operação de *shopping* hoje em dia, mas uma transação com ativos de maior qualidade, como os Pátio Paulista e Higienópolis "é algo que pode fazer sentido". "São imóveis irreplicáveis e que terão espaço e mercado independente do patamar de juros", argumenta.

Lajes corporativas - A lógica se repete em lajes corporativas. Em São Paulo, escritórios no eixo da Avenida Faria Lima seguem ocupados, com bons retornos de aluguéis, ao contrário de regiões como a avenida Doutor Chucri Zaidan, na Barra Funda e em Alphaville, que observam um crescimento nas taxas de vacância.

Com o foco na resiliência da alta renda, um dos ativos que irá receber parte dos fundos captados pela XP é o "Projeto Jardins", que visa construir um complexo de escritórios e torre residencial na Oscar Freire, inspirado no Rockefeller Center, de Nova York. **(Júlia Moura/ Folhapress)**

Operações registram expansão de 143% de janeiro a agosto

São Paulo - Entre janeiro e agosto deste ano, as operações de fundos de investimentos imobiliários (FIIs) levantaram R$ 34,7 bilhões, 143% a mais que no mesmo período do ano anterior. Agosto, porém, foi o mês de menor captação, com R$ 2,6 bilhões.

"Fizemos a emissão de um fundo de logística há poucos meses, e já foi bem difícil. O juro que a gente tem hoje já inviabiliza ou dificulta bastante as emissões de fundos novos e menores", diz o CEO da Panorama AZ Quest e responsável pela estratégia de fundos imobiliários da AZ Quest. André Sawaya

Dos R$ 400 milhões planejados, a gestora arrecadou R$ 161 milhões. Uma parte dos valores está guardada justamente para aproveitar as oportunidades deste ciclo de alta de juros, com mais vendedores que compradores.

"Normalmente, a maior parte dos investidores fica sem conseguir acessar mercado quando é o melhor momento para comprar justamente porque a taxa de juros está alta e há pouca liquidez. Agora, estamos com uma dinâmica favorável porque ninguém está levantando dinheiro novo no mercado. Então, nós conseguimos olhar com calma e identificar uma boa oportunidade", explica Sawaya.

Além de galpões logísticos, a gestora foca prédios residenciais de médio e, em maioria, alto padrão em São Paulo, financiando incorporadoras como You,inc, Helbor e Lote 5.

"O alto padrão depende menos de crédito de financiamento bancário. Essa alta de juros não tende a ter um impacto tão relevante nos lançamentos. Vemos alguns incorporadores diminuindo o ritmo, mas não são todos", afirma o gestor.

Segundo Sawaya, o efeito deste ciclo de aperto monetário também é mais limitado por não suceder um ciclo de queda de juros que gerou uma euforia no setor imobiliário.

"Não acho que o momento seja comparável aos outros ciclos de alta de juros. Agora, a taxa já está elevada e pode chegar a, no máximo 12%, segundo previsões do mercado. Então, impactos devem ser mais comedidos", diz Caio Nabuco, analista da Empiricus Research.

Entre 2015 e 2016, durante a pior recessão econômica do Brasil, a Selic chegou a 14,25% ao ano.

De acordo com sócio e diretor de análise do Clube FII, Danilo Barbosa, dado a natureza de longo prazo do setor imobiliário, ele é mais sensível aos juros futuros do que à taxa Selic, e como essas taxas não tiveram uma oscilação brusca nos últimos meses, e seguem abaixo de 12% ao ano, as perspectivas para FIIs também não passaria por grandes mudanças.

"O mercado está aquecido, independente da Selic dessa canetada do Banco Central que ocorre a cada 45 dias", diz Barbosa.

Perfil - Segundo o analista de investimentos da Medici Asset, Leonardo Alves, os FIIs podem ser uma opção atrativa para investidores com perfis moderado e arrojado, que buscam diversificação e renda passiva através de dividendos mensais. Por outro lado, esse tipo de investimento pode não ser o mais indicado para investidores conservadores, devido à volatilidade e aos riscos associados.

"Em prazos mais longos, eles podem oferecer retornos superiores ao Tesouro IPCA+. Outra vantagem é que eles proporcionam diversificação com equipes especializadas em investimentos imobiliários e muitos possuem alta liquidez, facilitando a venda dos ativos", diz Alves. **(Júlia Moura/Folhapress)**

Analistas elevam a projeção de avanço dos juros em 2025

BOLETIM FOCUS **Estimativa do mercado financeiro de aumento da inflação medida pelo IPCA neste ano subiu para 4,35%, a nova alta consecutiva nas expectativas**

A pesquisa semanal do Banco Central aponta que a projeção para o PIB nacional é de 2,96% em 2024 e de 1,90% em 2025 FOTO: ADRIANO MACHADO / REUTERS

> "Todas as atenções se voltam agora para a reunião do Copom, hoje e amanhã, com ampla expectativa dos agentes financeiros de que o BC eleve a Selic, atualmente em 10,50% ao ano, em 25 pontos-base"

São Paulo - Analistas consultados pelo Banco Central (BC) subiram novamente sua projeção para o nível da Selic no próximo ano, em meio a expectativas mais altas para a economia neste ano e para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024 e 2025, de acordo com a mais recente pesquisa Focus, divulgada ontem.

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, mostrou que a taxa de juros deve fechar o próximo ano em 10,50% ao ano, de 10,25% na semana anterior. Para 2024, a previsão ainda é de que a Selic chegue em 11,25%.

Todas as atenções se voltam agora para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), hoje e amanhã, com ampla expectativa de agentes financeiros de que o BC eleve a Selic, atualmente em 10,50% ao ano, em 25 pontos-base, com mais aumentos ainda neste ano.

A nova projeção no Focus vem na esteira de alteração nas avaliações para o IPCA e o Produto Interno Bruto (PIB). A expectativa para a inflação é de alta de 4,35% ao fim deste ano, ante 4,30% há uma semana, a nona vez consecutiva de aumento na expectativa. No próximo ano, os analistas preveem que o índice de preços atinja 3,95%, de 3,92% anteriormente.

O centro da meta oficial para a inflação é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para o PIB brasileiro a projeção é de crescimento de 2,96% neste ano, de 2,68% na semana anterior. Para o próximo ano, não houve mudança na expectativa de expansão de 1,90%.

Aquecimento - A série de mudanças nas previsões dos entrevistados pelo BC ocorre após a divulgação de uma bateria de dados econômicos mostrar ao longo do último mês uma atividade econômica mais aquecida do que o esperado no País, além de alterações nas previsões do próprio Ministério da Fazenda.

Como destaque na parte de dados, o IBGE informou que o PIB cresceu 1,4% entre abril e junho deste ano em relação ao trimestre anterior, acima da expectativa de alta de 0,9% em pesquisa da Reuters.

Na semana passada, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda elevou sua projeção para o crescimento econômico do Brasil em 2024 a 3,2%, ante estimativa anterior de 2,5%, prevendo também um nível mais alto de inflação à frente.

O documento apontou uma deterioração na visão do governo para a inflação, com a projeção para o IPCA indo a 4,25% em 2024, ante previsão de 3,9% feita em julho, enquanto o índice para 2025 foi ajustado de 3,3% para 3,4%.

A pesquisa semanal do BC com uma centena de economistas mostrou ainda um aumento para o valor do dólar nos dois próximos anos. Em 2024, a moeda norte-americana foi projetada em R$ 5,40, contra R$ 5,35 há uma semana. No próximo ano, a expectativa é que a divisa chegue a R$ 5,35, ante R$ 5,30 anteriormente. **(Reuters)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		16/09/2024	13/09/2024	12/09/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,5090	R$ 5,5670	R$ 5,6190
	VENDA	R$ 5,5100	R$ 5,5670	R$ 5,6190
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,5201	R$ 5,5711	R$ 5,6548
	VENDA	R$ 5,5207	R$ 5,5717	R$ 5,6554
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,5450	R$ 5,6010	R$ 5,6670
	VENDA	R$ 5,7250	R$ 5,7810	R$ 5,8470

Fonte: BC

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	-	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	-	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	-	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-	5,64%	7,80%

TR/Poupança

08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730
12/09 a 12/10	0,0730	0,5734
13/09 a 13/10	0,0693	0,5696

Ouro

	16/09/2024	13/09/2024	12/09/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.582,93	US$ 2.578,24	US$ 2.558,72
BM&F-SP (g)	R$ 457,71	R$ 450,89	R$ 450,89

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	0,25
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

13/09.. US$ 371.009 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7897	0,8048
COLON/COSTA RICA	35	0,3507	0,353
COLON/EL SALVADOR	40	0,0106	0,01072
COROA DINAMARQUESA	55	0,8228	0,8229
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04029	0,04035
COROA NORUEGUESA	65	0,5201	0,5204
COROA SUECA	70	0,5411	0,5414
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5028	1,5032
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7189	3,7221
DOLAR/BAHAMAS	155	5,5201	5,5207
DOLAR CANADENSE	165	4,0592	4,0599
DOLAR DA GUIANA	170	0,02623	0,02654
DOLAR CAYMAN	190	6,6109	6,6918
DOLAR CINGAPURA	195	4,2584	4,2591
DOLAR HONG KONG	205	0,7083	0,7084
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8087	0,8175
DOLAR DOS EUA	220	5,5201	5,5207
FORINT/HUNGRIA	345	0,01558	0,01558
FRANCO SUICO	425	6,5303	6,5318
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007088	0,0007107
IENE	470	0,03919	0,03921
LIBRA/EGITO	535	0,1139	0,1141
LIBRA ESTERLINA	540	7,2871	7,2884
LIBRA/LIBANO	560	0,0000616	0,0000617
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004245	0,0004247
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,173	0,1732
NOVO SOL/PERU	660	1,4571	1,4579
PESO ARGENTINO	665	0,06579	0,06584
PESO CHILE	715	0,00597	0,005976
PESO/COLOMBIA	720	0,001301	0,001303
PESO/CUBA	725	0,23	0,23
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09173	0,09232
PESO/FILIPINAS	735	0,09889	0,09894
PESO/MEXICO	741	0,2866	0,2868
PESO/URUGUAIO	745	0,1353	0,1354
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7127	0,7147
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002621	0,002637
RENMINBI HONG KONG	796	0,7777	0,7778
RIAL/CATAR	800	1,5138	1,5146
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4708	1,471
RINGGIT/MALASIA	828	1,2823	1,2845
RUBLO/RUSSIA	830	0,06039	0,0604
RUPIA/INDIA	860	0,06581	0,06586
WON COREIA SUL	930	0,004178	0,004181
EURO	978	6,1395	6,1407

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

03/09	0,01367158	3,05151470
04/09	0,01367202	3,05161246
05/09	0,01367246	3,05171087
06/09	0,01367290	3,05180928
07/09	0,01367334	3,05190677
08/09	0,01367334	3,05190677
09/09	0,01367334	3,05190677
10/09	0,01367378	3,05200411
11/09	0,01367422	3,05210215
12/09	0,01367466	3,05220085
13/09	0,01367510	3,05229954
14/09	0,01367554	3,05239719
15/09	0,01367554	3,05239719
16/09	0,01367554	3,05239719
17/09	0,01367598	3,05249498

Fonte: Fenaseg

TBF

06/09 a 06/10	0,7829
07/09 a 07/10	0,7460
08/09 a 08/10	0,7846
09/09 a 09/10	0,8231
10/09 a 10/10	0,8245
11/09 a 11/10	0,8269

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

Dia 20

Cofins - Entidades Financeiras - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/2024 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 7987. Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

Cofins/CSLL/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Recolhimento da Cofins, da CSLL e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de agosto/2024. (Lei nº 10.833/2003, art. 35, com a redação dada pelo art. 24 da Lei nº 13.137/2015).
• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder. Darf Comum (2 vias)

Dirbi - Entrega da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), relativamente ao período de apuração julho/2024, com informações relativas a valores do crédito tributário referente a impostos e contribuições que deixaram de ser recolhidos em razão da concessão dos incentivos, renúncias, benefícios e imunidades de natureza tributária, usufruídos pelas pessoas jurídicas constantes do Anexo Único da Instrução Normativa RFB nº 2.198/2024 (Instrução Normativa RFB nº 2.198/2024, art. 5º). Internet

EFD - Distrito Federal - Distrito Federal - O arquivo digital da EFD- ICMS/IPI deverá ser transmitido pelos contribuintes do IPI, exceto os inscritos no Simples Nacional, ao ambiente nacional do Sped, até o 20º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto, observada a legislação específica do Distrito Federal (Instrução Normativa RFB nº 1.685/2017, art. 12).
Internet

FGTS - Depósito, em conta bancária vinculada, dos valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes à remuneração paga ou devida em agosto/2024 aos trabalhadores. Caso o dia 20 não seja dia útil, deve-se antecipar o recolhimento.
Notas:
(1) Na data de vencimento ou de validade da guia, o FGTS deve ser recolhido até as 21h59m59s - horário de Brasília.
(Lei nº 8.036/1990, art. 15, caput; Portaria MTE nº 240/2023, art. 27; Manual de Orientação do FGTS Digital - SIT/MTE, Capítulo II, subitem 3.1.1.1; Cartilha Operacional do Empregador - Caixa, subitem 2.9)
(2) A Circular Caixa nº 1.046/2024 divulgou orientações sobre o uso do SEFIP/Conectividade Social para depósito do FGTS em situações de contingência.
Guia do FGTS Digital (GFD)
(veja nota nº 2)

IRPJ/CSLL/PIS/Cofins - Incorporações imobiliárias - Regime Especial de Tributação - Recolhimento unificado do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, relativamente às receitas recebidas em agosto/2024 - Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias (Instrução Normativa RFB nº 1.435/2013, arts. 5º e 8º, § 2º; e art. 5º da Lei nº 10.931/2004, alterado pela Lei nº 12.024/2009) - Cód. Darf 4095.
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. Darf Comum (2 vias)

IRPJ/CSLL/PIS/Cofins - Incorporações imobiliárias - Regime Especial de Tributação - PMCMV - Recolhimento unificado do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, relativamente às receitas recebidas em agosto/2024 - Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias e às construções no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV (Instrução Normativa RFB nº 1.435/2013, arts. 5º e 8º, § 2º; e Lei nº 10.931/2004, art. 5º, alterado pela Lei nº 12.024/2009, art. 1º) - Cód. Darf 1068.
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de agosto/2024, incidente sobre rendimentos de beneficiários identificados, residentes ou domiciliados no País. (art. 70, I, "e", da Lei nº 11.196/2005, com a redação dada pela Lei Complementar nº 150/2015).
• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

"A Beleza do Imperfeito" traz a arte do cárcere

CLÁUDIA DUARTE, Editora

Há beleza por trás das grades frias de uma penitenciária. É esse universo que a exposição "A Beleza do Imperfeito" vai mostrar, a partir desta quinta-feira (19), no Centro de Arte Popular (CAP), em Belo Horizonte.

O CAP faz parte do Circuito Liberdade e vai ser o espaço que acolherá a arte, a educação e os relatos da vida no cárcere. A exposição "A Beleza do Imperfeito" é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG), em ação conjunta com o movimento voluntário Tio Flávio Cultural e do Conselho comunitário da cidade de Igarapé, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A mostra tem nove curadores que, entre alguns meses de encontros em penitenciárias e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), somaram esforços com pessoas de muito talento e sensibilidade para que a entrega de cada um fosse excepcional – o que tornou o projeto ainda mais forte. É uma luta pra dar visibilidade aos condenados e mostrar que a vida pode ser menos pesada e solitária com a arte.

Cada curador, que passa a ser também um agente de transformação dessa realidade, leva para "A Beleza do Imperfeito" o melhor de cada um para que o propósito da exposição seja alcançado. Cada um acredita que a arte, a educação e o trabalho são pilares para a transformação sociais

A Libertese Negócio Social de Impacto estará lá juntamente com outras artes. O negócio, já reconhecido por lojas de roupas, é um elo da exposição e estará representada pela marca de impacto social *@liberteesbrasil*. Extensão *fashion* da Libertese, a marca foi pensada a partir da arte feita pelas mulheres em privação de liberdade, na aula de educação artística, no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, que fica em Belo Horizonte. São peças feitas com dedicação e entusiasmo pelas mulheres costureiras que passaram pela fábrica enquanto reclusas.

"A Beleza do Imperfeito" – Educação e Arte em Cadeia – tem curadoria coletiva: Angelita Mercês, Helena Macedo, Luhh Dandara, Marcella Mafra, Mari Flecha, Odette Castro, Tê Araújo, Tio Flávio e Varda Kendler. A entrada é gratuita.

Exposição vai ser aberta nesta quinta-feira, no Centro de Arte Popular, em Belo Horizonte, e tem curadoria especial FOTO: DIVULGAÇÃO / GUILHERME ORZIL

SERVIÇO

"A Beleza do Imperfeito" – Educação e Arte em Cadeia
Abertura: Quinta-feira (19/setembro), às 19 horas
Local: Centro de Arte Popular
Rua Gonçalves Dias, 1.608 – Lourdes – BH
Visitação: Até 20/outubro
Entrada gratuita

Circuito Liberdade vai ter novos espaços

Com o objetivo de reposicionar o Circuito Liberdade, marcar seu território de abrangência e fortalecer o desenvolvimento desse complexo cultural, turístico e criativo, a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) e da Fundação Clóvis Salgado (FCS) vão lançar uma série de ações de promoção e divulgação a partir do próximo mês de outubro. A começar por uma linguagem visual inédita, moderna, ágil e direta, inspirada na cartografia da capital mineira e na vocação de conexão entre os equipamentos integrados.

As apresentações dessa nova identidade da marca, bem como o lançamento de um Edital de Chamamento para Integração de Empreendedores Criativos, estão previstos para um evento a ser realizado no dia 3 de outubro, no Palácio da Liberdade.

Ainda como novidades até o final do ano, mais equipamentos deverão estar integrados ao Circuito Liberdade, como o Centro Cultural Idea, a Casa dos Quadrinhos, o Memorial do Judiciário e o prédio Rainha da Sucata. Vinculado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Rainha da Sucata será sede da Orquestra Jovem e do Coral Infantojuvenil do TJMG. Atualmente, 35 espaços participam do Circuito Liberdade e esse número poderá aumentar para 50 até dezembro de 2024.

Quando criado em 2010, o Circuito Liberdade estava circunscrito à Praça da Liberdade. Ao longo dos anos, foi ampliando seu território de atuação até chegar em 2020, quando passou a incorporar o turismo e a conectar parceiros localizados dentro da avenida do Contorno, abraçando o traçado original da capital mineira. Esse aumento do território contribuiu para alcançar vários recordes de público. Em 2023, juntos, os espaços integrados receberam mais de 7 milhões pessoas e no primeiro semestre de 2024, cerca de 3,5 milhões de pessoas já visitaram o Circuito Liberdade, o que tem impulsionado a atividade turística e estimulado a economia da criatividade em Belo Horizonte.

"Sob gestão da Fundação Clóvis Salgado, entendemos que precisávamos de uma estratégia de comunicação que traduzisse a força desta rede que proporciona uma programação cultural e turística de alta qualidade, em conexão com a cidade", pondera o presidente da FCS, Sérgio Rodrigo Reis.

Circuito da capital mineira vai ganhar nova abrangência e também identidade visual, inspirada na cartografia de BH FOTO: DIVULGAÇÃO / PAULO LACERDA

Conexões - Para comunicar esta fase atual do Circuito Liberdade, foi criada uma nova identidade visual, desenvolvida pelo escritório mineiro Hardy Design, se baseou em três principais pilares: rede, liberdade e movimento.

"Mais do que uma marca, trabalhamos num novo sistema de comunicação, que traz a ideia de rede por meio das conexões. A palavra 'liberdade' entra como palavra-chave que amplia o entendimento do próprio Circuito para uma rede ampla e diversa, como se fosse uma constelação", detalha a designer Mariana Hardy.

Esse resultado é fruto de um processo de trabalho desenvolvido ao longo de mais de um ano, a fim de atualizar a comunicação sobre o Circuito Liberdade e demarcar os próximos passos.

Portal - Dentro do planejamento do novo Circuito Liberdade, também será lançada uma nova plataforma digital até o fim do ano. O Portal do Circuito Liberdade Virtual agregará todas as informações necessárias para uma experiência de qualidade. Ele irá reunir a programação dos equipamentos e espaços integrados além de dicas de passeios e informações práticas. "Com uma linguagem visual moderna e amigável o novo portal será muito dinâmico, resultado da construção conjunta e colaborativa dos parceiros", afirma Reis. **(Agência Minas)**

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

4º Encontro de Corais do Sesc

O Sistema Fecomércio MG, por meio do Sesc em Minas, realiza nesta quarta-feira (18), às 19h30, no Grande Teatro do Sesc Palladium (rua Rio de Janeiro, 1.046 - Centro, Belo Horizonte), o Bravo! 4º Encontro de Corais do Sesc Minas. Os ingressos podem ser retirados na plataforma Sympla por R$ 5 ou trocados por um litro de leite na bilheteria do evento. Participam o Coral Sesc em Minas, sob a regência de Flávia Campanha, e os seguintes corais convidados: Coral Juvenil Cariúnas, regido por Vívian Assis Carvalho; Coral Vozes da Saúde, por Riane Menezes; Coral Coro Novo, por Daniel Rezende; e Coral Campus em Canto, por Emanuelle Cardoso. O encontro visa promover a troca de experiências entre coros de diferentes estilos e práticas, incentivando o aperfeiçoamento através do contato entre coralistas e regentes.

Nenhum de Nós no Palácio das Artes

A banda Nenhum de Nós desembarca na Capital para celebrar os 37 anos de carreira, em um show inédito, nesta sexta-feira (20, no Palácio das Artes. Uma das principais bandas dos anos 80 e 90, ela soma mais de 3,5 milhões de discos vendidos e mais de 2 mil shows. Os ingressos estão à venda nas bilheterias do Palácio das Artes e no site Eventim. No repertório, os sucessos que marcaram a carreira como "Camila, Camila", "Astronauta de Mármore", "Vou Deixar Que Você Se Vá", "Paz e Amor", "Da Janela", "Você Vai Lembrar de Mim, "Amanhã ou Depois" e "Eu Não Entendo", entre outras.

Estande da Anglo American é premiado

A Anglo American recebeu o prêmio de melhor estande da Exposibram 2024 em votação dos expositores. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o concurso levou em consideração as propostas das estruturas em aspectos relativos à sustentabilidade, responsabilidade social, compliance e adoção de boas práticas. A Exposibram é considerada o maior evento do setor de mineração da América Latina e a edição deste ano foi em Belo Horizonte entre os dias 9 e 12 de setembro. Por meio do conceito "Mineração sustentável, comunidade viva", o estande da Anglo American buscou evidenciar que a atividade mineral é fundamental para o desenvolvimento sustentável e o engajamento comunitário. A comunidade foi representada por um dos símbolos marcantes do interior do Brasil: a praça. Foram várias atividades no estande e, entre elas, um virtual pela Estação Ciência, que é referência em cultura e educação para a região da Serra do Espinhaço.

FOTO: DIVULGAÇÃO / ANGLO AMERICAN